



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
DIVERSIDADE E INCLUSÃO



SANDRA DO AMPARO SILVA FILGUEIRAS

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO
XXI: CAPACITAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS E OS SABERES QUE
ARTICULAM BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS
COM DEFICIÊNCIA

Dissertação submetida à Universidade Federal Fluminense visando à
obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientador: Prof. Dra. Fabiana Rodrigues Leta



Niterói

2017

SANDRA DO AMPARO SILVA FILGUEIRAS

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS
NO SÉCULO XXI: CAPACITAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS
E OS SABERES QUE ARTICULAM BOAS PRÁTICAS NO
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho desenvolvido no Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em
Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

Dissertação submetida à
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial visando à
obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão

Orientadora: Prof. Dra. Fabiana Rodrigues Leta, DSc.

F 481 Filgueiras, Sandra do Amparo Silva.

Bibliotecas universitárias federais brasileiras no século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência / Sandra do Amparo Silva Filgueiras – 2017.

218 f. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia, Niterói, 2017.

Orientadora: Fabiana Rodrigues Leta, DSc.

1. Formação Profissional. 2. Bibliotecário. 3. Biblioteca inclusiva. 4. Pessoa com deficiência. 5. Capacitação. I. Leta, Fabiana Rodrigues, orient. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia. III. Título.

CDD 027.7

Elaborada por CRB 7 / 3861

SANDRA DO AMPARO SILVA FILGUEIRAS

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS
NO SÉCULO XXI: CAPACITAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS
E OS SABERES QUE ARTICULAM BOAS PRÁTICAS NO
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA**

Dissertação submetida à
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial visando à
obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão

Aprovada em: 25/01/2017.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Fabiana Rodrigues Leta - Orientadora/Presidente da Banca
CMPDI/Universidade Federal Fluminense – UFF**

**Prof^a. Dr^a. Cristina Maria Carvalho Delou – Membro Titular
CMPDI/Universidade Federal Fluminense – UFF**

**Prof. Dr. Luiz Antônio Botelho Andrade – Membro Titular
CMPDI/Universidade Federal Fluminense – UFF**

**Prof^a. Dr^a. CLÁDICE NÓBILE DINIZ – Membro Titular Externo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO**

**Prof^a. Dr^a. HELENA C. CASTRO - Membro Suplente
CMPDI/ Universidade Federal Fluminense - UFF)**

Dedico aos meus amados pais Dércio e Aracy Silva. Ao meu amantíssimo padrasto Irary Rodrigues Pontes, por quatro décadas presente na minha vida, sendo um exemplo de caráter e dignidade. Com amor e saudades eternas, meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Fábio e meus amados filhos Diego e Marcel Filgueiras, por serem o meu combustível. Esta caminhada é para vocês.

À Universidade Federal Fluminense – UFF, pela oportunidade de obtenção desse grau de qualificação profissional, para alavancar meus conhecimentos e minha carreira de bibliotecária.

À Professora Dra. Fabiana Rodrigues Leta, Orientadora, com os seus sábios conselhos, muito criativos, possibilitou a realização desta pesquisa.

Às Professoras Cristina Maria C. Delou, Helena Carla Castro, Rejane Wille e outros tantos, pela perseverança e coragem ao enfrentarem diariamente muitas barreiras, para que a UFF pudesse oferecer o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão.

À amiga de mestrado e companheira de batalha, agora Mestre, Lucília Machado, pelo incentivo, parceria incondicional e apoio em todas as etapas do mestrado e, na pessoa dela, agradeço ao Sensibiliza UFF, pela parceria incondicional para um atendimento inclusivo nas bibliotecas da UFF e ajuda nos projetos e atividades desenvolvidas. Ao Ian Cormak e Alex Sandro Lins alunos bolsistas do Sensibiliza UFF.

À Bibliotecária e Mestre Geisa Meirelles Drumond, da Universidade Federal Fluminense, sempre pronta a ajudar com seus importantes conselhos e dicas. Uma profissional que valoriza a educação continuada, nunca parando seus estudos na área.

A Sueli Mancebo, Secretária do Mestrado, pessoa singular, sempre com muita disposição em nos ajudar, nas diversas etapas de inscrição em disciplinas, entregas de documentos e nas vezes em que nos perdíamos com tanta informação.

Aos alunos da UFF Marcos Ramalho, Andrea Faria, Jonatan Santos, Filipe Bernardo Pinto, Camila Alves, Lucas Rodrigues e tantos outros que nos mostram, todos os dias, que as barreiras existentes só desmotivam a quem não deseja enfrentá-las: esta dissertação é para vocês!

E a todos que, de alguma forma, foram importantes nessa caminhada aos novos saberes da educação continuada.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Boaventura de Sousa Santos, 2003).

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	XI
Lista de abreviaturas, siglas e símbolos.....	XIV
Resumo	XVII
Abstracts.....	XVIII
1 Introdução	19
1.1 Apresentação	19
1.2 Contextualizações do Tema	22
1.3 Importância e Justificativa do Estudo.....	29
1.4 O Problema e Questões de Pesquisa	32
1.5 Delimitações da Pesquisa	34
1.6 Revisão de Literatura	34
2 Universidade Pública Inclusiva e Acessível.....	38
2.1 Biblioteconomia e a Sociedade Inclusiva.....	43
2.2 Bibliotecário Universitário – Atuação e Formação Continuada	49
2.3 Bibliotecas Universitárias no Século XXI– Acessibilidade e Inclusão.....	53
2.4 Estudo de Usos e Usuários da Informação Sob a Ótica da Inclusão e	62
Acessibilidade	
2.5 Tecnologias Assistivas para Bibliotecas Universitárias	66
2.6 Produção Editorial Acessível – Socializando o Conhecimento	72
3 Boas Práticas em Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência.	77
em Universidades e Bibliotecas	
3.1 Núcleos ou Serviços de Apoio para o Acesso e Permanência das Pessoas com	77
Deficiência nas Universidades	
A) UFF- Divisão de Acessibilidade e Inclusão “Sensibiliza UFF”	79
B) UFC Inlui – Secretaria de Acessibilidade e Inclusão.....	81
3.2 Ações Pedagógicas Inclusivas nas Universidades	82
A) UFF/Curso de Pedagogia - Escola de Inclusão.....	82
B) UFF/NDPIS - Núcleo de Desenvolvimento de Produtos e Processos na	84
Perspectiva da Surdez	
C) UFF/ABDIn – Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão	86

D) UFF/CMPDI– Divulgação Científica em Diversidade e Inclusão	87
E) UFF/Escola de engenharia/CITI – Centro Integrado de Tecnologia e Inovação	88
F) UNIRIO/GIEI/ NAU - Grupo Interdisciplinar Educação e Inclusão e.....	92
Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade	
G) UFRJ/NCE – Instituto Tércio Pacciti de Aplicações e Pesquisas Computacionais ...	95
3.3 Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas	96
A) Biblioteca Afrânio Antônio da Costa - Tribunal Regional Federal (Trf2/RJ)	96
B) Biblioteca das Faculdades de Administração e Ciências Contábeis /UFF	98
C) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC)	102
D)) LAB - Laboratório De Acessibilidade Da Unicamp	104
E) Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas - Sistema Nacional de.....	105
Bibliotecas Públicas (SNBP), da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do Ministério da Cultura (Minc)	
3.4 Ações de Inclusão e Acessibilidade no Mundo.....	106
A) PROJECT ENABLE (EUA) – Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para	106
Bibliotecários de Toda Parte	
4 Objetivos.....	109
4.1 Objetivo Geral	109
4.2 Objetivos Específicos	109
5 Material e Métodos	110
5.1 Universo e Amostras da Pesquisa	111
5.2 Técnicas de Coleta e Análise dos Dados	114
5.2.1 Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários	114
Campo 1	
5.2.2 Questionário Virtual para os Bibliotecários Universitários - Campo 2.....	118
6 Resultados e Discussão.....	120
6.1 Oficina de Capacitação para Bibliotecários	120
6.2 Questionário Virtual Aplicado aos Bibliotecários das IFES	130
7 Considerações finais	144
7.1 Conclusões	144
7.2 Perspectivas	150
8 Referências	153

9 Apêndices e anexos	170
9.1 APÊNDICES.	170
Apêndice A – Questionário aplicado na Oficina de Capacitação em	170
Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários	
Apêndice B – Questionário virtual Aplicado aos Bibliotecários da	171
UFF, UFRJ e UNIRIO	
Apêndice C: Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para	174
Bibliotecários Universitários: Oficina de boas práticas no atendimento ao usuário com deficiência em bibliotecas universitárias (PRODUTO DA DISSERTAÇÃO)	
Apêndice D: Alguns modelos de Tecnologias Assistivas e programas	191
para usuários com deficiência em bibliotecas universitárias	
Apêndice E: Formulário para levantamento das necessidades de capacitação	205
do servidor do sistema de bibliotecas	
Apêndice F: Avaliação dos Participantes da Oficina de Capacitação em	206
Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários	
Apêndice G: Legislações na temática da inclusão e acessibilidade.....	207
aplicadas em bibliotecas (lista não exaustiva)	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1: Censo Demográfico do IBGE – Pessoas com deficiência.....	30
Figura 2: Convite para o evento III Sinais em foco, em libras	86
Figura 3: II Encontro de Diversidade e Inclusão/UFF – Oficina de Capacitação para bibliotecários.....	88
Figura 4: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF vivenciam experiências inclusivas explorando ambiente universitário.....	90
Figura 5: Projeto Sensibiliza Engenharia – universitários assistem apresentação de bolsista do Sensibiliza UFF sobre TA.....	90
Figura 6: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos aprendem a usar o EDIVOX com professor cego da CADEVISG.....	91
Figura 7: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF aprendem matemática com professora do IBC, com uso da técnica de Origami.....	91
Figura 8: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF aprendem fazer figuras tridimensionais com argila, com professores do CADEVISG.....	92
Figuras 9: Biblioteca do TRF/2 – Possui todas as tecnologias necessárias ao atendimento das pessoas com deficiência visual e auditiva, cadeirantes e outras deficiências.....	97
Figura 10: Equipamentos de tecnologia assistiva	97
Figura 11 Aluno estudando no terminal acessível da biblioteca de Administração da UFF.....	99
Figura 12: Bolsista do Sensibiliza digitaliza PDF para aluno cego na biblioteca de administração/UFF.....	100
Figura 13: Vivência inclusiva – visita guiada à biblioteca de Economia	100
Figura 14: Contato da BAC com aluno cego. Digitalização de obras da bibliografia complementar de uma disciplina.....	101
Figura 15: Site das Bibliotecas da UFC – BU em Libras. O usuário acessa os conteúdos clicando nas “mãoszinhas” símbolo das Libras.....	103

Figura 16: Oficina de Capacitação. Vivência inclusiva, explorando os espaços universitários de olhos vendados e bengala.....	128
Figura 17: Oficina de Capacitação. Uso da Lupa eletrônica. Orientação do aluno com baixa visão.....	129
Figura 18: Oficina de Capacitação. Lanche sensorial Olhos vendados, sob orientação do aluno com deficiência visual.....	129

QUADRO

	Página
Quadro 1: Aspectos teóricos abordados na pesquisa, a partir de revisão da literatura e autores.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Oficina de Capacitação. Identificação dos bibliotecários universitários por idade, sexo, gênero, escolaridade e se possui alunos (usuários) com deficiência.....	121
Tabela 2: Oficina de Capacitação. Categorização referente ao convite e respostas. Objetivo: observar o grau de aceitação do convite para participar da oficina.....	122
Tabela 3: Oficina de Capacitação. Categorização referente ao conhecimento sobre Tecnologias Assistivas e seus usos. Objetivo: Conhecimento prévio sobre o assunto.....	123
Tabela 4: Oficina de Capacitação. Categorização sobre tipos de TA conhecidos. Objetivo: Conhecimento prévio sobre o assunto.....	124
Tabela 5: Oficina de Capacitação. Categorização sobre aprendizagem na Oficina. Objetivo: Conhecimento posterior sobre o assunto e grau de aceitação do produto proposto.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1: Universidade onde atua como bibliotecário	131
Gráfico 2: Idade dos respondentes.....	132
Gráfico 3: Sexo dos respondentes.....	133
Gráfico 4: Universidade onde cursou Biblioteconomia.....	133
Gráfico 5: Disciplinas no curso de biblioteconomia sobre inclusão e acessibilidade.....	134
Gráfico 6: Nível de formação acadêmica.....	135
Gráfico 7: Trabalho de conclusão de curso sobre a temática inclusão e acessibilidade.....	136
Gráfico 8: Existência de usuários com deficiência na biblioteca.....	138
Gráfico 9: Participação em curso de capacitação na temática.....	139
Gráfico 10: Importância da educação continuada para capacitação na temática da inclusão e acessibilidade.....	140
Gráfico 11: Interesse em participar de uma oficina de capacitação em acessibilidade e inclusão.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABDIIn – Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACELB – Associação de Cegos Louis Braille
- ADA–Americans with Disabilities Act
- ALA – American Library Association
- BAC – Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis
- BAVR – Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda
- BCG – Biblioteca Central do Gragoatá
- BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- BM – Banco Mundial
- BU – Biblioteca Universitária (BU)
- BUs – Bibliotecas Universitárias
- CADEVISG – Centro de Apoio ao Deficiente Visual de São Gonçalo
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAS – Coordenação de Apoio Social
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CBIES/RJ - Compartilhamento entre Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro
- CDPC – Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- CITI – Centro Integrado de Tecnologia e Inovação
- CMPDI – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- CNRTA - Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva
- CGLL - Coordenadoria Geral de Livro e Leitura
- CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- CORDE – Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa com Deficiência (Hoje Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência)
- DAI – Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF
- ENABLE - Expanding Nondiscriminatory Access By Librarians Everywhere

FBN - Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

GIEI - Grupo Interdisciplinar Educação E Inclusão

IACS – Instituto de Arte e Comunicação Social – Curso de Biblioteconomia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFES -Instituições Federais de Ensino Superior

IFLA –International Federation of Library Associations

INCLUIR - Programa de Acessibilidade na Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LAB – Laboratório de Acessibilidade

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCTI - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MIP – Moderno Profissional da Informação (sigla em inglês – Modern Professional Information)

NCE – Núcleo de Computação Eletrônica (Hoje Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

NDPIS - Núcleo de Desenvolvimento de Produtos e Processos na Perspectiva da Surdez

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PcD – Pessoa com Deficiência / PcDs – Pessoas com Deficiência

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura

PPD – Pessoa Portadora de Deficiência (1986 a 1996) – em desuso.

PPGB – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (UNIRIO)

PREUNI – Prefeitura Universitária – UFF

PROAES – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PROGEPE – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades.

SDC– Superintendência de Documentação

SIBI – Sistema de Bibliotecas - UFRJ

SNBU - Seminário Nacional de Biblioteca Universitária

SENABRAILLE - Seminário Nacional de Bibliotecas Braille
SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo
TA - Tecnologia Assistiva
TAs – Tecnologias Assistivas
W3C - World Wide Web Consortium

RESUMO

A presente pesquisa visa contribuir para a compreensão da importância da formação continuada dos bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias públicas no atendimento aos alunos com deficiência física, auditiva, motora, intelectual e mobilidade reduzida, e propõe, como produto da dissertação, uma Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários. A metodologia da pesquisa, com fins exploratórios, é documental, bibliográfica e de campo, tendo sido delimitados dois campos empíricos para a aplicação do instrumento de coleta de dados, o questionário, sendo, o primeiro, a Oficina de Capacitação para Bibliotecários, realizada no II Encontro de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, o segundo campo empírico, os Sistemas de Bibliotecas de três universidades federais situadas no Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Utilizou-se a amostra não probabilística por conveniência, ou seja, os indivíduos empregados não foram selecionados por meio de critérios estatísticos, mas por estarem prontamente disponíveis nas três instituições de ensino. A pesquisa investigou os 376 bibliotecários destas universidades, procurando saber se estes tiveram em seus cursos de graduação e/ou pós-graduação, disciplinas específicas para o atendimento aos usuários com deficiência em bibliotecas, tendo retornado 84,8% de respostas negativas. Sobre a temática do Trabalho de Conclusão dos Cursos, 92,9% dos bibliotecários respondentes disseram não ter sido sobre acessibilidade e inclusão, em nenhum dos seus aspectos. Contudo, a pesquisa confirma a presença de usuários com deficiência nas bibliotecas em que atuam, sendo que 52% profissionais disseram haver usuários com deficiência que procuram os serviços. Neste contexto, a Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários poderá ser desenvolvida pelos Órgãos Administrativos das Instituições de Ensino Superior públicas, como os de Aperfeiçoamento na Carreira, ou, pelos projetos de capacitação de funcionários dos Sistemas de Bibliotecas, podendo também servir como inspiração para outras instituições de ensino e bibliotecas.

Palavras-chave: Acesso à informação. Acessibilidade. Biblioteca universitária. Pessoa com deficiência. Bibliotecário. Capacitação.

ABSTRACT

This research aims to contribute to an understanding of the evaluation of the continuous training of librarians working in public university libraries in the care of students with physical disabilities, hearing, motor, intellectual and reduced mobility, and proposes, as a product of the dissertation, a Training Workshop In Accessibility and Inclusion for Librarians. The research methodology, with exploratory purposes, is documentary, bibliographical and field, and two empirical fields were delimited for an application of the data collection instrument, the questionnaire, being, the first, a Training Workshop for Librarians, held in the Second Meeting of Diversity and Inclusion of the Federal Fluminense University (UFF) and, the second empirical field, the Library Systems of three federated universities located in Rio de Janeiro: Fluminense Federal University, Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). It was used as a non-probabilistic example for convenience, that is, the jobs employed were not selected by means of statistical criteria, but because they were readily available in the three educational institutions. The research searched 376 librarians of these universities, seeking to know if they have in their undergraduate and graduate courses, specific disciplines to serve users with disabilities in libraries, having returned 84.8% of the negative responses. On a topic of Course Completion Work, 92.9% of the librarians interviewed said that they had not been about access and inclusion, in any of its aspects. However, the research confirms the presence of disabled users in the libraries in which they operate, with 52% of professionals saying that they are disabled looking for services. In this context, the Accessibility and Inclusion Training Workshop for University Librarians can be developed by the Administrative Bodies of Higher Education Institutions, such as Career Improvement Projects, or by training projects of Library System employees, and may also serve as Inspiration for other educational institutions and libraries.

Keywords: Access to information. Accessibility. University library. Disabled person. Librarian. Training.

1 INTRODUÇÃO

A introdução, no ciclo do pensamento reflexivo, para Salvador (1986, p.177), tem a dupla finalidade de “indicar os postulados ou pressupostos indispensáveis para o entendimento do assunto e enunciar, em termos claros e sucintos, os temas e seus respectivos problemas”.

1.1 APRESENTAÇÃO

A motivação para esta pesquisa sustenta-se na familiaridade e na vontade pessoal da autora em se aprofundar no tema da inclusão e acessibilidade em bibliotecas públicas escolares e universitárias, em cuja área vem atuando há 30 anos.

Segundo dados do INEP (BRASIL, 2014) ensino público federal superior brasileiro possui cada dia mais, alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), que podem ser por altas habilidades ou superdotação, deficiência visual (DV), deficiência auditiva (DA), dislexia, autismo, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência motora e outras. Por essa razão, os bibliotecários devem estar atentos em buscar novas formas de disponibilizar os seus recursos, produtos e serviços, bem como seus espaços físicos e virtuais, garantindo o acesso de todos os alunos com deficiência, em igualdades de condições com todos os demais usuários.

Os bibliotecários, e em particular os bibliotecários acadêmicos de três instituições federais brasileiras de ensino superior, são os profissionais envolvidos no universo desta pesquisa, no tocante ao atendimento de alunos nas bibliotecas universitárias, onde estes profissionais têm a chance de atuar como agentes de mudança oferecendo as melhores práticas e tendências para o acesso à informação, colaborando na construção do conhecimento do aluno, com ou sem deficiência.

Nesse contexto, a pesquisa reflete e aponta a necessidade da educação continuada do bibliotecário na temática da acessibilidade e inclusão, em decorrência, conforme resultados levantados em pesquisas sobre o assunto, da falta de disciplinas obrigatórias sobre a temática da sociedade inclusiva nos cursos de graduação em Biblioteconomia brasileiros e americanos. Refletiu-se, portanto, sobre a formação acadêmica e profissional desses atores e o perfil para atuar diante dos novos paradigmas sociais, culturais e educacionais presentes no século XXI, que visam à inclusão dos alunos com deficiência nas universidades e nas suas bibliotecas.

De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, considera-se pessoa com deficiência (PcD) aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No Brasil, a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – CDPD (BRASIL, 2009) em seu Art. 9º - sobre Acessibilidade, declara que os Estados devem permitir que as pessoas possam ter vida independente, sem obstáculos, tendo acesso “em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação”. Além disso, o Art. 9 diz, que os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público devem ter sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão, inclusive oferecer “assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios, escolas e universidades (BRASIL, 2012).

Mazzoni et al. (2001) apresentaram em sua pesquisa, há duas décadas, o que seria a evolução do conceito da acessibilidade, que na época era associado apenas ao projeto livre de barreiras, para o que é hoje conhecido como desenho para todos, envolvendo aspectos tanto do mundo físico como do mundo digital. Os autores discutiram, na época, a importância das bibliotecas universitárias adotarem critérios de acessibilidade nos aspectos de acesso à informação e comunicação e aspectos atitudinais, onde foram elaboradas propostas de melhorias para as condições de acessibilidade em bibliotecas universitárias.

De modo aplicável às bibliotecas universitárias, a CDPD (BRASIL, 2009), no Art. 9 determina que os Estados promovam o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à internet; e promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

O Art. 30 da CDPD (BRASIL, 2009) fala da participação na vida cultural tendo acesso aos bens culturais em formatos acessíveis: ter acesso a programas de televisão, cinema em formatos acessíveis - considerando que, na atualidade, muitas bibliotecas

apresentam seus serviços e produtos em forma de tutoriais, em vídeo ou apresentações, deve-se pensar neste tipo de acessibilidade, inclusive, poder acessar locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

Outro ponto importante levantado pela CDPD (BRASIL, 2009) no mesmo Art. 30 – item 3, é sobre a questão dos direitos autorais, onde a Convenção cita que deve-se “assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais”. No Art. 30 - item 4, “As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”.

Ainda com a CDPD (BRASIL, 2009), em seu Art. 20 - Mobilidade pessoal, determina que se deva dar auxílio às PcD com ajudas técnicas, mas com a máxima independência possível, levando em conta todos os aspectos relativos à mobilidade: [...] b) “Facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores”.

Paula e Carvalho (2009) apresentaram em sua pesquisa a proposta de criação de conteúdos ou disciplinas nos cursos de Biblioteconomia que colaborassem na formação dos futuros bibliotecários para o atendimento aos usuários com deficiência nas bibliotecas universitárias.

Em relação à formação continuada do profissional, Costa (2015), Curi (2015) e Stroparo (2014) e em suas pesquisas, refletiram sobre a importância desta temática nos tempos atuais, para o exercício da prática profissional dos bibliotecários, enfatizando que estes não podem prescindir do aprendizado contínuo na chamada “Era da Informação”, estando aptos para atenderem aos diversos segmentos da comunidade universitária, com características como flexibilidade, criatividade, liderança, ética e interatividade com os sistemas globais informacionais e, principalmente, com os usuários com deficiência.

Essa pesquisa apresenta em seu referencial teórico, os Marcos Legais e os conceitos básicos sobre inclusão e acessibilidade e sua aplicação nas bibliotecas universitárias públicas, descrevendo e mostrando as principais ferramentas tecnológicas nacionais e internacionais disponíveis para o acesso à informação nestes espaços

informativas, e as boas práticas que promovem a inclusão na universidade e em suas bibliotecas.

O produto final dessa pesquisa é apresentado no (Apêndice C) é uma Oficina de Capacitação em Acessibilidade e inclusão para Bibliotecários Universitários direcionado para a área de recursos humanos das bibliotecas universitárias, voltado para habilitar os bibliotecários para interagir com os universitários que tenham algum tipo de deficiência, no uso da biblioteca e das novas tecnologias que permitem acesso à informação e, foi proposto, para que sejam desenvolvidas novas e necessárias potencialidades existentes nestes profissionais, para atenderem a todos os usuários, de modo ágil, criativo e proativo. Após a capacitação, espera-se, estarem aptos para construir um plano de desenvolvimento inclusivo nas bibliotecas universitárias de que fazem parte.

A Oficina de Capacitação, apresentado no (Apêndice C) de acordo com metodologia estabelecida, foi dividida em duas partes, sendo a primeira as aulas teóricas sobre conscientização social e profissional, legislações e normas, programas governamentais, conceitos e soluções em acessibilidade. Na segunda parte, apresenta-se a aula prática, usos dos equipamentos de tecnologia, *software* ou conjunto de programas específicos para pessoas com deficiência, vivências inclusivas, visitas guiadas e trabalho em grupo.

Desse modo, este produto não pretende ser um guia ou modelo para reger o comportamento do profissional ou o funcionamento das bibliotecas universitárias, mas sim, um apoio para que os mesmos se aproximem dos valores e atitudes inclusivas, sendo esta a filosofia da “Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários: boas práticas no atendimento ao usuário com deficiência”. Segundo Booth e Ainscow (2002) os profissionais precisam colocar valores inclusivos em suas ações, para permitir a participação de todos no ensino, na aprendizagem e nas relações, sendo esta atitude, um combate à discriminação.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÕES DO TEMA

As transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas no mundo, iniciadas nos anos 1970, têm exigido melhorias no aumento da eficiência das Organizações e

Instituições, como um todo. Contudo, conferências e declarações internacionais ocorridas nos anos 1990 trouxeram desafios ainda maiores com vistas a reestruturar projetos e diretrizes nas políticas públicas educacionais, como a Conferência Mundial de Educação Para Todos (Jontiem/Tailândia, 1990) e a Declaração de Salamanca de Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial (Espanha, 1994).

A Conferência (1990) propôs a adoção de linhas de ação em Educação Especial, e teve como princípio orientador, que “todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas [...]” (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE EDUCACIÓN PARA TODOS, 1990, p. 17 e 18 apud CARVALHO, 1997, p. 56).

No Art. 5 da Conferência de Jontien, aparece a biblioteca, como instrumento ou canal de informação que pode contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, informação e educação dos indivíduos:

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, **as bibliotecas**, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCACIÓN PARA TODOS, 1990, p. 5, grifo nosso).

A mesma Conferência (1990, p. 4), no Art. 5 diz que as “necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras (sic) de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores (sic) de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”.

Sobre a Declaração de Salamanca, Carvalho (1997, p.56, grifo da autora) explica que “em Salamanca foram reafirmados o direito à educação de cada indivíduo, conforme da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e as demandas resultantes da Conferência Mundial de Educação para todos, de 1990”, citada no parágrafo anterior, ou seja, estes debates promoveram a universalização da educação para crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, que devem ser incluídos em escolas comuns.

Delou (2016) cita que o Brasil, a partir das novas abordagens mundiais sobre a inclusão na escola, “passou a legislar, ininterruptamente, para orientar as mudanças previstas no novo paradigma educacional da educação inclusiva, pautado no reconhecimento da diversidade humana, dos direitos humanos, da indissociabilidade dos valores de igualdade e diferença, indo além da ideia de equidade formal para lidar com a exclusão na escola” (DELOU, 2016, p. 10).

A Conferência Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 2009), teve como Diretriz “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento”, e nos temas **acesso, igualdade e qualidade** discutiu que nos últimos dez anos, esforços enormes foram feitos a fim de aumentar o acesso, e garantir a igualdade e principalmente, o sucesso dos alunos. Porém, grandes disparidades ainda persistem e constituem uma fonte maior de exclusão. Pontos levantados pelo Documento, que contribuem para o embasamento desta pesquisa:

A sociedade do conhecimento precisa de diversidade nos sistemas de educação superior com uma gama de instituições que tenha abrangia **diferentes alunos**;

A **aplicação de T.I.C** para ensinar e aprender tem um imenso potencial para aumentar o **acesso**, a qualidade e o sucesso;

Instituições de ensino superior devem investir no **treinamento** de faculdades e **equipe de funcionários** para executar novas funções que envolvam sistemas de ensino e aprendizagem;

Os resultados das pesquisas científicas devem se tornar mais disponíveis através das T.I.C., além do acesso aberto à literatura científica;

O **treinamento** oferecido pelas instituições de ensino superior devem tanto responder a como antecipar as necessidades sociais. Isso inclui a promoção de pesquisas para o desenvolvimento e **utilização de novas tecnologias**;

Critérios de qualidade devem refletir todos os objetivos da educação superior, notavelmente o propósito de cultivar o pensamento crítico e independente nos estudantes e a capacidade de aprender por toda a vida.

Devem estimular a **inovação e a diversidade**. Garantir a qualidade do ensino superior requer o reconhecimento da importância de se atrair e reter uma **equipe de ensino e pesquisa comprometida, talentosa e qualificada**. (UNESCO, 2009, p.2-4, grifo nosso).

A Universidade Pública tem como missão produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada. Produzir conhecimento significa

fazer avançar as suas fronteiras, desvelando o mundo e sua lógica, o que se faz, em geral com paixão, através da missão Institucional da pesquisa, do ensino e da extensão. Difundir conhecimento significa disponibilizá-lo através dos livros, pesquisas, periódicos eletrônicos, tecnologias, programas de computador, formando e capacitando pessoas (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2016, *online*). Contudo, este universo nem sempre é acessível a todos os cidadãos com deficiência que entram na universidade, uma vez que estes alunos não encontram recursos para acessar as informações contidas nestes suportes.

Valentim (2000) em uma visão geral propõe que os bibliotecários mudem seus paradigmas, seus tradicionais modelos de trabalho, pois a “sociedade da informação tem exigido um profissional com características, capacidades e habilidades modernas, no que diz respeito a sua atuação no mercado de trabalho [...] uma vez que a informação é insumo de trabalho de vários profissionais” (VALENTIM, 2000, p. 16).

De acordo com Carvalho (2004), para acompanhar essas mudanças, exige-se dos profissionais uma nova postura e novos conhecimentos, principalmente dos bibliotecários, que trabalham atendendo alunos, com e sem deficiência, em bibliotecas universitárias. Hoje, os profissionais da informação enfrentam “a transição da organização de estoques de documentos para a acessibilidade e disponibilidade da informação. Para isso, precisam rever e redesenhar ações, produtos e serviços” (CARVALHO, 2004, p.20).

Essa visão é compartilhada com Silva, Costa e Crivellari (2014), ao afirmarem que o profissional bibliotecário deve estar atento para as mudanças que estão acontecendo ao seu redor e se capacitar para as demandas das pessoas com deficiência que a biblioteca terá como usuário. Segundo os autores, o bibliotecário deve conhecer as necessidades de um grupo de atores sociais que viviam à margem da sociedade, sendo ignorados, excluídos, não sendo considerados legítimos e que hoje estão presentes no ambiente universitário “lutando pelos seus direitos para que possam ter condições de realizar o seu percurso acadêmico e ir para o mercado de trabalho” (SILVA; COSTA; CRIVELLARI, 2014, p. 2455).

Giacumuzzi, Moro e Estabel (2014) também mostraram que, devido à inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro, muitos deles têm alcançado o ensino superior e, conseqüentemente, transformam-se em usuários de bibliotecas

universitárias. Essa nova realidade impõe que os bibliotecários projetem e propiciem ambientes e serviços acessíveis. “No entanto, para isso se faz necessário que os bibliotecários conheçam como ocorre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas, dentre elas as bibliotecas universitárias” (GIACUMUZZI; MORO; ESTABEL, 2014, p. 3).

Targino (2010, p.40) lembra que o bibliotecário, mesmo diante de novos paradigmas, não deve esquecer que a biblioteca é uma instituição social e está sujeita a qualquer processo de mudança na sociedade onde está inserida, “é objetivo primordial de qualquer biblioteca a preservação e a disseminação dos valores da cultura nacional”, e é a ação profissional e governamental que determinam a atuação dessas instituições, não importando sua tipologia, “se não há predisposição dos profissionais em consolidá-las como tal e, sobretudo se não existir vontade política para acioná-las como verdadeiros centros de aprendizagem” (TARGINO, 2010, p. 41).

Os gestores de bibliotecas universitárias precisam investir em capacitação, conforme Small, Myhill e Herring-Harrington (2015, p.80) apontam em seus estudos, que os bibliotecários “não têm conhecimento adequado, habilidades e atitude para fornecer, programas, serviços e recursos para pessoas com deficiência”. Os autores citam ainda, que um estudo com mais de 1600 escolas de Biblioteconomia no Estado de Nova York, em 2006, mostrou que apenas 3% dos bibliotecários pesquisados conheciam um pouco do assunto, e que os demais foram deixados de fora dessa formação, por suas escolas de Biblioteconomia (SMALL; SNYDER, 2010, apud SMALL; MYHILL; HERRING-HARRINGTON, 2015, tradução nossa).

Em relação à atuação necessariamente híbrida, virtual e física, do bibliotecário em seu atual “ecossistema”, Santa Anna (2014) ressalta em seus estudos que a “virada de século e milênio trouxe grandes transformações as quais desencadeiam mudanças nos fazeres dos profissionais que lidam ou gerenciam a informação” [...] (SANTA ANNA, 2014, p. 3).

Filgueiras e Leta (2016) também evidenciaram que, diante das previsões do fim do livro e das bibliotecas, nota-se que, na verdade, as bibliotecas universitárias se tornaram um espaço moderno de convivência e, por isso,

atrai o aluno que procura um lugar para pesquisar usando livros físicos e o computador pessoal. Algumas estão equipadas com tecnologias assistivas, com scanner, lupa eletrônica e impressora Braille para a pessoa com deficiência visual (cego, baixa visão), que simplesmente coloca um livro sobre o vidro de exposição para digitalização e, com um toque no botão, transforma palavras impressas em arquivos de áudio, que podem ser salvos em variados formatos. Isso proporciona ao usuário com deficiência autonomia nos estudos, além de qualidade de vida (FILGUEIRAS; LETA, 2016, p. 61).

Em face do exposto, é fundamental explicar os termos que doravante serão empregados neste documento, para torná-los claros e compreensivos, pois conforme explica Marconi e Lakatos (2010, p. 144), “é importante definir todos os termos que possam dar margem a interpretações errôneas”.

De acordo com Sasaki (2013), pronuncia-se pessoa com deficiência (PcD), pessoas sem deficiência, necessidades especiais e necessidades educacionais especiais (NEE). Cabe ressaltar que a expressão Portador de Deficiência, ou Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), foi bastante usada entre os anos de 1988 e 1993, e, segundo Sasaki (2014, p.3), nessa época, “organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente”, pois sinalizava que a pessoa inteira seria deficiente. ‘Pessoas portadoras de deficiência’, termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo ‘pessoas deficientes’”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012), define alguns termos muito usados nas publicações sobre a temática e nessa dissertação:

‘Comunicação’ abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

‘Língua’ abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada;

‘Discriminação por motivo de deficiência’ significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

‘Adaptação’ razoável significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2012).

Duas expressões que possuem profundo significado são **“sociedade da informação”** e **“sociedade do conhecimento”**, amplamente citadas no decorrer da dissertação, e devem, com Barreto (2012), ser explicadas, por haver sempre uma confusão na interpretação dos seus conceitos:

É um erro confundir sociedade de informação com sociedade do conhecimento. A sociedade da informação é uma utopia de realização tecnológica e a do conhecimento uma esperança de realização do saber. A sociedade do conhecimento contribui para que o indivíduo se realize na sua realidade vivencial. Compreende configurações éticas e culturais e dimensões políticas. A sociedade da informação, por outro lado, está limitada a um avanço de novas técnicas devotadas para guardar, recuperar e transferir informações [...]. A sociedade da informação, também, agrega as redes de informação, que são conformações com vigor dinâmico para uma ação de geração do conhecimento (BARRETO, 2012, p. 14-15).

Quanto à expressão bibliotecas universitárias federais brasileiras, será adotada a expressão reduzida “biblioteca universitária”, pois é a maneira utilizada na literatura da área, abrangendo todas bibliotecas das instituições de ensino superior públicas. Por outro lado, a expressão “usuário”, por muitas vezes utilizada no percurso da pesquisa, tem seu conceito citado por Accart (2012, p. 304), que diz ser usuário “qualquer pessoa que apresenta uma necessidade de informação que precisa ser satisfeita e que utiliza os recursos documentários colocados à sua disposição pelo profissional da informação”.

Usuários ou usuários com deficiência, alunos e alunos com deficiência, salientando-se que por diversas vezes o texto se refere à comunidade universitária como um todo, sem distinção, composta de alunos, professores e funcionários. Contudo, vale ressaltar que a pesquisa aqui apresentada focaliza o aluno com deficiência e o uso dos recursos existentes nas bibliotecas universitárias.

Nessa trabalho, a grafia empregada é “braille”, pois “Em 10/7/05, a Comissão Brasileira do Braille (CBB) recomendou a grafia ‘braille’, com ‘b’ minúsculo e dois ‘l’ (éles),

respeitando a forma original francesa, internacionalmente empregada. Porém, quando se referir ao educador Louis Braille e quando o sobrenome 'Braille' fizer parte do nome de instituições, grafa-se 'Braille'" (SASSAKI, 2013, *online*).

A NBR 10520:2002, em 5.1 diz que deve-se especificar no texto a(s) página(s), volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada, nas citações diretas. Contudo, nas citações de um documento eletrônico, não numerado por páginas, no lugar do número da página será utilizado o termo inglês *online*.

1.3 IMPORTÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Quatro campos fazem algumas interlocuções com a pesquisa: "a Biblioteconomia, com os processos de gestão da informação, disponibilização de serviços, produtos e atendimento aos usuários; a Engenharia, com as tecnologias assistivas; e a Educação" (DINIZ, 2016, *online*), principalmente a Educação Inclusiva, e, finalmente, a administração pública, com seu conjunto de órgãos e agentes que têm como atribuição satisfazer as necessidades da sociedade por meio da prestação de serviços públicos.

A inclusão, para Sasaki (2004), defende um mundo para todas as pessoas, a convivência harmoniosa entre elas e, democraticamente, com seus direitos garantidos, suas necessidades atendidas, e o mais importante, dentro das potencialidades de cada indivíduo. Para o autor, existem os defensores da inclusão, que são os inclusivistas, pessoas que estão "trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc" (SASSAKI, 2004, p.4).

O Brasil, conforme o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, contava com cerca 45.606.048 pessoas com deficiência, o que representava 24% da população, conforme mostra a figura 1:

Figura 1: Censo Demográfico do IBGE – Pessoas com deficiência.



Figura 1: Censo Demográfico do IBGE – Pessoas com deficiência. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2010.

Como mostrado pelo Censo da Educação Superior do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2013), cresceu o acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior no país de 2003 e 2013, ou seja, o número de matrículas passou de 5.078 para 29.034, e, de acordo com o MEC/INEP, esse aumento expressivo se deu por conta de um conjunto de ações governamentais, como a criação de novas instituições e cursos e iniciativas como o Programa Universidade para Todos - Prouni, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o MEC/INEP (BRASIL, 2013), “considerando diferentes dimensões (renda, cor ou raça, sexo e região geográfica), fica claro que as políticas de inclusão em curso precisam ser mantidas e ampliadas para garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os brasileiros”.

As universidades, lócus de vital importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural da humanidade, onde se formam cidadãos críticos, qualificados e cultos, encontram-se diante de uma demanda, sem precedentes, de alunos com deficiência que alcançam o ensino superior e que buscam, como qualquer cidadão, novas oportunidades, habilidades, conhecimentos e realização dos seus ideais, de vida e profissionais. Mas, quais as condições encontradas por estes para realizarem seus estudos nas bibliotecas

das universidades públicas?

Nesse campo, Santos (2013) realizou uma pesquisa enfocando as políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência em universidades brasileiras e portuguesas, e, entre várias questões apontadas, a autora chamou a atenção para o problema encontrado pelos alunos com deficiência visual, quanto à disponibilização de livros e textos em formatos acessíveis, dizendo que “as bibliotecas poderiam já adquirir livros nestes formatos [...], além disso, os professores poderiam disponibilizar esses textos para os alunos, em PDF [acessível], ao invés de deixá-los na *Xerox*” (SANTOS, 2013, p. 335).

Santos (2013) ainda sugeriu que na universidade poderia ter um espaço responsável por essa digitalização e cada material acessível produzido poderia ser disponibilizado virtualmente para troca de materiais entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Contudo, seus resultados mostraram que não há, nas instituições brasileiras, nenhuma ação que tenha o objetivo de disponibilizar uma base de dados nacional com vistas à troca de materiais já digitalizados, para dar apoio aos estudantes com deficiência. Em contrapartida, cita a autora, que esse intercâmbio de materiais acessíveis acontece em Portugal “por meio da Biblioteca Aberta no Ensino Superior – Baes” (SANTOS, 2013, p.335). Contudo, atenta-se para o fato, no Brasil, das questões relativas aos direitos autorais, que ainda impedem a livre circulação de material digitalizado para todas as pessoas com deficiência.

O que move a sociedade contemporânea é a informação, onde bibliotecas e bibliotecários precisam estar alertas às novas formas de relações sociais e práticas culturais advindas das aplicações tecnológicas em informação. Targino (2010) afirma que as novas tecnologias têm seu próprio tempo, espaço e público, contudo, não se opõem às pré-existentes, mas as complementam. Neste sentido, é dever das bibliotecas universitárias e do bibliotecário, garantir os direitos dos usuários com deficiência, proporcionando os meios de acesso à informação e à produção científica, através dos dispositivos e tecnologias criadas para atender as necessidades individuais ou diferenciadas das pessoas que desejam construir seu conhecimento, buscando os seus produtos e serviços, sem esquecer que as tecnologias são meios, não um fim em si mesmas.

Quanto a isso, Stroparo (2014), fala da função social do profissional da informação

no atendimento às necessidades e demandas dos usuários, quando diz que as bibliotecas universitárias precisam romper práticas tecnicistas e estar preparadas para atender pessoas que tenham dificuldade de ler material impresso e oferecer serviços em diferentes formatos, como a escrita braille, as publicações com fonte ampliada, materiais em alto relevo, audiolivros, livros eletrônicos e textos digitalizados, sempre refletindo as necessidades e demandas da comunidade. Targino (2010, p. 46) explica que “As bibliotecas virtuais avançam e avançarão mais e mais – este é um caminho sem volta – mas sua eficiência ainda está vinculada à eficiência dos profissionais da informação ou do bibliotecário, em particular”. Eficiência essa que só poderá ser alcançada com o desejo de aprender cada vez mais.

Nesse contexto, atenta-se aqui para a postura do moderno profissional bibliotecário, no sentido de investir no seu desenvolvimento, estudando por conta própria ou buscando novas capacitações, através da educação continuada, presencial ou à distância, na instituição onde trabalha ou fora dela, para sua inserção e interação com a sociedade inclusiva.

1.4 O PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA

As pesquisas buscam indagar e construir uma realidade, alimentando as atividades de ensino frente à realidade do mundo, vinculando pensamento e ação (MINAYO, 2001). Para a autora, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (MINAYO, 2001, p. 18).

A questão discutida na dissertação é que devido à entrada de alunos com deficiência no ensino superior público federal, há a demanda de reorganização dos espaços universitários, inclusive das bibliotecas, no sentido de apoiar estes usuários no acesso à informação, aos serviços e produtos, mas, isso requer capacitação dos bibliotecários que não estão devidamente formados. Portanto, questiona-se: como capacitar esses profissionais?

Silva, Costa e Crivellari (2014) destacam que os bibliotecários, diante desses novos desafios, precisam adquirir conhecimentos específicos para atender essa parcela da sociedade, que acessa cada vez mais o ensino superior.

As habilidades e o desempenho dos bibliotecários nas bibliotecas universitárias (BUs) influencia diretamente “na qualidade dos serviços de informação voltados para atender, principalmente, às demandas de informação dos alunos, professores e funcionários da universidade” (DRUMOND, 2014, p. 17). Nesse sentido, a ausência de conhecimentos desses profissionais sobre a inclusão e acessibilidade em bibliotecas universitárias, evidencia dificuldades para promover o acesso, com autonomia, dos indivíduos com deficiência ao conhecimento e mostra, com isso, a necessidade de mudanças no processo de educação formal e continuada do bibliotecário (COSTA, 2015), considerado hoje ultrapassado, no sentido de deixar uma “lacuna” na formação dos acadêmicos, nos cursos de graduação ou pós-graduação existentes no Brasil.

Partindo do princípio de que a BU deve investir na qualidade do atendimento ao aluno que acessa a universidade, visando prestar serviços de qualidade e atender às demandas e necessidades de informação dos seus usuários, indaga-se:

- Como os bibliotecários estão sendo preparados para atenderem alunos com deficiência que acessam o ensino superior e buscam os serviços da biblioteca?
- Nos cursos de graduação em Biblioteconomia são oferecidas disciplinas obrigatórias sobre acessibilidade e inclusão?
- Quais as atividades relacionadas ao processo de formação continuada desses profissionais quanto ao conhecimento sobre a sociedade inclusiva?
- Qual o grau de interesse dos bibliotecários universitários em participar de capacitação em acessibilidade e inclusão a fim de ampliar habilidades e competências?
- Os profissionais bibliotecários estão preocupados com a questão do acesso à informação pelos cidadãos com deficiência?

Portanto, considerando que os cursos de biblioteconomia não preparam o bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva, pressupõe-se que os profissionais que atuam nas bibliotecas universitárias, não estejam capacitados para esse enfrentamento. Nesse sentido, cabe refletir sobre a possibilidade de sensibilizar os profissionais a se dedicarem à formação continuada, visando à melhoria dos processos que envolvem atendimento aos usuários com necessidades educacionais especiais.

1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Quanto à sua extensão, esta pesquisa abrange somente os servidores bibliotecários lotados nas bibliotecas universitárias (incluindo as escolares) de três universidades públicas federais brasileiras, situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, que são a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O limite quanto ao campo de investigação abrangeu dois aspectos: de espaço, quando foi analisado na Oficina de Capacitação realizada na UFF em 2015; e de tempo para a pesquisa com questionário virtual do *Google Drive* (40 dias), com os bibliotecários que trabalham nas três IFES, em 2016.

Quanto à amostra, utilizou-se o método da amostragem não probabilística, conceituado por Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2006, p.255) como sendo “um subgrupo da população no qual a escolha dos elementos não depende da probabilidade, e sim das características da pesquisa”, ou seja, o universo para a coleta de dados para as pesquisas de campo contou primeiramente com os 129 bibliotecários da UFF, (Oficina – Campo 1), e, após, com os 376 bibliotecários das três universidades (pesquisa virtual – Campo 2).

1.6 REVISÃO DE LITERATURA

Marconi e Lakatos (2010, p. 151) afirmam que “a coleta e análise dos dados são o núcleo central da pesquisa, pois proporcionam respostas às investigações, e que, mesmo sendo atividades distintas, são estreitamente relacionadas”. [...] estes processos envolvem as operações de análise (interpretação, explicação e especificação) e interpretação, que “procura dar significado mais amplo às respostas”, mostrando o verdadeiro significado do material que foi coletado e apresentado, de acordo com os objetivos propostos e ao tema.

Na revisão, abordam-se a inclusão no ensino superior público federal, a acessibilidade nas bibliotecas universitárias e a importância da formação continuada do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. Também se mostra, a partir de pesquisas de vários autores, a lacuna deixada pelos cursos de graduação em Biblioteconomia, ao

não oferecerem, na grade curricular das disciplinas obrigatórias, disciplinas sobre a temática da inclusão conforme apresentam Paula e Carvalho (2009), Almeida e Baptista (2013) em suas pesquisas. Outros temas relevantes, como tecnologias assistivas e produção editorial acessível foram incluídos.

Os resultados das pesquisas exploratórias serviram como base para as argumentações e análises dos resultados da pesquisa aqui apresentada. Os documentos eletrônicos como artigos científicos, teses, *e-books*, bases de dados, pesquisas científicas e outros, foram recuperados do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no motor de busca Google e Google Acadêmico, nos Anais de eventos como os do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), Seminário Nacional de Bibliotecas Braille (SENABRAILLE), Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) da UFF, para livros, teses e dissertações físicas. A Associação americana de bibliotecas ou *American Library Association* (ALA) e o *PROJECT ENABLE da Syracuse University, NY, EUA*, também serviram de base para as argumentações.

Sem utilizar filtros para refinamento das buscas, utilizaram-se os descritores ou palavras-chave que melhor representassem os conceitos necessários para a formação do escopo teórico de apoio, tais como acessibilidade, inclusão, deficiência, biblioteca inclusiva, universidade, biblioteca universitária, biblioteconomia, *curriculum*, bibliotecário, formação e perfil, educação continuada, leis, decretos, portarias, entre outros, sobre inclusão, pessoa com deficiência, sites e blogs que discutem e informam sobre a temática. Os mesmos termos em inglês também foram pesquisados, e da mesma forma. Buscou-se nos campos título e assunto, para aumentar os resultados e por vezes, recorreu-se aos operadores *booleanos* para aumentar a precisão na recuperação dos documentos, evitando-se o excesso desnecessário.

A pesquisadora recorreu à Base do *Emerald Group Publishing* e recuperou um periódico de extrema importância no mundo bibliotecário chamado "*Advances in Librarianship*", cujo número 40 de 2015 foi totalmente dedicado à temática da inclusão e acessibilidade em bibliotecas: "*Accessibility for Persons with Disabilities and the Inclusive Future of Libraries*". Contudo, o acesso aos 13 artigos era restrito, mesmo através do ID da Universidade Federal Fluminense. Porém, um artigo atual (2015) e importante para o

desenvolvimento dessa pesquisa foi gentilmente disponibilizado por Ruth V. Small, professora da *Syracuse University, Syracuse, NY, USA*, intitulado *“Developing Accessible Libraries and Inclusive Librarians in the 21st Century: examples from practice”*. O (Quadro 1) mostra os aspectos pesquisados, física e eletronicamente:

Quadro 1 – Aspectos teóricos abordados na pesquisa, a partir da revisão da literatura e autores.

Aspectos teóricos	Autores citados
Universidade pública, políticas públicas, acessibilidade e inclusão	Filgueiras e Meirelles (2014), Mazzoni et al. (2001), Moreira, Michels, Colossi (2006), Santos (2013), Stroparo (2014), Stroparo e Moreira (2016), UFF (2016), UFRJ (2016), UNIRIO (2016)
Biblioteconomia e currículos	Almeida e Baptista (2013), Fonseca (2007), Paula e Carvalho (2009), Silva, Costa, Crivellari (2014), Small, Myhill e Herring-Harrington (2015), Targino (2010)
Bibliotecário - trabalho e perfil	Arruda, Marteleto e Bello (2000), Curi (2015), Costa (2015), Santa Anna (2014), Stroparo (2013), Valentim (2000)
Bibliotecário - Formação continuada	Curi (2015), Costa (2015), Almeida e Baptista (2009), Souza (2001), Silva, Costa, Crivellari (2014), Valentim (2000)
Bibliotecário - atuação na sociedade inclusiva	Martins e Martins (2012), Silva, Costa, Crivellari (2014), Costa (2015), Stroparo (2013)
Bibliotecas universitárias – século XXI, políticas, serviço de referência, perfil do usuário	Cunha (2000), Accart (2012), Carvalho (2004), Stroparo (2014), Targino (2010), Casarin (2014), Dias e Pires (2004), Amaral (1990)
Bibliotecas universitárias - Inclusão e acessibilidade	Stroparo (2014), Stroparo (2016), Costa (2015), ALA (2015), Filgueiras e Leta (2016), Filgueiras e Meirelles (2014), Moro e Estabel (2014), Martins e Martins (2012), Mazzoni et al (2001), Novo(2015), Pupo, Carvalho, Bonilha (2005), Pupo, Melo e Ferrés (2006), Stroparo e Moreira (2016), Small, Myhill e Herring-Harrington (2015), Freire (2015)

Educação - inclusão e acessibilidade, conceitos, terminologias e relatos de vida	Morin (2006), Sasaki (2004, 2007, 2013, 2014), Fernandes (2010), Ferreira (2013), UFRJ/NCE (2016)
Novas tecnologias da informação, Redes de comunicação, Tecnologia Assistivas (foco no uso em bibliotecas universitárias), Desenho Universal e Acessibilidade	Carvalho (2004), UFRJ/NCE (2016), Bersch (2013) Bersch (2013), CNRTA (2015), Figueiras e Meirelles (2014), Pupo, Melo e Ferrés (2006), UFRJ/NCE (2016), Figueiras e Leta (2015),
Produção editorial acessível	Oliveira, N. (2016), Pupo, Melo e Ferrés (2006), UFRJ/NCE (2016), UFRJ/NCE (2016), Fundação Dorina Nowill (2016), IBC/RJ (2016)
Legislação na temática da inclusão e acessibilidade, direitos da pessoa com deficiência, desenho universal, direito à informação, uso do Livro, das Bibliotecas, sobre o uso da Internet, DCN,LDB	CDPD (ONU, 2007), BRASIL.Decreto 6.949/2009, Decreto Leg. nº 186 (2008), normas da ABNT (2015), Lei 13.146(2015), Decreto 5296 (2004), MEC/INEP (2012, 2013, 2014), IBGE (2010), Decreto 5.296 (2004), Decreto 5.707 (2006), Lei 10.098 (2000), Portaria 3.284 (2003), Nota Técnica n. 58 (2013)- MEC / SECADI / DPEE, Plano Nacional do Livro e da Leitura MEC (2003), UNESCO (1998, 2009), IFLA (1994, 2002), Pino (2008)
Metodologia da Pesquisa	Gil (2010), Lakatos e Marconi (2010), Minayo (2001), Severino (2013), por Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2006), Salvador (1986)
Gestão de pessoas, capacitação, desenvolvimento.	Chiavenato (2010), Valentim (2000)

Quadro 1 - Aspectos teóricos abordados na pesquisa, a partir da revisão da literatura e autores. (Cont.).

De posse do material bibliográfico considerado suficiente, a etapa seguinte foi a da leitura exploratória do material, após, a leitura seletiva e finalmente, as leituras analítica e interpretativa, que, para Gil (2010, p. 59), devem servir principalmente ao objetivo de “estabelecer relações das informações e dos dados obtidos com o problema proposto”.

2 UNIVERSIDADE PÚBLICA INCLUSIVA E ACESSÍVEL

As “Instituições Federais de Ensino”, de acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, art. nº 2, [...] são os órgãos e entidades públicos vinculados ao Ministério da Educação que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão e que integram o Sistema Federal de Ensino (BRASIL, 2005).

A Constituição de 1988, em seu art. 205 da seção 1, Da Educação, cap. III preconiza que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família” e, como valor social, o art. 205 diz que esta “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), contra a opressão e a discriminação, a favor da igualdade e da dignidade das pessoas, reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. Em seu Artigo 26 fala do direito à educação, ou seja, ensino elementar obrigatório e gratuito, generalização da instrução técnico-profissional e igualdade de acesso ao ensino superior (ONU, 1948).

Em Paris, no ano de 2009 a UNESCO realizou a “Conferência Mundial sobre Ensino Superior”, onde foram debatidas “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social” (UNESCO, 2009). Em relação às determinações, essa Conferência afirmou que,

Nunca na história foi tão importante investir na **educação superior como força maior na construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado**, além de avançar em pesquisa, inovação e criatividade. A década passada deixou evidências de que a pesquisa e o ensino superior contribuem para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o progresso, atingindo as metas internacionais de desenvolvimento, que incluem as estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em Educação para Todos (EPT). A pauta da educação mundial deve refletir essas realidades (UNESCO, 2009, p.2).

Ao se destacar a frase “educação superior como força maior na construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado” do texto da UNESCO, pretendeu-se enfatizar os assuntos focais da pesquisa, a inclusão na universidade e em suas bibliotecas universitárias (forças na construção de uma sociedade inclusiva) e a formação continuada do bibliotecário (conhecimento diversificado).

Segundo Sasaki (2014, p. 3), o despertar da consciência da sociedade a respeito dos direitos das pessoas com deficiências à educação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, nasceu com os movimentos sociais nas décadas de 60 e 70, e o autor afirma que esses movimentos foram os pioneiros em apontar as formas injustas pelas quais as pessoas com deficiência eram tratadas na hora em que procuravam ter acesso aos bens e serviços garantidos por esses direitos.

A história da educação para pessoas com deficiências passou pelas fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Sasaki (2014) explica que na fase de exclusão nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência e estas eram consideradas indignas de educação escolar. O autor lembra que a fase de segregação institucional aconteceu porque, por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais, e que, inclusive, hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial.

Ainda de acordo Sasaki (2014), na fase de integração, crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos e, finalmente, na fase de inclusão, “todas as pessoas seriam incluídas nas salas comuns, sendo os ambientes físicos e os procedimentos educativos adaptados para acomodar a diversidade de alunos e as escolas passaram a levar em consideração as necessidades de todos eles” (SASSAKI, 2014, p. 3).

A sociedade vem lutando para conseguir o seu espaço de direito dentro do sistema educacional brasileiro, ainda mais quando se fala da exclusão e da inacessibilidade dentro do nível superior de ensino nas universidades públicas, para aquelas pessoas com deficiência que, com coragem e bravura sobreviveram ao ensino fundamental e médio e conseguiram chegar até lá. As ações do Estado e da Federação acerca do acesso e da permanência do aluno com deficiência no ensino superior ainda estou muito aquém do ideal. A universidade, portanto, ao receber alunos com deficiência deve rever concepções

e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A Portaria MEC nº 1.679/99 com reedição na Portaria nº 3.284/03, através da Secretaria de Educação Superior e com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, “dispõe sobre requisitos de acessibilidade para instruir processos de autorização e de reconhecimentos de cursos, bem como de credenciamento das instituições” e visa assegurar às pessoas com deficiência física e sensorial condições de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações. Para isso, determina que sejam incluídos instrumentos para avaliar as condições de acessibilidade, para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação dos cursos (BRASIL, 2003).

As universidades deverão garantir aos estudantes com deficiência, de acordo com a Portaria MEC 3.284/2003, aqui suprimido em sua totalidade:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático; III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa (BRASIL, 2003).

De um modo amplo, o Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, fornece as orientações para a implementação da acessibilidade, priorizando o atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a partir da remoção de barreiras que impedem ou limitam a circulação, a comunicação e o acesso à informação, visando às condições gerais de acessibilidade.

Já o seu Art. 8º discorre sobre acessibilidade aos sistemas e meios de comunicação; das barreiras que impedem as pessoas de se comunicarem ou terem acesso à informação; das ajudas técnicas projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência

ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida, e, finalmente o desenho universal concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais (BRASIL, 2004).

O Art. 24º, do mesmo decreto, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com de deficiência ou com mobilidade reduzida nas salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Como bem observa Santos (2013), não se trata apenas de elaborar leis, Decretos, Portarias, pois o ideal é colocá-las em prática, todavia, isso demanda recursos financeiros e humanos para se efetivar. A pesquisadora indaga que “se não tem investimento suficiente como fazer propiciar a inclusão?” (SANTOS, 2013, p. 338).

Um marco nos direitos da pessoa com deficiência se deu em 2011, com o Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Viver sem Limite. A proposta do Viver sem Limite é que a CDPD (2009) aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Elaborado com a participação de mais de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), trouxe contribuições da sociedade civil.

A partir do Plano Viver sem Limite, as universidades tiveram uma ajuda para minimizar os problemas da falta de estrutura para receber os alunos com deficiência apontado por Santos (2013), através do Programa Incluir – acessibilidade na educação superior, executado pela Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI.

O Programa INCLUIR (BRASIL, 2013, *online*) visa apoiar as IFES com recursos orçamentários lançando editais para financiar a criação de núcleos de acessibilidade, para as ações de inclusão desenvolvidas pela universidade, a fim de “garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade”.

Os Núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. São recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC (BRASIL, 2013, *online*).

Em face do exposto, destaca-se a necessidade de uma política institucional de acompanhamento nas IFES que torne realidade as determinações preconizadas nas leis de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior citadas nesse capítulo. Para tanto, Mazzoni et al. (2001) dizem que é fundamental que as instituições de ensino “identifiquem os alunos com deficiência, compreendam as suas necessidades educativas, preparem os professores e demais servidores, para que possam atendê-las”. Preparar os servidores significa oferecer a estes uma capacitação adequada.

Quanto a isso, o Governo Federal, através do decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 instituiu a Política Nacional de Capacitação dos Servidores para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a qual tem como finalidades a melhoria da eficiência do serviço público e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão; a valorização do servidor público, por meio de sua capacitação e qualificação permanente; a adequação do quadro de servidores aos novos perfis profissionais requeridos no setor público; a divulgação e controle de resultados das ações de capacitação e qualificação e a racionalização e efetividade dos gastos nessa esfera (BRASIL, 2006).

Dentro dos projetos institucionais, as universidades devem entender que a capacitação e a qualificação de recursos humanos são de fundamental importância por possibilitar a otimização dos serviços oferecidos aos cidadãos, e o crescimento pessoal e profissional dos servidores, sendo necessário, para isso, formação “técnico-pedagógica” para os bibliotecários (BRASIL, 2006). Portanto, dentro do escopo da pesquisa apresentada, merece atenção especial a aquisição de conhecimentos nas áreas de inclusão e acessibilidade, legislação e políticas públicas na temática, com vistas a melhorar as potencialidades e o desempenho administrativo desses profissionais, diante da demanda de alunos com deficiência à universidade pública.

Segundo Bezerra (2014), dentro dos projetos institucionais, as universidades devem entender que a capacitação e a qualificação de recursos humanos são de fundamental importância por possibilitar a otimização dos serviços oferecidos aos cidadãos, e o crescimento pessoal e profissional dos servidores, sendo necessária, para isso, em nosso contexto, uma formação continuada para os bibliotecários que atuam nos níveis técnico e tecnológico. Portanto, dentro do escopo da pesquisa apresentada, merece atenção especial a aquisição de conhecimentos nas áreas de inclusão e acessibilidade, legislação e políticas públicas na temática, com vistas a melhorar as potencialidades e o desempenho administrativo dos bibliotecários, diante da demanda de alunos com deficiência à universidade pública.

Neste contexto, compete, então, às universidades federais brasileiras planejar, supervisionar e ministrar cursos de formação, com capacitação e atualização do seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, para que estes acompanhem a evolução social, educacional, cultural e política do século XXI (STROPARO, 2014; SANTOS, 2013; CUNHA (2000); CARVALHO (2004).

Nessa direção, enfocam-se, dentro do contexto abordado, as bibliotecas universitárias, que necessitam de profissionais bibliotecários preparados para atender os alunos com deficiência que acessam cada vez mais o ensino superior e procuram seus serviços e produtos, de forma espontânea ou indicada pelos docentes, e estes, deverão estar afinados quanto às principais leis, conceitos e tendências sobre a acessibilidade e sua aplicabilidade.

Devem também conhecer os diversos recursos pedagógicos existentes e as diferentes ferramentas tecnológicas que podem ser encontradas e disponibilizadas nas bibliotecas universitárias, para atender as variadas capacidades e habilidades dos alunos ou usuários com deficiência que fazem parte da comunidade em que a biblioteca está inserida.

2.1 BIBLIOTECONOMIA E A SOCIEDADE INCLUSIVA

O ensino de Biblioteconomia surgiu com o Decreto 8.835, de 11 de julho de 1911, que estabeleceu o primeiro curso de biblioteconomia na Biblioteca Nacional. Este curso parou de funcionar em 1923 e só voltou às suas atividades em 1931 (ALMEIDA; BAPTISTA,

2013, p.2).

O segundo curso foi criado em São Paulo em 1929, no Mackenzie College e chamava-se “Curso elementar de Biblioteconomia”. Parou de funcionar em 1936, quando teve início o “Curso de Biblioteconomia”, do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, criado por Rubens Borba de Moraes. Contudo, por questões políticas, a prefeitura cancelou a subvenção e o curso encerrou suas atividades em 1939.

Em 1940, Rubens Borba e Adelpha Silva Figueiredo, com o apoio da Escola livre de Sociologia e Política de São Paulo, reinstalaram o Curso e implantaram “uma biblioteconomia inovadora, fazendo da Biblioteca Municipal de São Paulo um laboratório onde treinaram muitas gerações de bibliotecários a serviço da coletividade” (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p.3).

Ainda de acordo com Almeida e Baptista (2013), as escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram guiadas por diferentes visões, onde a primeira tinha raízes humanísticas (francesa), enquanto a segunda era basicamente técnica (americana). “De tal forma, que os bibliotecários formados por uma determinada escola passavam a defender a abordagem tecnicista ou humanística de acordo com a escola de formação” (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p.3).

Em 1962, além dos cursos já citados, havia vários outros cursos de Biblioteconomia em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Manaus, e, nessa época, já existindo um currículo mínimo, a biblioteconomia foi elevada à profissão de nível superior. Com isso, foi criada a Lei 4.084/62, com o objetivo de regular o exercício da profissão de bibliotecário e suas atribuições.

Mas, os anos foram passando e, segundo Almeida e Baptista (2013), existindo a necessidade de atualização desse currículo, quando em 1982, o Conselho Federal de Educação, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em parceria com professores de diversos cursos de Biblioteconomia, “estabeleceram o 2º Currículo Mínimo de Biblioteconomia com matérias divididas em três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional”. A intenção naquela época era “abandonar a ênfase na aquisição de habilidades em técnicas específicas, reforçando o entendimento dos objetivos que tais técnicas teriam” (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 6).

Na década de 1990, a educação brasileira passou por um reordenamento com a

nova Lei nº 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em discussão desde 1988, aprovada como lei ordinária no Congresso Nacional, sancionada pelo presidente da República e publicada no Diário Oficial da União, em 23/12/1996. Ivani Pino (2008, p. 19), aponta que a LDB não provocou uma revolução educacional no país, mas criou contextos de transformação, de reforma e de inovação. Diz a mesma que, “mesmo tratando-se de uma lei maior da educação nacional, a importância da LDB para a sociedade brasileira é sempre relativa ao conteúdo que os atores conseguem nela inscrever”. Isso deu autonomia às universidades para criar, organizar e extinguir cursos, e, entre outras possibilidades, fixar currículos observando as diretrizes gerais pertinentes.

Delou (2007) em seu artigo afirma que na nova LDBEN constata-se, “a definição de um paradigma mais justo e democrático - o da inclusão. Nela todos os excluídos foram contemplados, desde as crianças da educação infantil, jovens e adultos, os indígenas, os deficientes, os superdotados, entre outros”. A autora afirma que a LDBEN mostra “equidade e caráter constitucional, ao garantir que é dever do Estado com a educação escolar pública o ‘atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino’” (DELOU, 2007, p. 38).

Paula e Carvalho (2009, p. 65) apontam que a LDB assegura o direito das PCD, “exigindo, para isso, a adequação dos currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às suas especificidades”, mas que, mesmo diante das Leis, elas encontram infraestrutura inadequada para a sua permanência nos *campi* universitários.

O Parecer 492/2001 do MEC - através do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, **Biblioteconomia**, Arquivologia e Museologia. As específicas para o curso de biblioteconomia foram explicadas abaixo por Almeida e Baptista (2013),

As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia foram estabelecidas em 2001 por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Esse documento definiu o perfil dos formandos da área, enumerou as competências e habilidades necessárias ao egresso direcionando o conteúdo curricular. O Parecer estabeleceu a

importância de estágios, atividades complementares, avaliação institucional e da estrutura do curso (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 8).

De acordo com essas Diretrizes Curriculares do Curso em questão, o aluno deve desenvolver determinadas competências e habilidades com os conteúdos e estar preparado para “enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional”. Deve “**produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta**” (BRASIL, 2001, grifo nosso). Enumeraram-se algumas dessas competências e habilidades descritas nas DCNs para os graduando em questão, adequadas ao do estudo aqui apresentado:

- A) Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- B) Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- C) Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- D) Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.
- E) Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- F) Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- G) Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- H) Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- I) Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001).

Almeida e Baptista (2013) atentam para que os cursos formem bibliotecários competentes nas atividades relacionadas à organização, tratamento, disseminação, **promoção e acesso à informação**, como também **bibliotecários conscientes da importância da profissão na sociedade** (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 10, grifo nosso).

Nesse contexto, supõe-se o quanto é importante existir nas universidades currículos de Biblioteconomia que ajudem na formação do estudante, que tenham consciência que irão atuar interagindo com diferentes pessoas, e, pessoas essas que pertencem a uma sociedade plural e complexa, que possuem necessidades diferenciadas e muito específicas. Os gestores dos cursos de Biblioteconomia precisam saber que os alunos ali

formados irão atender e interagir com usuários cegos, surdos, cadeirantes, entre outros, que precisarão de um apoio maior para ter acesso ao ambiente da biblioteca, desde o entorno, aos livros físicos e virtuais, enfim, ao conhecimento, de modo diferente das pessoas sem deficiência, no sentido do uso de tecnologias e artefatos apropriados para isso.

Os estudos de Martins e Martins (2012), sobre a formação acadêmica do bibliotecário, em Portugal, corroboram com a realidade brasileira,

As instituições de ensino superior deparam-se a cada instante com a presença de alunos portadores de deficiência visual, auditiva e outras. Neste sentido, os bibliotecários têm que lidar com estas realidades, sem possuírem formação acadêmica. Tal situação leva-nos a questionar se os currículos dos bibliotecários e arquivistas deveriam ser reajustados, no sentido de possuírem já alguma formação adequada às áreas das necessidades especiais. Estes profissionais da informação são também eles responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem do estudante, na medida em que são os mediadores no acesso à informação (MARTINS; MARTINS, 2012, p.7).

O estudo desenvolvido por Paula e Carvalho (2009, p.76) com o objetivo propor uma disciplina aos cursos de graduação em Biblioteconomia que auxilie “no preparo do bibliotecário para tornar a biblioteca acessível”, mostrou, nos resultados, que na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação encontram-se diversos trabalhos e pesquisas sobre a questão da acessibilidade de pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias, o que demonstrou “a preocupação dos profissionais com o tema”. Contudo, Paula e Carvalho (2009, p. 65) dizem que constataram, nas visitas *in loco* às bibliotecas universitárias do seu campo de pesquisa, a existência de “barreiras que dificultam o atendimento de pessoas com deficiência”.

Corroborando com Paula e Carvalho (2009), Costa (2015, p. 138), em sua pesquisa que trouxe à discussão a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior e o uso das bibliotecas universitárias, verificou que essa questão “desencadeia mudanças no processo de formação dos bibliotecários”, no sentido da aquisição de conhecimentos para esse enfrentamento profissional. Costa (2015) sugere que, na matriz curricular dos cursos de biblioteconomia, na disciplina Estudos de Usuários, “sejam discutidos os usuários com deficiência e que estimulem pesquisas que contemplem este público, que é uma realidade do profissional bibliotecário, que está despreparado para atendê-los”

(COSTA, 2015, p. 143).

A Portaria n.º 1.793/1994, tendo em vista o disposto na Medida Provisória n.º 765 de 16 de dezembro de 1994, considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais. Com manifestação favorável da Comissão Especial instituída pelo Decreto de 08 de dezembro de 1994, a Portaria resolve:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “aspectos ético-político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Art. 2º. Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos–Ético–Políticos – Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem , Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Art. 3º. Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial (BRASIL, 1994).

A formação profissional deve estar atrelada às mudanças sociais que venham a impactar o trabalho do bibliotecário, que devem estar preparados para atuar em bibliotecas distintas e com diferentes públicos. Em Minas Gerais, uma universidade deu um passo importante, preocupada com a questão do atendimento aos usuários com NEE, e conseqüentemente, com a formação do aluno, de acordo com pesquisa de Silva, Costa e Crivellari (2014, p. 2750), “na Unifor-MG, a disciplina optativa Língua Brasileira de Sinais Libras passou a fazer parte da matriz curricular em 2006, sendo oferecida no 8º período”, mas os autores apontam a necessidade de outras disciplinas que apresentem a temática da acessibilidade e inclusão, além do estudo de usuários com deficiência.

A proposta de mudanças na grade curricular dos cursos de biblioteconomia, não é foco desta pesquisa. Contudo, indica-se, para um estudo mais aprofundado, a pesquisa de Paula e Carvalho (2009, p. 64), que “propõe uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário no atendimento da pessoa com deficiência em bibliotecas universitárias”.

2.2 BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO – ATUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

Almeida e Baptista (2009) afirmam que o termo profissional da informação na literatura faz referência direta ao bibliotecário, mas que, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), são eles: bibliotecários, museólogos, cientistas da informação documentalistas, arquivistas e analistas de informação. Sendo assim, o bibliotecário universitário é a população focal da pesquisa aqui apresentada.

A Classificação Brasileira de Ocupações (2010) apresenta o bibliotecário como profissional da informação e aponta suas atividades como sendo a “disponibilização de informações em qualquer suporte, objetivando facilitar o acesso à informação e à geração do conhecimento”.

A Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, e o primeiro Código de Ética Profissional data de 1963 e foi elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia. O Documento declara as atribuições dos profissionais, e recorta-se nessa pesquisa, para efeito de justificativa da atuação do profissional com as pessoas com deficiência, o Art. 3º que diz que o bibliotecário deve “preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana”; “estimular a utilização de técnicas modernas objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços ao usuário” e, quanto à sua atualização e formação continuada, “manter-se atualizado e cumprindo corretamente a legislação que rege o exercício profissional da biblioteconomia, colaborando para o aperfeiçoamento profissional” (BRASIL, 1962).

O Código de Ética do bibliotecário, da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2012), declara que,

Para promover a inclusão e erradicar a discriminação, os bibliotecários e outros profissionais da informação asseguram que o direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para qualquer pessoa de qualquer idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual (IFLA, 2012, p. 3).

De acordo com estudos de Arruda, Marteleto e Souza (2000, p.17), nesse milênio há um novo modelo econômico que exige um novo perfil profissional e que isso requer, além de maior qualificação, “maior envolvimento emocional e social do trabalhador. Elege-se como ideal o profissional que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento”. Dizem os autores que os novos profissionais devem ser capazes de operacionalizar seus conhecimentos integrando com as suas aptidões e vivências socioculturais. Sobre o mesmo tema, Valentim (2000, p.23) assevera que no terceiro milênio “o profissional da informação deverá ser mais observador, empreendedor, atuante, flexível, dinâmico, ousado, integrador, proativo e principalmente mais voltado para o futuro”.

De acordo com Filgueiras e Leta (2015, p.2), no século XXI “há um novo espaço de trabalho para o bibliotecário na disseminação e uso da informação” e diferentes “caminhos para a construção e apropriação de milhares de informações e novos saberes, num mundo sem fronteiras e que derruba cada vez mais as barreiras tecnológicas, físicas, metodológicas e atitudinais”. As autoras lembram que a necessidade social é variável, mutável e evolutiva, mas a missão do bibliotecário, no sentido humanista e liberal da profissão, continua a mesma, todavia, somou-se a essa missão um conhecimento mais aprofundado dos direitos humanos e sociais, preconizados nas declarações e documentos internacionais para convívio social, como a dignidade, a liberdade e a tolerância.

Neste sentido, questiona-se neste estudo se o bibliotecário está preparado para atuar em bibliotecas universitárias públicas como espaços de inclusão, junto aos cidadãos que necessitam de um atendimento diferenciado, porém igualitário. Como bem observam Filgueiras e Leta (2016, p. 63), hoje, as tecnologias revolucionaram o fazer do bibliotecário em todos os sentidos, e, por essa razão, estes enfrentam “grandes desafios para a construção de um lócus de ação profissional que atenda de forma ágil, interativa, sistêmica e em linha os usuários, todos, ávidos por consumir o que a indústria do conhecimento produz”, isso, praticamente, em tempo real.

Os bibliotecários acadêmicos têm a chance de atuar como um educador para o seu público universitário, pois participam de várias etapas das pesquisas dos diversos grupos de interesse: dos estudantes de graduação e pós-graduação, passando pelos professores e pesquisadores, chegando aos gestores dos cursos, e, atua, procurando mostrar a aos usuários (todos) as melhores práticas de pesquisa e as tendências da comunicação

científica mundial. Seu trabalho envolve análise, seleção, aquisição e indicação de obras em qualquer formato, indicação de fontes de pesquisa, educação de usuários para busca de informações, normalização do produto final, serviços de alerta aos usuários, indo até a publicação e disseminação dos resultados de pesquisa, nas bases de teses e dissertações e repositórios institucionais (NASCIMENTO, 2016).

Tendo um conhecimento pertinente às exigências da profissão e buscando refletir sobre a condição humana, no sentido da aceitação do outro, o bibliotecário precisa saber enfrentar as incertezas do meio onde vive, ter compreensão sobre a ética do gênero humano Morin (2005), e encarar todos os desafios, com uma atitude positiva, proativa para o seu crescimento pessoal e profissional. O bibliotecário, ao pensar no usuário, precisa saber se colocar no lugar dele, entender suas necessidades e possibilidades, com compreensão e respeito às diferenças, à historicidade de cada um e o contexto no qual ele está inserido.

Além disso, Silva, Costa e Crivellari (2014, p.2754) apontam que os bibliotecários “precisam conhecer as tecnologias assistivas disponíveis para o acesso à informação; saber libras; ter uma equipe consciente que respeita o próximo; e ter contato com o sistema de ensino para ser informado quando um novo aluno com deficiência acessar a universidade”. Foi corroborado pela pesquisa que o profissional deve buscar parceria nos Núcleos ou Divisões de Acessibilidade existentes nas instituições, para trocas informações sobre os alunos com deficiência e o atendimento às suas necessidades informacionais. O ponto de vista de Costa (2015, p. 138), considera que “seria pertinente que na equipe multidisciplinar desses Núcleos houvesse a presença do profissional bibliotecário”.

A NBR 15599 (ABNT, 2008), “Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços”, estabelece, dentre outras determinações, que o pessoal da biblioteca deve ser capacitado para atendimento de pessoas com deficiência.

Para isso o bibliotecário precisa estudar continuamente para atualizar-se e ampliar sua competência, na universidade e fora dela, obtendo uma formação sólida e abrangente, não se limitando somente a velhos métodos e novas técnicas e, principalmente, despirem-se dos preconceitos internos, enraizados, que afastam e excluem os usuários com deficiência. Dudziak (2007), diz que, no senso comum, a competência é entendida como saber algo e saber fazer alguma coisa bem, contudo ela nos explica que,

mais que um conjunto de atributos, a competência envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes. Na realidade, a competência é construída pelo olhar do outro, a percepção que os outros têm sobre nossas ações. A construção da competência nunca termina, pois é um processo dinâmico de auto-renovação e transformação pessoal proporcionado pelo aprender a aprender e pelo aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2007, p.93).

Nesse sentido, o profissional deve buscar complementar seus conhecimentos, em busca de novas habilidades e competências para atender as diferentes necessidades informacionais da comunidade universitária que procura os serviços e produtos das bibliotecas universitárias. Para isso, a formação continuada é uma das formas de manter a equipe da biblioteca capacitada para as suas funções, “levando-se em conta a implementação de novas tecnologias e o avanço do conhecimento” (DRUMOND, 2014, p. 33; STROPARO; MOREIRA, 2016). Contudo “é necessário saber se estes profissionais estão engajados na busca do aperfeiçoamento profissional” (CURI, 2015, p. 18).

A CDPD (BRASIL, 2009) aponta a obrigatoriedade de capacitar pessoal, em seu Art. 4 – Obrigações Gerais, alínea - i) Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos”; e no Art. 9 – “c) Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam”.

A formação ou educação continuada pode ser entendida como todo e qualquer aprendizado adquirido após a educação formal - graduação e pós-graduação, sendo uma maneira de ampliar conhecimento e competência profissional, pois preenche as lacunas deixadas pela graduação. Nesse sentido, Curi (2015) realizou estudos enfocando a formação continuada do bibliotecário, onde explica que a formação acadêmica não é mais garantia de atuação competente do profissional (CURI, 2015).

O Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI), da Universidade Federal Fluminense, em sua justificativa de proposta pedagógica aponta que,

A ênfase dada ao saber-fazer advém da necessidade de uma modificação e adequação da Universidade para o novo paradigma no qual um ensino ainda essencialmente centrado na informação precisa

ser modificado para um modelo integralmente comprometido com a formação. Isto porque, num mundo em rápida e constante mudança, a informação se torna rapidamente ultrapassada e obsoleta, o que torna os profissionais despreparados para o mercado de trabalho, muitas vezes antes mesmo de deixarem a Universidade, seja esse ambiente de trabalho envolvendo ou não o convívio com as pessoas com necessidades especiais (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, CMPDI 2016, *online*).

Nesse contexto, a formação continuada é uma exigência do mercado de trabalho, pois novos perfis profissionais são requeridos hoje em todos os segmentos profissionais. Capacitação e qualificação permanente preenchem a lacuna deixada pela educação formal, atualizam os conhecimentos dos bibliotecários e valorizam o servidor público, e, conseqüentemente contribui para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Novo (2015), ao fazer um estudo sobre 15 bibliotecas municipais em Lisboa, Portugal, afirmou, em seus resultados, que formar bibliotecários é uma prioridade em qualquer projeto que envolva áreas da diversidade humana, em bibliotecas. A autora cita que “a formação dos profissionais proporcionará um maior conhecimento acerca da diversidade humana e da sua condição de funcionalidade, melhorando o acolhimento destes públicos nos espaços e atividades que a Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa oferece, contribuindo assim para uma maior participação na vida cultural” (NOVO, 2015, p. 175).

Enfim, sobre os modernos profissionais estarem “atenados” a tudo o que a modernidade trás em termos de novas técnicas e tecnologias, vale ressaltar a opinião de Alvarenga e Andrade (2016, p. 22): o domínio das novas tecnologias “não dispensam a mais antiga de nossas emoções – o amor, entendido como disposição corporal que permite a aceitação do outro, enquanto legítimo outro, na convivência”. A atuação do bibliotecário, em qualquer tipologia de biblioteca, deve ser de aceitação, acolhimento e inclusão dos usuários, com ou sem deficiência.

2.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO SÉCULO XXI – ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Como visto no capítulo anterior os bibliotecários têm um papel muito importante no sentido de facilitar a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, para que se beneficiem plenamente das atividades de aprendizagem, baseadas na informação encontradas na biblioteca.

De acordo com Fonseca (2007, p. 48), a palavra “biblioteca” vem do grego “*bibliothéke*, através do latim *bibliotheca*, tendo como raiz *biblíon* – livro, apontando, para o latim *líber*, a entrecasca de certos vegetais com o qual se fabricava papel na antiguidade *ethéke*”, ainda segundo o autor, é qualquer estrutura que forma um invólucro protetor: cofre, estante, estojo, caixa, edifício.

O conceito de biblioteca vem mudando radicalmente, no contexto da comunicação eletrônica, expandindo-se pra biblioteca virtual (BV), automatizada, eletrônica, biônica, *ciberteca*, não física, entre outras denominações todas defendem a ideia de “permitir ao leitor posicionar-se como ator e autor do processo de comunicação, graças à facilidade de obtenção de informações. A informação está, agora, em toda parte. Seu acesso se dá através das redes eletrônicas de comunicação, de qualquer lugar e por qualquer indivíduo” (TARGINO, 2010, p. 42).

Sem rígidas preocupações históricas, Targino (2010) explica o processo de evolução das bibliotecas, que teve início com os registros em suporte mineral, tabletes de argila, papiro, pergaminho e, após, os manuscritos em papel, que foi a grande revolução para a expansão das bibliotecas. A autora cita Johann Gutenberg (1398-1468), alemão e inventor da imprensa, explicando que,

os impressos conquistam espaço e acarretam profundas transformações de natureza sociocultural e educacional. No século XVI, as bibliotecas sofrem mudanças ainda mais profundas, por conta da laicização. A exclusão do elemento religioso como item dominante da informação permite o início da democratização da informação e o posicionamento gradativo da biblioteca como instituição social. É a hora das bibliotecas modernas. Seu traço marcante é o abandono do posto de guardião ou “cão de guarda” das informações, até então inerente às bibliotecas medievais (entre o começo do século V e meados do séc. XV), com conseqüente disseminação da informação. Grande parte das bibliotecas passa de particulares para públicas. Emergem as bibliotecas especializadas, priorizando áreas do conhecimento. Mais adiante, os anos 60 e 70 do século XX trazem, ‘oficialmente’, as novas tecnologias de informação e de comunicação, como resultado dos avanços da indústria eletrônica, expandindo-se, vertiginosamente, ao final desse século e no século atual (TARGINO, 2010, p. 41).

As novas tecnologias mudaram completamente os paradigmas das bibliotecas como instituições sociais: da biblioteca tradicional, física, que prioriza as grandes coleções e os edifícios, com prateleiras abarrotadas de livros, onde o usuário tem a seu dispor a informação demandada, mediante consulta aos catálogos e/ou o livre acesso ao acervo (TARGINO, 2010), [e que não considerava usuários com deficiência]. Para a autora, hoje há uma indiscutível substituição do modelo de biblioteca centrado na disponibilização física do material, por um novo modelo centrado na **acessibilidade** a tudo o que é produzido, “é a prevalência do *just in time*, com destaque para o intercâmbio com as demais unidades de informação conectadas em rede e para o *browsing* virtual” [onde o principal objetivo é atender às demandas dos usuários, todos], “não importa o suporte ou a localização física da informação, o que encontra equivalência no **paradigma cognitivo**, associado ao social” (TARGINO, 2010, p. 42).

Paula e Carvalho (2009, p. 72) explicam que existe uma diferença entre “biblioteca acessível” e “biblioteca adaptada”: a primeira é a que “disponibiliza a informação em qualquer suporte e provê acesso a todas as pessoas, seguindo os princípios do desenho universal”; a segunda segue as regras da acessibilidade, com rampas, sinalização em Braille e banheiros especiais.

No âmbito dos direitos civis brasileiros, as bibliotecas devem proporcionar acesso pleno e equitativo aos indivíduos com deficiência às suas instalações e serviços, com ações que visem diminuir as dificuldades, conforme é explicado no Decreto 5296/04, em seu Art. 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, **bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Não somente o acesso físico, mas também aos serviços, que devem ser igualmente acessíveis, como o empréstimo, que pode ser por um período mais longo e os livros podem até serem enviados pelos correios; alguns serviços de referência podem ser feitos por meio das redes sociais, como a renovação dos empréstimos; textos em áudio podem

ser enviados por e-mail ou texto acessível enviado no formato Daisy; oferecer leitores voluntários ou bolsistas e intérpretes de Libras nas bibliotecas (ALA, 2015, *online*).

O Decreto 5296/2004, determina em seu Art.6 que o,

Atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência § 1o O tratamento diferenciado inclui, dentre outros: I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis; II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT; III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou **pessoas capacitadas neste tipo de atendimento**; IV - **pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência** visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Em 2000, Cunha previu, em seus escritos, que a “maré globalizante precisa ser entendida em todas as suas facetas e, com certeza, mudanças precisam ser feitas para que, em 2010, a biblioteca universitária possa ocupar um nicho importante na vida acadêmica” (CUNHA, 2000, p 72). Após 16 anos, essa previsão se confirma, quando se observa mudanças radicais nas tipologias das bibliotecas universitárias, de tradicionalmente físicas, para híbridas ou ubíquas, onde convivem em harmonia, o real e o virtual.

A *American Library Association* (ALA), através de seus representantes e parceiros externos, busca erradicar as desigualdades e melhorar as atitudes dos seus profissionais da informação em relação aos serviços oferecidos e oportunidades para as pessoas com deficiência nas bibliotecas americanas, reconhecendo que as pessoas com deficiência são “negligenciadas na sociedade e não são devidamente atendidas pelos bibliotecários [...]”. Além disso, “muitas pessoas com deficiência enfrentam o isolamento educacional, cultural e nas atividades sociais” (ALA, 2015, *online*, tradução nossa).

O Brasil obedece às diretrizes traçadas no Manifesto IFLA/UNESCO (1994) sobre Bibliotecas Públicas a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação e as categorias definidas na área

de Biblioteconomia, que estabelece diferenças para cada uma, ou seja, são variados aspectos que determinam para quem a biblioteca se destina: uma biblioteca pública deve atender a todos os cidadãos e uma determinada comunidade e, seus espaços, acervo e serviços devem ser constituídos de acordo com as necessidades desse público local.

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas (IFLA/UNESCO, 1994, *online*).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) assevera que o país,

[...] precisa de uma Lei que garanta a todos os cidadãos bibliotecas públicas de qualidade. Bibliotecas que se constituam em verdadeiros espaços de sentido. Espaço cultural, informacional e educativo. Atraente, dinâmico, interativo, democrático e de sociabilidade. Espaço de memória, organização e disseminação de informação **nos seus diferentes suportes e formatos**. Espaço de formação, criação e produção de conhecimento e cultura (SNBP, 2013, grifo nosso, *online*).

A NBR 15599: 2008, “Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços”, estabelece em relação às bibliotecas:

- Espaço construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050:2015;
- Acesso com versões de obras em meio sonoro e visual, ou serviço para que a versão alternativa seja obtida e utilizada, tais como: - programa de ampliação de tela; - sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e display braile; - termoform e impressora braile ou sistema de leitura de tela que tenha interação com linhas braile; - scanner ou sistema para reconhecimento ótico de caractere; - outros dispositivos facilitadores e adaptados para a pessoas com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou DVD, como a informação cultural e social. - obras de literatura interpretada em Libras, braile ou formato Daisy (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. 10).

Para isso dois conceitos precisam ser muito bem entendidos pelos gestores e funcionários de bibliotecas: Desenho Universal (DU) e Acessibilidade, pois, somente com produtos e serviços “desenhados” com base nos princípios desses dois conceitos, as bibliotecas poderão ser denominadas acessíveis, no sentido de fazer o usuário garantir nestes espaços sua cidadania, ao conseguir o acesso ao que procura. A inclusão é o instrumento eficaz para isso.

O Decreto nº 6.949/2009 dá significado ao termo “Desenho universal”, que é a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (BRASIL, 2009). Dentro dessa concepção, os princípios do Desenho Universal devem ser respeitados para atender a todos os indivíduos, respeitando habilidades, preferências, nível de formação, idioma, entre outras características de cada pessoa. De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, *online*), no documento “Capacitação em Acessibilidade”, esses princípios são:

- 1) **Equiparação nas possibilidades de uso** – o desenho é útil e comercializável para as pessoas com habilidades diferenciadas;
- 2) **Flexibilidade no uso** – o desenho atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades
- 3) **Uso simples e intuitivo** – o uso do desenho é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário;
- 4) **Captação da informação** – o desenho comunica eficazmente, ao usuário, as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou das condições ambientais;
- 5) **Tolerância ao erro** – o desenho minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas;
- 6) **Mínimo esforço físico** – o desenho pode ser utilizado com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável;
- 7) **Dimensão e espaço para uso e interação** – o desenho oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário (BRASIL, 2015, *online*, grifo nosso).

O termo Acessibilidade, de acordo com o art. 2º da Lei n. 10.098/2000, é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com

mobilidade reduzida”.

A biblioteca é denominada acessível quando tem o compromisso de promover o acesso à informação a todos os usuários, independente de cor, raça, classe social e possíveis limitações e o bibliotecário, livre da barreira atitudinal, é o sujeito essencial para isso. Esse profissional de aprender que a acessibilidade é algo que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas, segurança, autonomia, oportunidade e precisa estar presente nos diversos ambientes do cotidiano, no meio físico, no transporte, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação existentes nas bibliotecas.

Para confirmar essa assertiva o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (2011) considera que ambientes acessíveis “geram resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável e sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais” (BRASIL, 2011).

Por outro lado, as condições para assegurar a acessibilidade em edificações, bibliotecas e museus, encontram-se descritas em diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, tais como: a) NBR 9050:2015 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos; b) NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência e NBR 15599 – Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços (ABNT, 2015).

O MEC/INEP conceitua acessibilidade da seguinte forma:

Acessibilidade arquitetônica ou física – ausência de barreiras físicas nas residências, edifícios, espaços e equipamentos urbanos. Exemplo: rampas, banheiros adaptados e piso tátil. **Acessibilidade de conteúdo** – utilização de recursos para viabilizar a acessibilidade aos conteúdos, tais como textos impressos com caracteres ampliados e em formato especial, *softwares* ampliadores de comunicação alternativa e leitores de tela, dentre outros recursos. **Acessibilidade tecnológica** – equipamentos, produtos, *softwares* ou sistemas capazes de contribuir para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com limitações físicas, intelectuais, sensoriais e múltiplas. Ex.: *softwares* leitores, teclado virtual, impressora em Braille, dentre outros (BRASIL. MEC/INEP, 2015, grifo nosso).

A fim de informar com mais propriedade e atualidade alguns conceitos importantes para o embasamento teórico dessa dissertação, nos reportamos à “Lei 13.146, ou, Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promulgada, em 6 de julho de 2015, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Portanto, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, Art. 3º, aqui suprimidos em sua totalidade para nos fixarmos nos conceitos aplicados às universidades públicas e seus sistemas de bibliotecas:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

[...] **IV - barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: [...] **b) barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;

[...] **d) barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e

liberdades fundamentais (BRASIL, 2015).

Sobre Desenho Universal a American Library Association (ALA) afirma que,

As bibliotecas desempenham um papel catalisador na vida das pessoas com deficiência, facilitando a sua plena participação na sociedade. As bibliotecas devem usar estratégias baseadas nos princípios do desenho universal para assegurar que a política, os recursos e os serviços da biblioteca atendam às necessidades de todas as pessoas (ALA, 2015, *online*, tradução nossa).

Como exemplo, em relação aos serviços bibliotecários para pessoas com deficiência, a IFLA – *International Federation for Libray Associations and Institutions*, publicou uma série de documentos que podem servir de guia para a criação de pautas nacionais para as bibliotecas de todas as tipologias (IFLA, 2015, *online*):

- Directrices para los Servicios Bibliotecarios dirigidos a Personas con Dislexia - Sección de Bibliotecas al Servicio de Personas con Desventajas Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones Bibliotecarias Informes Profesionales de la IFLA, Nº 76.
- Directrices para Materiales de Lectura Facil. IFLA/Sección de Servicios Bibliotecarios Especiales. 2012.
- Directrices para Servicios Bibliotecarios Destinados a Personas con Demência - Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones Bibliotecarias IFLA Professional Reports, nº 104.
- Pautas para Bibliotecas al Servicio de Pacientes de Hospital, Ancianos y Discapacitados en Centros de atención de larga duración - Sección de Servicios Bibliotecarios para Personas en Situación de Desventaja International Federation of Library Associations and Institutions IFLA Professional Reports, Nr. 69.
- Pautas para servicios Bibliotecarios para reclusos - Informes Profesionales de la Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones Bibliotecarias. 2007. IFLA, No. 99.
- Guidelines for Library Services to Deaf People 2nd Edition (Revised edition of Professional Report No. 24) - International Federation of Library Associations and Institutions IFLA Professional Reports, Nr. 62.
- Libraries for the Blind in the Information Age Guidelines for Development. International Federation of Library Associations and Institutions IFLA Professional Reports, Nr. 86.
- Library Services to People with Special Needs Section - Glossary of Terms and Definitions International Federation of Library Associations and Institutions IFLA Professional Reports No. 117 (IFLA, 2015, *online*).

A IFLA é uma organização de âmbito internacional e o principal organismo que representa os interesses das bibliotecas e serviços de informação e seus usuários. É a voz

mundial da biblioteca e dos profissionais da informação, com a função de promover trocas de experiências, cooperação internacional e fóruns de discussão em todos os campos de interesse da Biblioteconomia e dos bibliotecários.

Enfim, as bibliotecas devem ser concebidas de acordo com os princípios da acessibilidade e desenho universal, ou, para todos e, com isso, permitir que se ofereçam espaços, artefatos e produtos que visem atender a todas as pessoas com “diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável”, em qualquer espaço social, como define o Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), citado nesse capítulo. Porém, as leis trazem a obrigatoriedade, mas a consciência e inteligência de cada profissional que atua em bibliotecas universitárias devem falar mais alto, pois, segundo Targino (2010, p. 44, grifo da autora), “o essencial quando se discutem os **novos paradigmas da biblioteca do século XXI, é a nova postura que se espera do profissional bibliotecário**”.

2.4 ESTUDO DE USOS E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Os usuários da informação têm sido um tema profundamente pesquisado, nacional e internacionalmente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, contudo, para Coneglian e Casarin (2014), sobre usuários com deficiência, o cenário é completamente diferente.

Dias e Pires (2004), acerca do usuário com deficiência e o direito ao uso da informação em bibliotecas, sugerem a inserção do tema “usuários com deficiência”, nas disciplinas cujos conteúdos explorem “disseminação da informação”, “geração e uso da informação”, “fontes de informação”, “processo de referência e disseminação da informação”, “necessidades e demandas de informação” e “programas de educação e treinamento de usuário”. Segundo as autoras, estas disciplinas tem o objetivo de preparar o aluno de biblioteconomia a identificar, conhecer e aplicar metodologias de estudos de usos e de usuários, além de capacitá-los para que possam instruir a comunidade no uso dos serviços, tecnologias e fontes de informação.

A educação há séculos é vista como a cura para todos os problemas sociais e a biblioteca pública era, em um passado distante, considerada um meio capaz de espalhar a

educação, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos, independente das capacidades individuais (MUELLER, 1984). A autora cita Melvil Dewey, um bibliotecário norte-americano que nasceu em 1851, e que publicou um artigo, em 1876, no primeiro número do *Library Journal*, onde dizia que,

Chegamos a um reconhecimento geral que educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, o mudo e o cego, para os defeituosos e os delinquentes, que na antiga concepção eram deixados à margem (DEWEY, 1876 apud MUELLER, 1984, p.11).

Dentro da concepção de uma biblioteca pública democratizadora da educação, Dewey (1876), segundo Mueller (1984), viu uma nova função para a biblioteca e os bibliotecários, e, no trecho, percebe-se o quanto eram adiantadas as ideias do bibliotecário norte americano sobre a importância da mediação do bibliotecário, entre o leitor e o conhecimento:

Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era um catador de ratos entre livros embolorados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e **o visitante um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas** (DEWEY, 1876 apud MUELLER, 1984, p. 11, grifo nosso).

Nos anos 1990, um importante documento da IFLA/UNESCO denominado “Manifesto sobre Bibliotecas Públicas”, foi publicado, e nele diz-se que “A biblioteca pública — porta de acesso local ao conhecimento — fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”, e, sendo o centro local de informação, torna prontamente acessíveis aos seus usuários o conhecimento e a informação de todos os gêneros (IFLA/UNESCO, 1994).

A CDPD (BRASIL, 2009) fala da importância da acessibilidade, em todas as esferas, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, livre de barreiras. Portanto, o usuário com deficiência não conseguirá acessar os ambientes universitários se existirem entraves obstruindo sua

participação: aos *campi*, às instalações acadêmicas, aos laboratórios, às salas de aula, aos restaurantes universitários, livrarias e bibliotecas, aos equipamentos existentes nelas, às tecnologias assistivas disponíveis, aos produtos e serviços, e às bibliografias básicas e completares, indicadas pelos professores. De acordo com Pupo e Vicentini (1998, p.3), muitos alunos com deficiência "iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são barrados pela inexistência de uma infra-estrutura adequada." Portanto, para facilitar sua permanência, é preciso eliminar barreiras de acesso aos campi universitários e, dentro do escopo da pesquisa, à biblioteca. A acessibilidade, em todas as esferas na universidade, é um direito do aluno com deficiência, e, ao se negar este direito, está-se promovendo a exclusão, a discriminação e, destarte, à desobediência às Leis, dentro de um ambiente universitário.

Conhecer necessidades e desejos informacionais dos usuários é questão primordial em qualquer biblioteca que se preocupe com o planejamento de seus serviços e atuação no meio em que está inserida, e, neste sentido, a acessibilidade e a facilidade de acesso são fatores determinantes no uso de serviços de informação e seus canais. Stroparo (2014), diz que condições facilitadoras auxiliam o aluno com deficiência no acesso e permanência na universidade, com a adequação das bibliotecas dessas instituições para que o usuário participe de modo igualitário no acesso aos recursos disponibilizados, de modo independente e se sinta incluído "pois estas desempenham papel fundamental no processo educativo do aluno ao proporcionar-lhe informações para que seja bem-sucedido na sociedade atual" (STROPARO, 2014, p. 169).

Dias e Pires (2004) descrevem a importância dos estudos de usos e usuários como apoio às decisões administrativas para estabelecer princípios gerais de funcionamento da biblioteca e do uso dos seus serviços, até mesmo, utilizando as ferramentas do Marketing, como "pesquisa de mercado", segmentação de mercado" e "análise do consumidor", enfatizando a importância do usuário como cliente consumidor de informação e a adequação da oferta dos produtos e serviços bibliotecários aos interesses e necessidades dos usuários (AMARAL, 1990, p. 311).

Dudziak (2007, p. 93) aponta que "a superação das desigualdades sociais e econômicas passa necessariamente pelo emponderamento das pessoas. Empoderar significa dar autonomia, no sentido de tornar as pessoas emancipadas, enfatizando sua participação social e o controle ativo de suas próprias vidas", e, esse "empoderamento"

aqui pode ser entendido como o acesso ao conhecimento e à informação, disponibilizados pelas bibliotecas, sem barreiras, com pessoal qualificado para o atendimento e disponibilização de tecnologias apropriadas para o acesso aos recursos disponíveis.

Dentro desse contexto, cabe então ao bibliotecário, principalmente o gestor, criar políticas e ações na biblioteca universitária para tornar disponível o conhecimento produzido em todos os meios e suportes aos usuários com deficiência, e para isso, deve procurar não só adquirir recursos de tecnologia, que são um meio, mas criar facilidades para o usuário “navegar” em suas páginas da *web*, com *links* para informações sobre serviços, pesquisas, páginas para eles com informações úteis, lista de programas disponíveis e equipamentos de tecnologias específicas para PcD existentes na biblioteca.

Entre os desafios de criar bibliotecas inclusivas, está a de disponibilizar funcionários intérpretes de Libras inclusive disponibilizar tradução em Libras do Regulamento e tutoriais existentes, oferta de telefones, chats ou áudios próprios para surdos, além da aquisição de equipamentos e recursos que possibilitem a autonomia do usuário cego ao utilizar um serviço, como manuais sinalização e regulamentos em braille entre dezenas de recursos, próprios para pessoas com deficiência romperem a barreira da comunicação e do direito de ir e vir (STROPARO, 2014).

Os bibliotecários universitários, dentro das possibilidades, devem incorporar ao seu dia-a-dia dispositivos gratuitos na Internet, como os programas de voz, dicionários, tutoriais de uso de programas para deficientes, entre diversas ferramentas. Recursos de tecnologias assistivas, embora caros, são muito necessários, pois ampliam a capacidade das pessoas com deficiência proporcionando-lhes autonomia e qualidade de vida, como por exemplo, o *scanner*, que digitaliza qualquer material impresso para formato acessível, e, ao digitalizar o texto em tinta, o reproduz de forma imediata em síntese de voz, com os programas DOSVOX ou NVDA (gratuitos), com a possibilidade de gravação em áudio ou em outros formatos, que pode ser enviado por e-mail aos alunos com deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis, 2016).

A biblioteca pode oferecer aos alunos, lupa eletrônica que amplia textos e imagens; máquina de escrever e impressora em braille; display braille que é um hardware que transcreve o texto do computador para o sistema braille; máquina fusora que transforma

ilustrações de todos os tipos em alto relevo; programa braille Fácil, que agiliza a impressão de textos em braille; Linha braille, que consiste em uma régua perfurada por pequenos pinos que, quando levantados, formam um texto em braille a partir da sua conexão ao computador. Ou seja, as ações dos profissionais que atuam em bibliotecas universitárias em prol do acesso pleno ao conhecimento, físico e virtual, devem incluir a aquisição de tecnologias e artefatos apropriados, compreender e conhecer todos os perfis dos usuários que procuram estes espaços acadêmicos, respeitar suas necessidades diferenciadas e limitações, de modo criativo, inclusivo e proativo, garantindo assim a todos os indivíduos, o direito do acesso à informação que procura, com total autonomia (RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal Regional Federal da 2a. Região, 2015).

Deve-se ressaltar que a Portaria nº 1.793 do MEC (BRASIL, 1994, *online*), determinou que os cursos superiores que formam profissionais que atuam com pessoas com deficiência, devem incluir o tema na matriz curricular da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora (sic) de Necessidades Especiais”.

Enfim, esta pesquisa recomenda aos cursos de biblioteconomia, de acordo com a Portaria nº 1.793 e às demais Leis que regem a questão, que pensem na formação profissional dos seus alunos, que futuramente serão bibliotecários que poderão atuar em bibliotecas onde existem pessoas com deficiência, e coloquem na pauta de discussão do colegiado do curso, conteúdos que os preparem para um atendimento, de qualidade, aos usuários, todos, o que condiz com o cunho humanista, democrático e social da profissão.

2.5 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Dentro do escopo da Linha de Pesquisa do curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão (CMPDI) “Produção de Materiais e Novas Tecnologias”, o estudo apresenta algumas Tecnologias Assistivas que podem ser adquiridas pelas bibliotecas universitárias, os seus conceitos, usos e reflexos na vida dos alunos e/ou usuários com deficiência, estão listadas no (Apêndice 1 do Curso de Capacitação, Apêndice C, desta Dissertação).

A Lei 13.146 de julho de 2015, em seu Art. 3º (III), conceitua TA como sendo “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à

participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015).

Uma Lei importante para a eliminação de barreiras e o fomento às ajudas técnicas, no Brasil, é a 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A efetivação e aprimoramento da legislação constituem uma pauta que tem sido capaz de mobilizar os esforços de entidades não governamentais, órgãos públicos e universidades. Inúmeras pessoas, associações de pessoas com deficiência e instituições no Brasil empenham-se nos mais variados campos para a maior autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social dos cidadãos com deficiência.

Bersch (2013, p.2) diz que TA é um termo ainda novo e utilizado para “identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”. Ela explica que estes são instrumentos de uso cotidiano que foram desenvolvidos para simplificar as atividades das pessoas que deles necessitam.

Num sentido amplo percebemos que a evolução tecnológica caminha na direção de tornar a vida mais fácil. Sem nos apercebermos utilizamos constantemente ferramentas que foram especialmente desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano, como os talheres, canetas, computadores, controle remoto, automóveis, telefones celulares, relógio, enfim, uma interminável lista de recursos, que já estão assimilados à nossa rotina e, num senso geral, ‘são instrumentos que facilitam nosso desempenho em funções pretendidas’ (BERSCH, 2013, p.2).

Os recursos de tecnologia assistiva vão dos simples aos complexos: uma simples bengala, utilizada pelas pessoas com diversos tipos de deficiência ou com mobilidade reduzida pode dar segurança e conforto para caminhar e realizar atividades do cotidiano, assim como as cadeiras de rodas, os aparelhos de amplificação utilizados por uma pessoa com surdez moderada, lupas eletrônicas, ou seja, existe um número incontável de TAs, caras ou de baixo custo, tanto fabricadas em empresas, como criadas por alunos e professores nas universidades, que são criadas para auxiliar as pessoas que precisam de um aparato para realizarem as suas atividades cotidianas.

Nas bibliotecas podem e devem ser disponibilizados muitos recursos, dos mais caros aos mais baratos ou gratuitos, conforme as necessidades específicas de cada aluno

com necessidades educacionais especiais presentes na universidade, tais como suportes para visualização de textos ou livros, folheadores, fixação do papel ou caderno na mesa de estudo com fitas adesivas, substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas e inúmeras outras possibilidades (BERSCH, 2013). Gonçalves (2012) explica os benefícios da tecnologia assistiva na atuação do bibliotecário, afirmando que os produtos hoje são diversificados, que muitos são gratuitos e disponíveis para a sociedade. Segundo o autor “este fator tem contribuído para a melhoria da prática bibliotecária, dando a ele subsídios para sua atuação como um intermediário entre a informação e o usuário e por isso devem ser aproveitadas” (GONÇALVES, 2012, p. 7).

Ferreira (2013, p. 41) relata sua própria experiência ao usar recursos de TA “no computador há uma forma de escrever com o *mouse*. O meu mouse é aquele que tem bolinha na parte superior. Como tenho movimentos involuntários, minha mão fica imobilizada [...]e o dedo trabalha mais”. Quanto a isso, Sartoretto e Bersch (2016, *online*) explicam que existem diferentes alternativas de se resolver problemas funcionais das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, através do uso dos recursos ou serviços desenvolvidos especialmente para elas, para manter ou melhorar suas capacidades. As autoras diferenciam recursos e serviços de tecnologia assistiva, explicando que,

Recursos podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, *softwares* e *hardwares* especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente (SARTORETTO; BERSCH, 2016, *online*).

Os Serviços de TA são “aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de tecnologia assistiva. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos” (BERSCH, 2013, p. 7). A autora cita alguns exemplos de TA que podem ser usadas por PcD:

[...] Para pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras. Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída (sons, imagens, informações táteis). São exemplos de dispositivos de entrada os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, mouses especiais e acionadores diversos, *software* de reconhecimento de voz, dispositivos apontadores que valorizam movimento de cabeça, movimento de olhos, ondas cerebrais (pensamento), órteses e ponteiras para digitação, entre outros. Como dispositivos de saída podemos citar *softwares* leitores de tela, *software* para ajustes de cores e tamanhos das informações (efeito lupa), os *softwares* leitores de texto impresso (OCR), impressoras braile e linha braile, impressão em relevo, entre outros (BERSCH, 2013, p. 7).

Como dito anteriormente, para efeito de melhor entendimento e visualização dessas tecnologias assistivas, decidiu-se incluir as imagens, funcionalidades e os endereços eletrônicos desses aparatos, que se encontram no (Apêndice C) da Dissertação.

No Brasil “Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva “ (TA) é resultado da iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (MCT/SECIS), desenvolvido e realizado em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL). É um serviço de informação de produtos Tecnologia Assistiva lançado como parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Viver sem Limite e articulado de forma integrada com as ações do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA, 2015) - ação do Programa “Viver sem Limite”, gerenciado então pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O CNRTA está localizado em Campinas/SP e seu papel é articular uma rede formada por outras instituições e pelo setor industrial, mobilizando e fomentando a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia assistiva para que bens e serviços tecnológicos sejam distribuídos massivamente no mercado, com custos acessíveis (CNRTA, 2015).

De acordo com as explicações de Bersch (2013) há uma questão bastante importante sobre o que é e o que não é tecnologia assistiva. A autora afirma que a TA deve ser entendida como o “recurso do usuário” e não como “recurso do profissional”, ou seja,

Por exemplo, a bengala é da pessoa cega ou daquela que precisa de um apoio para a locomoção; a cadeira de rodas é de quem possui uma deficiência física e com este recurso chega aos lugares que necessita; a lente servirá a quem precisa melhorar sua eficiência visual. O *software*

leitor, fala o conteúdo de textos digitalizados à pessoa com deficiência visual ou a quem não consegue ler em função da dislexia ou deficiência intelectual. Todos estes recursos promovem maior eficiência e autonomia nas várias atividades de interesse de seus usuários. Por princípio, o recurso de TA acompanha naturalmente o usuário que o utilizará em diferentes espaços na sua vida cotidiana. Devemos diferenciar a TA de outras tecnologias como as aplicadas na área médica e de reabilitação (BERSCH, 2013, p. 11).

Bersch (2013) também explica que os recursos de tecnologia para a saúde, para o tratamento de doenças ou na reabilitação para melhorar a força muscular de uma pessoa, por exemplo, não é tecnologia assistiva, mas médica. Da mesma forma, um aluno com deficiência ao usar uma ferramenta tecnológica para o aprendizado, não estará fazendo uso de uma tecnologia assistiva, mas sim, de uma estratégia do professor que busca inovação para ensinar e proporcionar a eles múltiplas formas de organizarem, expressarem e apresentarem os conhecimentos construídos. Portanto, para a autora, a tecnologia pode ser considerada Assistiva no contexto educacional, no contexto universitário aqui estudado, quando,

ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente (BERSCH, 2013, p.12).

Foram mostrados neste capítulo, além dos conceitos jurídicos, o ponto de vista de diferentes autores e instituições e exemplos de TA para o contexto educacional, que poderão ser usados nas bibliotecas universitárias, facilitando o acesso do usuário ao conhecimento, como os programas de reconhecimento de voz, os mouses diferenciados, os teclados virtuais, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, entre centenas de outros produtos. Ferreira (2013), explica os benefícios que a tecnologia trouxe para melhorar seu desempenho no uso do computador, e com isso adquirir qualidade de vida.

Já existem computadores que atendem ao comando de voz [...] uma pedagoga trabalha com isso, facilitando a vida das pessoas com deficiência. Já estou fazendo um trabalho de Fonoaudiologia para corrigir as distorções da minha voz de forma que o programa possa reconhecê-la. [...] Eu, se Deus quiser, serei beneficiada com essa nova tecnologia (FERREIRA, 2013, p. 41).

No campo da Tecnologia Assistiva, há também o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) realizando a Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atual, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O Instituto identificou as instituições brasileiras que se dedicam à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no campo da acessibilidade e autonomia das pessoas com deficiência, entre outros temas considerados relevantes para subsidiar políticas de Ciência e Tecnologia nesta área. O projeto teve como desdobramento a criação do Portal Nacional de Tecnologia Assistiva (www.assistiva.org.br), e, de acordo com o Instituto de Tecnologia Social (BRASIL, 2008):

É preciso entender que as pessoas com deficiência querem, antes de tudo, inclusão e direitos. Por isso, em muitos países, as políticas públicas para pessoas com deficiência superaram a visão do chamado “modelo médico” de atendimento e dos enfoques assistencialistas e passaram a adotar os chamados “modelo social”, “modelo dos direitos ou da cidadania” ou “modelo da inclusão ou participação”. É nesse contexto que as políticas públicas de inserção de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, com o auxílio da Tecnologia Assistiva (TA), ou ajudas técnicas, tornam-se extremamente relevantes, pois integram diversas áreas do conhecimento, como psicologia, arquitetura, engenharia, fisioterapia, pedagogia, entre outras (BRASIL, 2008, p.6).

Para construir seus conhecimentos sobre a sociedade inclusiva e as modernas tecnologias assistivas, os bibliotecários devem manter estreito relacionamento com os alunos matriculados nos cursos, procurar os centros de apoio aos alunos deficientes, buscar conhecimento com os professores com formação em educação especial e, principalmente, em Instituições que desenvolvem pesquisas na área, como o ITS Brasil, o NCE/UFRJ e outros. Compartilhar informações sobre as necessidades, limites, potenciais e aparatos que beneficiaram o aluno com NEE possibilita melhoras reais de inserção social, educacional e de autonomia, aumentando suas chances de usar os serviços e produtos da

biblioteca universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis, 2016).

2.6 PRODUÇÃO EDITORIAL ACESSÍVEL – SOCIALIZANDO O CONHECIMENTO

Quando, na história da humanidade, o conhecimento passou a ser registrado na forma gráfica e, conseqüentemente, armazenado em suportes físicos, as pessoas com deficiência visual tiveram grande dificuldade para acessar as informações contidas nesses materiais, e, pode-se considerar, que o alfabeto braille foi uma grande descoberta para minimizar esse problema, chegando a ser considerado uma “revolução” na época.

O Sistema Braille surgiu no início do século XIX, da necessidade sentida por Louis Braille de ter acesso à cultura escrita, a partir do conhecimento que teve da “escrita noturna” criada na França, em 1824, pelo Capitão Charles Barbier de La Serre, com o objetivo estratégico de passar comandos aos seus militares durante a noite, em completa escuridão.

O Sistema chegou ao Brasil através de José Álvares de Azevedo (1834 - 1854) em 1850, pioneiro no ensino para deficientes visuais no Brasil, que, para divulgar a importante descoberta, publicou artigos sobre as possibilidades das pessoas cegas terem acesso ao ensino, sendo ele próprio cego. O ideal de Álvares de Azevedo resultou na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, depois Instituto Benjamin Constant, em 1891 (ACELB, 2016, *online*).

Os avanços da ciência e tecnologia trouxeram novas possibilidades para o contexto social, educacional e cultural, fazendo com que a escrita e leitura braille ficasse em segundo plano, conforme explicam Prado e Aurélio Junior (2016), de forma pesarosa: “infelizmente, para muitos deficientes [a escrita] se tornou obsoleta, já que a tecnologia tornou a vida do deficiente mais prática com os leitores de tela e celulares” (PRADDO; AURÉLIO JUNIOR, 2016, *online*). Para os autores, a sociedade corre o risco de perder uma ferramenta muito importante, pelo desuso.

Essa opinião é corroborada com Alvarenga e Andrade (2016), ao afirmarem que os equipamentos como computadores, telefones inteligentes, *tablets*, aplicativos do porte do DOSVOX, *What`sAp*, *Messenger*, *Skype*, *CamFind* “venham sendo, cada vez mais,

utilizados por pessoas cegas, nota-se uma diminuição acentuada e preocupante com relação ao aprendizado e a utilização do Braille” (ALVARENGA; ANDRADE, 2016, p. 22).

De acordo com dados do IBGE (2010), existem hoje no país cerca de 160 mil cegos e outros dois milhões de pessoas com pouca visão e, desses, menos de dez mil têm acesso à informática. “Não é possível falar em inclusão digital sem considerar esses números e já há algumas iniciativas no Brasil para facilitar o acesso de deficientes visuais a recursos computacionais, com o desenvolvimento de *softwares* para cegos” (SERPRO, 2016, *online*).

Como observa Oliveira, N. (2016, *online*), as pessoas com deficiência visual começaram a mudar a forma de acesso às informações e ao conhecimento, com os gravadores de voz e fitas cassete, desde os anos de 1963, ferramentas criadas para a captação, armazenamento e transporte de dados. Esta facilidade durante muito tempo esteve presente na vida de muitas pessoas, tendo sido uma revolução na época.

Nos anos 80 surgiram os computadores pessoais, o que facilitou a vida de todos, principalmente das pessoas com dificuldades físicas e visuais, principalmente quando começaram a produzir programas que possibilitaram a interação do homem com a máquina. Nessa década, surgiram os primeiros scanners, as primeiras impressoras Braille, os programas leitores de tela e os sintetizadores de voz. Os leitores de tela têm a função de vasculhar o computador, buscando informações e as enviando para o sintetizador de voz que reproduz essas informações em voz alta. Nas bibliotecas, indica-se disponibilizar fones de ouvido aos usuários, para não incomodar os demais leitores.

Com relação aos *scanners*, Oliveira, N. (2016) explica que foram desenvolvidos para facilitar a introdução de imagens e desenhos gráficos nas memórias dos computadores, todavia, as pessoas cegas se beneficiaram mais que todos, principalmente por conseguirem “ler” o texto escrito. Os scanners conseguem levar as imagens para dentro dos computadores, portanto, podem levar também palavras escritas em livros ou todo tipo de texto impresso.

Nessa direção, com a ajuda de programas próprios, os chamados O.C.R., ou “Reconhecedores Óticos de Caracteres”, tornou-se fácil captar a imagem de páginas de livros e introduzi-las na memória dos computadores, que, “associado à tecnologia dos programas leitores de tela e sintetizadores de voz, permitiu que uma pessoa cega conseguisse captar a página de um livro como uma imagem, e transformar essa imagem

em texto digital” (OLIVEIRA, N., 2016, *online*). Após a digitalização, é só fazer uso dos programas leitores de tela para acessar o texto digitalizado em “txt”, áudio ou outro formato. Inclusive, hoje existem dezenas de programas de voz, gratuitos e pagos, cada vez mais parecidos com a voz humana, ou seja, menos “robotizadas”.

O que move a sociedade contemporânea é a informação, neste contexto, bibliotecas e bibliotecários precisam estar alertas às novas formas de relações sociais e práticas culturais advindas das aplicações tecnológicas em informação. Targino (2010) afirma que as novas tecnologias têm seu próprio tempo, espaço e público, contudo, não se opõem às já existentes, mas as complementam.

Nesse sentido, é dever das bibliotecas universitárias e do bibliotecário, lutar pelos direitos dos usuários com deficiência, proporcionando os meios de acesso à informação e à produção científica, através dos dispositivos e tecnologias criadas para atender às necessidades individuais ou diferenciadas das pessoas que desejam construir seu conhecimento, buscando os seus produtos e serviços, sem esquecer que as tecnologias são meios, não um fim em si mesmas.

Quanto a isso, Stroparo (2014) fala da função social do profissional da informação no atendimento às necessidades e demandas dos usuários, quando diz que, as bibliotecas universitárias e os bibliotecários devem romper com as práticas tecnicistas e estarem preparados para atender pessoas que tenham dificuldade de ler material impresso, oferecendo produtos e serviços em diferentes formatos, como a escrita braille, as publicações com fonte ampliada, materiais em alto relevo, audiolivros, livros eletrônicos e textos digitalizados, sempre atentos às necessidades e demandas da comunidade.

Um programa de computador amigável e acessível que pode ser adquirido pela Internet para *download* nos computadores das bibliotecas ou pessoais chama-se DOSVOX, desenvolvido desde 1993 pelo Prof. Antônio Borges, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais. Além dos programas da UFRJ, e outros gratuitos como o NVDA, existem no mercado excelentes conjuntos de programas para pessoas com deficiência visual ou motora, de outros desenvolvedores, como VIRTUAL VISION, JAWS, MAGIC, para venda.

Por meio da leitura e da escrita o cidadão tem acesso ao conhecimento e pode aprimorar o seu nível educacional e intelectual, tendo a chance de participar de forma ativa e reflexiva na sociedade, e, nas bibliotecas pode, com o uso das tecnologias

apropriadas, ter acesso à herança cultural da humanidade, através dos livros físicos, digitais e da Internet, que são ferramentas importantes em projetos de educação para a vida e cidadania.

Em 31 de Outubro do ano de 2003, foi publicada a Lei Federal de número 10.753, que ficou conhecida como Lei do Livro, que instituiu a Política Nacional do Livro e tem, entre suas diretrizes, a promoção e incentivo ao hábito da leitura, o acesso e uso do livro, assegurando estes direitos, às pessoas com deficiência visual.

Em sua definição de livro, Art. 2º. Incisos VII e VIII, a Lei fala a respeito dos livros em suportes digital, magnético e óptico, além do livro em braille, e esclarece que estes formatos também são considerados livros [...]. “Para o cumprimento desse dispositivo legal, a proposta prevê que os editores ofereçam livros científicos, literários, artísticos, ficção e não ficção em formato de texto digital acessível à pessoa com deficiência visual” (BRASIL, 2003, *online*).

Contudo, sabe-se que o livro em formato digital associado aos programas leitores pode ser essencial para estudantes com deficiência visual, porém, atende, inclusive, a outros cidadãos que possuem diversos tipos de deficiências ou mobilidade reduzida, como idosos, amputados, pessoas com paralisia cerebral, disléxicos, entre outros. Inclusive, adicionam-se aqui os cidadãos iletrados, que podem ouvir literatura ou um jornal, por exemplo, através da digitalização do documento. Esse formato pode ser adquirido nas bibliotecas públicas e universitárias que disponibilizam as ferramentas e que se preocupam com a inclusão social e educacional dos indivíduos.

O Ministério de Educação (MEC), em parceria com o Instituto Tércio Pacitti da UFRJ, desenvolveu o sistema Daisy (*Digital Accessible Information System*), que disponibiliza livros em formato acessível. A ferramenta, comumente chamada “Tocador Daisy”, é usada nas escolas e difundida por diversos Institutos e Fundações brasileiras, como a pioneira no desenvolvimento de livros digitais, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, em São Paulo, e o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

Além de aperfeiçoar o sistema de produção remota e compartilhada de livros digitais acessíveis, a Fundação Dorina, por meio de uma parceria com o Ministério da Cultura, está capacitando outras instituições a produzir livros nesse formato, aumentando assim a oferta de obras digitais aos deficientes visuais. Segundo a Fundação, eles também

podem ser acessados através do aplicativo *DDReader* para *Android*, disponível gratuitamente no *Google Play* (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2016, *online*).

Atualmente o MEC adotou o formato Daisy como um dos formatos de livros do Plano Nacional do Livro Didático, levando modernidade e acessibilidade às escolas, e promovendo com isso a inclusão dos alunos ao mundo dos livros acessíveis. Contudo, o tocador DAISY é mais uma opção para tornar os conteúdos acessíveis a qualquer pessoa, pois trata-se de uma tecnologia que permite conjugar texto, áudio e imagens para representar conteúdos como livros, artigos, entre outros. Por exemplo, ao manipular um livro em DAISY, o leitor poderá localizar uma determinada página, fazer anotações no livro, marcar um determinado trecho, navegar pelo índice do livro e ir direto a um capítulo ou seção (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)/NCE/INTERVOX). Projeto MecDaisy, 2016, *online*).

No Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro, existe a Coordenação do Livro Falado que pertence à Divisão de Produção de material Especializado (DPME). O Estúdio José Espínola Veiga, que faz parte dessa Coordenação, atende aos deficientes visuais com a produção de audiolivros. Segundo o Instituto, o audiolivro é um instrumento valioso de inclusão social, pois permite acesso imediato à informação e é "economicamente viável ao usuário, de fácil acondicionamento e manuseio, sendo capaz de atender a um público heterogêneo de ouvintes" (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2016, *online*).

A Lei do Direito Autoral nº 9.610 de 1998, protege a função social da propriedade intelectual, mas, no artigo 46 enuncia expressamente as hipóteses em que a norma atribui a terceiros a livre utilização de obras protegidas sem a necessidade de autorização do autor, dentre as quais se inclui a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, em Braille ou qualquer outra forma, para atender de modo exclusivo às pessoas com deficiência. Desse modo, as bibliotecas universitárias ao disponibilizarem material impresso aos usuários com deficiência, não estariam ofendendo os direitos do autor (OLIVEIRA, A., 2016, *online*).

Isto é reforçado por um documento importante que assegura a livre utilização de obras a esses cidadãos, que é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD, 2009), promulgada pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 2008, que em seu Art. 24 prevê que os Estados deverão garantir [...] modos e meios de formatos de

comunicação aumentativa e alternativa; e, no Art. 30 destaca a importância do incentivo à cultura como direito imprescindível a todos os cidadãos, principalmente às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013).

A inclusão social e o acesso pleno ao conhecimento é um paradigma cada vez mais emergente. Produções editoriais acessíveis precisam ser conhecidas por todos e disponibilizadas aos cidadãos através das bibliotecas universitárias, escolares, públicas ou de qualquer tipologia, garantindo o acesso pleno ao conhecimento produzido, sem obstáculos e em todos os formatos. Contudo, isso exige sensibilização dos gestores dessas instituições, no sentido de oferecerem cursos de educação continuada aos funcionários, capacitando-os para a interação e o atendimento aos usuários com necessidades educacionais diferenciadas.

O importante é que se tenha como transpor, de fato, as barreiras dos espaços escolares e culturais, como as atitudinais, arquitetônicas, metodológicas, de comunicação e informação, que impedem a evolução dos indivíduos. Isso demonstra competência do profissional, respeito humano e desejo de servir ao próximo, com equidade.

3 BOAS PRÁTICAS EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS

As boas práticas, em todas as esferas da sociedade, devem considerar a diversidade humana no sentido de refletir que todos nascem com deficiência ou experimentam durante a vida “modificações em sua funcionalidade”. Isso engloba as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, comunicação e orientação condicionada (permanente ou temporária), grávidas, idosos, crianças, iletrados, estrangeiros, pessoas obesas, entre outros.

Apresentam-se, a seguir, bons exemplos de práticas e políticas existentes em algumas universidades e bibliotecas, no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA).

3.1 NÚCLEOS OU SERVIÇOS DE APOIO PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O acesso das pessoas com deficiência à educação superior vem se ampliando significativamente, em consequência do desenvolvimento inclusivo da educação básica.

O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013, *online*).

De acordo com o documento Orientador do Programa Incluir, a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes,

O direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. A acessibilidade arquitetônica também deve ser garantida em todos os ambientes, a fim de que estudantes e demais membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tenham o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2013, *online*).

Dentre os recursos e serviços de acessibilidade disponibilizados pelas IES, destacam-se o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete, equipamentos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, atendendo às necessidades específicas dos estudantes. Assim, as condições de acessibilidade à comunicação e aos materiais pedagógicos se efetivam mediante demanda desses recursos e serviços pelos estudantes com deficiência, matriculados na IES e pelos participantes nos processos de seleção para ingresso e atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis. (BRASIL, 2013, *online*).

Dois exemplos de núcleos atuantes em duas universidades federais foram

selecionados como de ação e que promovem “boas práticas” dentro do ambiente universitário, o Sensibiliza UFF e o UFC Incluir, conforme pode ser conferido nos itens A e B, desse subitem.

A) UFF- DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO “SENSIBILIZA UFF”:

Através da Portaria Nº 49.388, de 10 de maio de 2013, o antigo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAISUFF) passou a ser denominado de Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF, sendo vinculado à Coordenação de Apoio Social, órgão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis -PROAES/DAI/CAS, (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2013, *online*).

A Divisão tem como objetivo fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas na UFF, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade. Além de acompanhar os estudantes com deficiência durante sua trajetória acadêmica na universidade, o Sensibiliza é responsável, entre outras tarefas, por apontar as demandas por acessibilidade e inclusão na Tem como missão, visão e valores,

Transformar a universidade uma instituição inclusiva e cidadã, através da integração da pessoa com deficiência, com pleno exercício de seus direitos essenciais com respeito e dignidade; iguais oportunidades no meio social, sem privilégio ou paternalismo; bem como a existência de condições básicas de acesso à educação, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino superior.

Tornar-se uma referência nacional na gestão universitária de soluções que promovam a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

Responsabilidade Social; parceria com a comunidade; – espírito de inovação; busca pela excelência e respeito às diferenças (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Sensibiliza UFF 2016, *online*).

O “Sensibiliza UFF” (SENSIBILIZA UFF, 2016, *online*) atua capacitando docentes e funcionários técnico-administrativos para a atenção às necessidades de pessoas com deficiência, através de ações inclusivas, como disponibilização de intérpretes de Libras, orientações quanto à melhor forma de atender às necessidades dos estudantes, “quer

através da compra de equipamentos, treinamento de leitor/copistas, parcerias interinstitucionais, além de trocas de experiências nos principais eventos internos e externos à Universidade”.

AÇÕES PERMANENTES DO SENSIBILIZA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:

- ✓ Assessorar os diversos setores da Universidade, incluindo pró-reitorias, superintendências e outros, nos aspectos relativos ao grupo alvo do DAI-UFF, buscando a inserção do tema Deficiência;
- ✓ Elaborar e executar políticas públicas na universidade e junto ao MEC: Gestão das verbas do Programa Incluir (Sesu e Seesp);
- ✓ Assessorar as coordenações de curso que já possuem estudantes com deficiência no que se refere à acessibilidade arquitetônica, metodológica e programática com orientações quanto à melhor forma de atender às necessidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas;
- ✓ Divulgar e trocar experiências nos principais eventos internos e externos à Universidade através de ações e intervenções relativas às pessoas com deficiência;
- ✓ Sensibilizar coordenadores de curso, diretores de unidades e chefes de departamento para a importância da inclusão do tema “deficiência” nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão;
- ✓ Estabelecer parcerias com Organizações Governamentais e Não-Governamentais que tratem dos temas: deficiência:
- ✓ Acompanhar os estudantes com deficiência e identificação de suas demandas:
- ✓ Aquirir e disponibilizar material didático acessível e tecnologias assistivas para os alunos com necessidades educacionais diferenciadas;
- ✓ Acompanhar o aluno com deficiência no Programa de moradia estudantil: atualmente (2015), com 02 alunos (1 com baixa visão e 1 com deficiência física);
- ✓ Traduzir e interpretar, na Língua Brasileira de Sinais, aulas da graduação e pós-graduação para os alunos surdos matriculados na universidade; bem como eventos, palestras e outras atividades didático-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão (MACHADO, 2016, mensagem eletrônica).

AS PRINCIPAIS PARCERIAS ESTABELECIDAS PELO SENSIBILIZA UFF SÃO:

- Programa Bibliotecas Acessíveis: ação conjunta com a Superintendência de Documentação-SDC com o objetivo de disponibilizar recursos tecnológicos e infraestrutura que possibilitem a acessibilidade em nossas bibliotecas, como instalações adequadas e acesso aos diferentes tipos de acervos (digital, Braille), adaptação e modernização dos espaços, treinamento e capacitação dos funcionários técnico-administrativos, bibliotecários e bolsistas do setor;
- Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (área de ensino da CAPES, com o objetivo de formar profissionais qualificados para atuação inter e multidisciplinar);

- Escola de Inclusão - Apoio na capacitação de alunos dos cursos de licenciatura e profissionais de ensino da rede pública na produção de materiais didáticos acessíveis, uso de tecnologias assistivas; ensino de Braille, Libras e Robótica Educacional, através de novas abordagens e linguagem diferenciada;
- Centro de Artes UFF: Parceria com o setor de Artes e Educação com o propósito garantir ao público com deficiência acessibilidade comunicacional - audiodescrição, legenda interpretativa, nas sessões de cinema; tradução e interpretação em Libras nos espetáculos teatrais, shows e outros produtos culturais acessíveis; e também visitas guiadas às exposições de arte e fotografia;
- Natação Adaptada para crianças com deficiência: Colaboração no projeto de extensão do Instituto de Educação Física que presta atendimento gratuito para crianças com deficiência (autistas, amputadas, paralisia cerebral, etc.).
- Projeto UFF Sem Barreiras: Seção de Qualidade de Vida do Servidor (SQVS/Progepe) com o propósito de reduzir as barreiras arquitetônicas e atitudinais presentes na UFF, permitindo o acesso, permanência e comunicação da comunidade acadêmica com segurança em todos os espaços e setores da Universidade promovendo a inclusão de todos;
- Parceria com a Proppi Iniciada em 2015, a fim de estreitar a relação com a Divisão de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza para melhor atender às demandas dos alunos com deficiência na pós-graduação, tendo em vista o crescimento do quantitativo desse público nos últimos anos, apesar da inexistência de um programa institucional, voltado especificamente para os estudantes da pós-graduação Stricto Sensu e Lato Sensu;
- Participação no Grupo de Trabalho que vai definir as Ações Afirmativas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado), no que se refere à política de cotas;
- Instituto de Física: parceria no projeto Ensino de física na perspectiva da inclusão de alunos cegos com o objetivo de possibilitar aos alunos do curso uma familiaridade com recursos tecnológicos assistivos do Sensibiliza que se encontram na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) e na da Física. Produção de material didático em relevo para auxiliar nos processos de ensino e de aprendizagem relativos à linguagem gráfica;
- Programa de Pós-graduação em Psicologia parceria com o Sensibiliza, através da colaboração de recursos humanos e materiais, criação de dispositivos inclusivos, entre eles a acessibilidade aos textos e demais materiais bibliográficos básicos, que viabilizam a inclusão dos alunos cegos (MACHADO, 2016, mensagem eletrônica).

B) UFC INCLUI - SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Outro grande exemplo de boa prática acontece na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde foi criado o desde agosto de 2010, um setor exclusivo para elaborar ações

rumo à inclusão de pessoas com deficiência chamado “Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui” que busca integrar pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da instituição, com base em seus quatro eixos de atuação: arquitetônico, tecnológico, atitudinal e pedagógico. A Secretaria trabalha na formulação de uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade. Atua oferecendo serviços como digitalização de textos, leitores, revisão de projetos arquitetônicos, entre outros. Os eixos trabalhados na Secretaria UFC Inlui, são:

Atitudinal: Inclusão é uma questão de atitude e de sensibilidade. É preciso ajudar a comunidade acadêmica a enfrentar o preconceito e incentivar mudanças de atitude, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade.

Tecnológico: Outro objetivo é incentivar pesquisas e ações em tecnologias assistivas, para o desenvolvimento de equipamentos, serviços e estratégias que permitam o acesso ao conhecimento com autonomia.

Pedagógico: Não basta fazer com que o estudante com deficiência ingresse na Universidade – é preciso oferecer condições para que ele tenha a mesma formação que os colegas. Por isso, a Secretaria também pensa ações que facilitem o ensino-aprendizagem, com alternativas de avaliação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, UFC Inlui, 2016, *online*, grifo nosso).

A Secretaria também vem lutando pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados.

3.2 AÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NAS UNIVERSIDADES

A) UFF / CURSO DE PEDAGOGIA - ESCOLA DE INCLUSÃO:

A Escola de Inclusão é um Laboratório de ensino, pesquisa e extensão universitária para a (in)formação para o ensino, criação/produção de materiais didáticos acessíveis e divulgação científica e cultural nas áreas da educação especial e inclusiva, e tem como meta “chegar à sociedade com experiências acadêmicas inclusivas desenvolvidas por estudantes de licenciatura, futuros professores, comprometidos com a inclusão social, o empreendedorismo e a cidadania”.

Criada academicamente em 10 de julho de 2009, contou, na época, com o apoio da

PROEX-UFF, do PROEXT-MEC de 2009 a 2010, da CAPES - Editais Novos Talentos 05/2012 e PIBID 2014, e, do CNPQ e FAPERJ, contando com o apoio desde 2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Faculdade de Educação, 2016, *online*).

O Programa ESCOLA DE INCLUSÃO da UFF tem o objetivo geral de:

(in)formar licenciandos culturalmente diferenciados para o uso de linguagens, códigos e recursos aplicáveis a sujeitos que apresentem dificuldades de comunicação e sinalização; acesso inclusivo a conceitos científicos e conteúdos escolares; para a produção de materiais didáticos ou de divulgação acessíveis em sua área de conhecimento, aplicáveis a sujeitos que apresentem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino formal (escolas públicas e privadas) e não-formal (museus, centros e casa de cultura), assim como professores da rede regular de ensino, organizações governamentais e não-governamentais, divulgando saberes e fazeres em eventos de extensão universitária, visando a redução das desigualdades sociais e o combate da extrema pobreza pelo empreendedorismo autogestionário (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Faculdade de Educação, 2016, *online*).

Os objetivos específicos da Escola de Inclusão da Universidade Federal Fluminense são:

1. Capacitar alunos de licenciatura por meio de cursos de extensão para a capacitação de profissionais de ensino formal (escolas públicas e privadas) e não-formal (museus, centros e casa de cultura), professores da rede regular de ensino, organizações governamentais e não-governamentais no uso de Braille, Libras, Robótica e Produção de Materiais Didáticos e Informativos para Inclusão;
2. Pesquisar insumos apropriados para a produção de materiais didáticos e de informação acessíveis em cada área de conhecimento das licenciaturas para uso no ensino formal e não-formal;
3. Estimular a produção de monografias, dissertações e teses sobre temas relacionados à inclusão de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em situação de ensino-aprendizagem;
4. Organizar artigos para publicação em veículos científicos e culturais;
5. Realizar exposição de material didático ou de divulgação científica acessíveis em sua área de conhecimento;
6. Estimular a formação continuada em pós-graduação lato e stricto-sensu (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Faculdade de Educação, 2016, *online*).

A Escola de Inclusão da UFF vem oferecendo em sua trajetória “oportunidades para

a realização de cursos, participação em eventos, pesquisa de insumos para a criação de materiais didáticos acessíveis em 2D e 3D, além da organização, montagem e realização de exposição dos materiais criados com vistas à divulgação científica” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Faculdade de Educação, 2016, *online*), podendo ser considerada uma excelente prática pedagógica na universidade.

Os resultados observados em cada edição da Escola de Inclusão, incentivaram a proposição de um curso de mestrado profissionalizante à Capes no ano de 2012. O Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão - CMPDI/UFF foi aprovado pelo Comitê de Ensino no dia 27 de fevereiro e divulgado no site da CAPES no dia 06 de março de 2013. O primeiro grupo selecionado foi denominado Turma 2013 e se encontra na turma 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Faculdade de Educação, 2016, *online*).

B) UFF/NDPIS - NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NA PERSPECTIVA DA SURDEZ

O NDPIS tem como objetivo apoiar e estabelecer pesquisas, eventos, projetos e programas voltados para temas envolvendo a surdez e a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS, LSB) e/ou que apoiem e/ou facilitem o acesso da comunidade surda ao conhecimento científico de diferentes áreas, inclusive cidadania, diversidade e inclusão (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Biologia, 2016, *online*).

O Núcleo organizou três Simpósios, sendo o “I Simpósio Nacional sobre o Desenvolvimento de Produtos e Processos na Perspectiva da Surdez: Sinais em Foco”, nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, em Niterói (RJ). De acordo com o site oficial, o Simpósio teve como objetivo aproximar as pessoas no estudo de sinais em Libras, incluindo professores e/ou pesquisadores acadêmicos e propagar um novo paradigma no surgimento de sinais, apontando novos caminhos e a responsabilidade compartilhada daqueles que se propõem a estudar a Libras com a comunidade surda. O evento promoveu um diálogo importante para a comunidade surda, ao comparar informações e metodologias envolvidas na criação, validação e divulgação de sinais em Libras, ressaltando a importância da discussão acerca desse tema (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Biologia, 2016, *online*).

O “II Simpósio Nacional ‘Sinais em Foco’: Políticas, Conhecimento e Divulgação” foi

realizado no dia 13 de setembro de 2014, na UFF de Niterói/RJ e teve como objetivos aproximar as pessoas com a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a cultura surda, incluindo professores e/ou pesquisadores acadêmicos e propagar um novo paradigma, apontando novos caminhos e a responsabilidade compartilhada da comunidade surda com aqueles que se propõem a participar. O evento pretendeu gerar um diálogo ressaltando a importância da discussão acerca dos temas do simpósio Sinais em Foco. De acordo com o site oficial do evento, foram desenvolvidos temas como as políticas e o conhecimento relacionados à cultura surda e à Libras e sua divulgação, permitindo uma discussão de forma ampla e aberta, envolvendo diferentes grupos que tem interesse nos respectivos temas, principalmente a comunidade surda. A língua oficial do evento foi a (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Biologia, 2016, *online*).

O Simpósio III Sinais em foco ocorreu nos dias 21 e 22 de outubro de 2015, na UFF, em Niterói/RJ, e teve como objetivos aproximar as pessoas atualmente envolvidas com as Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a cultura surda, incluindo professores e/ou pesquisadores acadêmicos e propagar um novo paradigma, apontando novos caminhos e a responsabilidade compartilhada da comunidade surda com aqueles que se propõem a participar. O evento pretendeu gerar um diálogo ressaltando a importância da discussão acerca dos temas do simpósio Sinais em Foco (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Biologia, 2016, *online*).

Foram desenvolvidos temas que vão desde pesquisas, políticas e o conhecimento relacionados à cultura surda e à Libras e sua divulgação, permitindo uma discussão de forma ampla e aberta, envolvendo diferentes grupos que tem interesse nos respectivos temas, principalmente a comunidade surda (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Biologia, 2016, *online*).. A língua oficial do evento foi a Libras e o convite do evento foi traduzido em Libras e disponibilizado no site do YouTube, conforme (Figura 2),



Figura 2: Convite para o evento III Sinais em foco, em Libras. Universidade Federal Fluminense, NDPIS, 2016. (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=KSzqgzIT6QA>).

C) UFF/ABDIIn - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

A Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn), criada em 2015, contou com o apoio do Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde se encontra sua sede, no Campus do Valonguinho, em Niterói, RJ. É uma associação civil científica sem fins lucrativos, com duração ilimitada, e regida por um estatuto, que visa reunir profissionais e estudantes que atuem na área ou que tenha interesse no estudo e divulgação de temas relacionados à Diversidade e Inclusão (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Biologia, 2016, *online*).

A ABDIn tem como principais objetivos, segundo informações do sítio eletrônico: promover o avanço e desenvolvimento da ciência, da tecnologia assistiva e da inovação social relacionadas à Diversidade e Inclusão e áreas do conhecimento correlatas no Brasil e no exterior; disseminar informações científicas e técnicas sobre a Diversidade e Inclusão no Brasil e no exterior; promover, apoiar e organizar, ciclo de palestras, reuniões, simpósios, encontros, conferências e congressos sobre Diversidade e Inclusão no Brasil e no exterior; estimular o ensino e promover a difusão de conhecimentos sobre a Diversidade e Inclusão; apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento conduzidas por pesquisadores ligados à órgãos públicos e privados nacionais; estimular o intercâmbio

profissional e acadêmico entre as organizações de ensino e pesquisa, públicas e privadas, nacionais ou internacionais na área de Diversidade e Inclusão; propor e executar ações para organizar e aperfeiçoar o desenvolvimento da Diversidade e Inclusão no Brasil no âmbito acadêmico (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Biologia, 2016, *online*).

A ABDIn possui sete veículos de comunicação para contato com a comunidade, sendo o *Site, Blog, Facebook, e-mail*, Livro Digital de Resumos das Reuniões Científicas, Boletim Informativo e Revista Científica Eletrônica que visam divulgar todas as atividades da associação, a produção científica de seus associados e de outros pesquisadores atuantes na área, bem como encontros científicos, cursos e eventos diversos relevantes para o conhecimento e desenvolvimento da Diversidade e Inclusão no Brasil e no mundo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Biologia, 2016, *online*).

D) UFF /CMPDI - DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Contando com o apoio do CMPDI e da Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIn), outra iniciativa importante da Universidade Federal Fluminense, através da disciplina “Divulgação Científica em Diversidade e Inclusão” denomina-se “Encontros em Diversidade e Inclusão”, que reúne profissionais e alunos para debates, palestras e oficinas na temática da sociedade inclusiva, estando, em dezembro de 2016, em sua terceira edição.

O “I Encontro de Diversidade e Inclusão: caminhos e novas atitudes” aconteceu na UFF, em Niterói, no dia 28 novembro de 2014, quando discutiu e trocou experiências sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito educacional (DIVULGAÇÃO..., 2016, *online*).

O “II Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF: Olhares, Estratégias e Práticas” aconteceu na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, em novembro de 2015. O evento promoveu o diálogo sobre diferentes pontos de vista e as estratégias vigentes no âmbito da área interdisciplinar envolvendo a diversidade e a inclusão em todas as suas dimensões (sociais, educacionais, políticas e culturais), visando promover discussões e reflexões sobre as práticas relacionadas ao tema em questão. A Oficina de Capacitação para bibliotecários é mostrada na (Figura 3), onde os alunos com deficiência visual treinam os bibliotecários participantes (DIVULGAÇÃO..., 2016, *online*).



Figura 3: II Encontro de Diversidade e Inclusão/UFF – Oficina de Capacitação para bibliotecários, demonstração do uso das tecnologias assistivas, como o *scanner* e a lupa, para digitalização de livros e fonte ampliada. Aluno com deficiência visual. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

O III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF: Currículos e Mudanças de Paradigmas ocorreu na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2016, promovendo o diálogo sobre diferentes pontos de vista e as estratégias vigentes no âmbito das questões que envolvem os currículos no ensino inclusivo e as mudanças de paradigmas envolvendo a diversidade e a inclusão em todas as suas dimensões (sociais, educacionais, políticas e culturais), visando promover discussões e reflexões sobre as práticas relacionadas ao tema em questão (DIVULGAÇÃO..., 2016, *online*).

E) UFF/ESCOLA DE ENGENHARIA/CITI – CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

O Centro Integrado de Tecnologia e Inovação foi criado no início de 2015, para atender à política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a competitividade brasileira e desenvolvimento social. Tem como Missão “Prospectar e integrar competências profissionais e institucionais de

todas as áreas do conhecimento para viabilizar o desenvolvimento de ações que tenham como objeto a construção de igualdade de direitos e oportunidades, a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento social” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escola de Engenharia, 2015, *online*).

Em sua declaração de Valores, apresenta como foco a “Ética, responsabilidade social, democratização do acesso, busca permanente de excelência e respeito à dignidade, à liberdade de expressão e às diferenças”, e, entre vários objetivos, propõe coordenar eventos científicos e tecnológicos de interesse do CITI, apoiando os pesquisadores, professores e alunos envolvidos em projetos de pesquisa na universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escola de Engenharia, 2015, *online*).

Em parceria com a Divisão de Acessibilidade e Inclusão SENSIBILIZA UFF, do Curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão (CMPDI), da Escola de Inclusão, do Instituto de Física da UFF e do Centro de Apoio ao Deficiente Visual de São Gonçalo (CADEVISG), promoveu, em dezembro de 2015, no *hall* do primeiro andar da Escola de Engenharia da UFF, o evento “Sensibiliza Engenharia”, atividade que fez parte das comemorações do “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, celebrado no dia 3 de dezembro. O projeto "Sensibiliza Engenharia" pretendeu sensibilizar a comunidade daquela unidade para refletir sobre “programas e conteúdos tecnológicos que tragam soluções inovadoras, tendo como foco pessoas com deficiência, idosos e todos aqueles que necessitam de um tratamento diferenciado, possibilitando acessibilidade e inclusão para todos” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escola de Engenharia, 2016, *online*).

O evento contou com a participação de professores com deficiência da CADEVISG/SG, da Escola de Inclusão, alunos do CMPDI e professores do Instituto Benjamin Constant (IBC/RJ), com oficinas de origami, argila, usos de tecnologias assistivas e vivências inclusivas, conforme pode ser conferido nas (Figuras 4, 5, 6, 7 e 8):



Figura 4: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF vivenciam experiências inclusivas explorando o ambiente universitário. De olhos vendados. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).



Figura 5: Projeto Sensibiliza Engenharia – universitários assistem apresentação de bolsista do Sensibiliza UFF sobre T.A. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

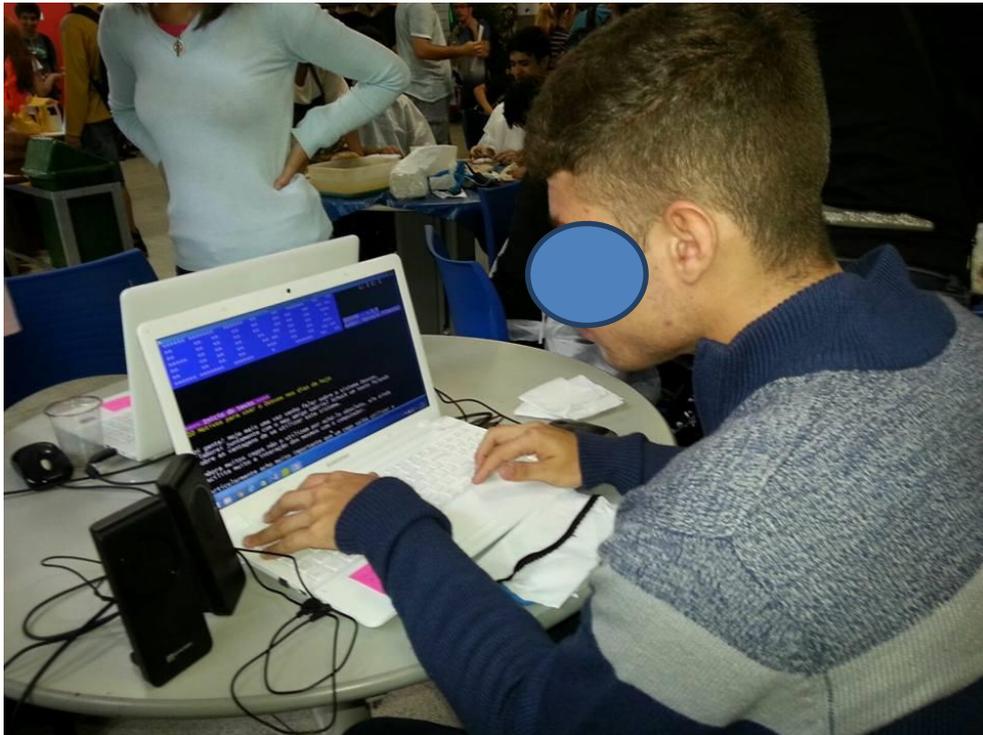


Figura 6: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF aprendem a usar o EDIVOX com professor cego da CADEVISG. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).



Figura 7: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF aprendem matemática com professora do IBC, com o uso da técnica do Origami. De olhos vendados. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).



Figura 8: Projeto Sensibiliza Engenharia – alunos da UFF aprendem fazer figuras tridimensionais com argila, com professores do CADEVISG. De olhos vendados. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

F) UNIRIO/GIEI/NAU - GRUPO INTERDISCIPLINAR EDUCAÇÃO E INCLUSÃO E NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E USABILIDADE:

O Grupo interdisciplinar educação e inclusão (GIEI), criado na UNIRIO em 30 de julho de 2012, é uma iniciativa estruturada a partir da convicção de que a educação é uma importante ferramenta para a inclusão social e a estruturação de uma rede de relações cognitivas, afetivas e interinstitucionais a partir das quais se pode construir um mundo melhor, mais justo, sustentável e inclusivo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O GIEI conta com a participação de Universidades do cenário local e nacional tais como representantes da UFF, UFRJ, UERJ, UFSCar e das universidades de Roma (Itália), de *La Rioja* (Espanha) e Distrital de Bogotá (Colômbia). Seu principal objetivo é construir coletivamente discursos e práticas que possam vir a se expressar em ações concretas em prol da sustentabilidade e da inclusão a partir da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

Em janeiro de 2013 o Grupo promoveu o “I Seminário Internacional do Grupo Interdisciplinar Educação e Inclusão (GIEI): Universidade, Sustentabilidade e Inclusão”, na

UNIRIO, que reuniu mais de 200 participantes, entre eles especialistas de instituições do Brasil e do exterior, que debateram questões ligadas às boas práticas de inclusão no cenário nacional e internacional tendo como questão principal dos debates “De que forma é possível aliar educação, sustentabilidade e inclusão, em especial dentro da universidade?”. O seminário promoveu discussões divididas em três eixos: saúde, sustentabilidade e inclusão; cultura, artes e inclusão; e educação inclusiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

A UNIRIO promoveu também o “II Colóquio Internacional de Educação e Inclusão” (CIEI), de 23 a 25 de outubro de 2013, com representantes da Administração Central da Universidade, UFF, UERJ, *Universidad La Rioja*, Universidade de *Dortmund*, USP, IBC, GTs em Artes e Inclusão, Educação e Tecnologia. Temas como dança e música inclusivas, inclusão em artes, apresentação de orquestras, entre outras atividades; apresentação do II Seminário do Grupo Interdisciplinar de Educação e Inclusão (GIEI), Encontro dos pesquisadores do GIEI para estabelecer metas a serem alcançadas até o II Seminário Internacional UNIROMA, apresentação dos projetos desenvolvidos por pesquisadores membros do GIEI em interface com a temática “Artes e Inclusão” e II *Workshop*: Experimentação de produção musical Diálogo de experiências em Artes e Inclusão: Brasil e Alemanha (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

Outra iniciativa da UNIRIO é Núcleo de Acessibilidade e usabilidade (NAU): Em 2007, com a criação do mestrado de Informática na UNIRIO, surgiram diversas linhas de pesquisa com o objetivo de oferecer a seus alunos a oportunidade de realizarem pesquisas em áreas de ponta da computação. Dessas linhas surgiu o Núcleo de Acessibilidade e usabilidade (NAU), núcleo voltado para estudos de usabilidade e acessibilidade visando formar pesquisadores preocupados em projetar sistemas fáceis e acessíveis. Atualmente são inúmeros trabalhos publicados, um doutorado mais de 15 mestres e mais de dez bacharéis em Sistemas de Informação com foco em acessibilidade, um passo no caminho de uma Web verdadeiramente inclusiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O Núcleo se propõe a disponibilizar para a comunidade científica todas as publicações e trabalhos desenvolvidos pelo grupo de forma acessível, e foi construído com base em recomendações de acessibilidade, com o uso de linguagens atuais e elementos semânticos que facilitam o acesso de pessoas que utilizam tecnologias

assistivas (como leitores de tela), permitir navegação por teclado, utilizar diagramação com boa relação de contraste entre as cores (texto e fundo) e identificar palavras em outros idiomas, e traz como principal contribuição, publicações com os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, na íntegra e acessíveis! (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O site NAU da UNIRIO foi premiado como segundo melhor Projeto Web – Governamental, na edição 2016 do Prêmio Nacional de Acessibilidade – “Todos @Web”. O objetivo da premiação é conscientizar os desenvolvedores sobre a importância de criar páginas acessíveis a todos, homenagear e reconhecer publicamente as ações e autores que tornam a experiência de navegar na internet mais inclusiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

Os cursos de Biblioteconomia da UNIRIO oferecem em sua Grade Curricular as seguintes disciplinas ligadas à temática da acessibilidade e inclusão, conforme informações recebidas por mensagem eletrônica: no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia a disciplina optativa “Acesso à Informação e Inclusão em Bibliotecas”, foi ofertada em 2015-1, podendo ser novamente em 2017-1; na Graduação, nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Biblioteconomia, a disciplina optativa “Biblioteca Acessível”, foi ofertada em 2014-2 (DINÍZ, 2016).

No Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB) da UNIRIO, há o Projeto de Pesquisa “Perspectivas da Biblioteca como Organização Criativa na Otimização dos Recursos de Aprendizagem: Da Acessibilidade à Fluência Informacional (DINIZ, 2015, *online*), dentro da Linha de Pesquisa “**Biblioteconomia, Cultura e Sociedade**” (UNIRIO, PPGB, 2016, *online*).

Este Projeto de Pesquisa, segundo Diniz (2015, *online*) aborda, entre outros assuntos na temática da inclusão e acessibilidade, que as bibliotecas atendem usuários que apresentam deficiências e/ou grande fluência informacional e os bibliotecários e demais profissionais das bibliotecas recebem pouca capacitação para esta atuação, buscando soluções empíricas que alcançam poucos resultados. Assim sendo, o projeto se propõe a contribuir nesse contexto e pesquisar as bibliotecas como organizações criativas voltadas à inclusão social e à otimização do conhecimento para todos.

G) UFRJ/NCE – INSTITUTO TÉRCIO PACCITI DE APLICAÇÕES E PESQUISAS COMPUTACIONAIS:

O Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE/UFRJ) é um instituto especializado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem por objetivo contribuir para o domínio da tecnologia de computação no país através de sua atuação na pesquisa e no ensino de graduação e pós-graduação de Informática, no Brasil e no exterior.

A UFRJ, no dia 20 de setembro de 2016, lançou o “Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva”, com o objetivo de ampliar a presença do tema no cotidiano acadêmico, por meio de um calendário anual de ações: acessibilidade em projetos e obras, assuntos acadêmicos e legislação na Universidade, além das questões sobre o uso de um desenho universal no acesso aos prédios. O Estatuto apresentado considera:

O compromisso da UFRJ com a afirmação dos direitos humanos das pessoas com deficiência e com a necessidade de erradicar definitivamente da vida universitária o prejuízo e a discriminação; a necessidade de tornar o espaço educacional em um local não excludente por meio de ações que permitam acessibilidade física, comunicacional, atitudinal, acadêmica, produtiva e cultural de todas as pessoas; que a UFRJ é parte integrante e executora da política pública do Ministério da Educação por meio do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir); e resolve: Instituir o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva como espaço regular de discussão, elaboração e suporte ao desenvolvimento e implementação da política institucional em acessibilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O Instituto Tércio Pacitti em parceria com o Ministério da Educação (MEC) oferece o TecnoAssist, curso de aperfeiçoamento, como “Uso pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva” com carga horária de 240 horas, na modalidade a distância, o curso é destinado a profissionais da área de educação, em particular professores, gestores de tecnologia educacional e pessoal de apoio pedagógico e técnico, e apresenta os principais conjuntos de programas de uso pedagógico de Tecnologia Assistiva em uso no Brasil com o objetivo de formar professores para a utilização pedagógica desses programas e propor estratégias para aplicação de tecnologia assistiva nas escolas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. TECNOASSIST, 2016, *online*).

O curso utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, com atividades

de leitura de texto, videoaulas, discussão em fóruns, realização de exercícios de autoavaliação e tarefas práticas que envolvem a instalação, operação e utilização de programas e artefatos de Tecnologia Assistiva. Além disso, um Professor-Tutor auxilia o participante durante todo o curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. TECNOASSIST, 2016, *online*).

3.3 BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS

No campo do levantamento de informações e observação de boas práticas relativas às condições de acessibilidades das bibliotecas acadêmicas, cita-se Novo (2015), que assevera:

Projetar o ambiente com condições de acessibilidade é um pressuposto para a igualdade de oportunidades na participação em atividades económicas, sociais, culturais, de lazer e recreativas, e no acesso, utilização e compreensão do meio envolvente à diversidade dos cidadãos. [Boas práticas seria] Identificar as condições das diferentes formas de acesso e propor as melhorias conducentes à excelência de acessibilidade ao ambiente construído e do conhecimento (NOVO, 2015, p.164).

Dando prosseguimento, apresentam-se as bibliotecas consideradas inclusivas e que praticam ações em prol dos usuários com deficiência:

A) BIBLIOTECA AFRÂNIO ANTÔNIO DA COSTA - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (TRF2/RJ):

Definiu-se como campo de estudo uma instituição não universitária, por ser uma “biblioteca inclusiva” e que apresenta boas práticas no atendimento ao usuário, de qualquer origem, universitários, escolares e a comunidade em geral. Para esta Instituição, a acessibilidade é característica essencial que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Por meio dela é possível a pessoas com deficiências ou limitações físicas a participação em atividades, serviços, produtos e informações, inclusive nos sistemas de tecnologia e comunicação”. Observa-se nas (Figuras 9 e 10), os equipamentos adquiridos, desde 2009, para o atendimento aos usuários com deficiência.



Figura 9: Biblioteca do TRF/2 – Possui diversas as tecnologias necessárias ao atendimento das pessoas com deficiência visual e auditiva, cadeirantes e outras deficiências. (Fonte: arquivo pessoal, 2015).



Figura 10: Equipamentos de tecnologia assistiva, na foto máquina fusora, também conhecida como impressora térmica e folheador para pessoas deficiência física. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

Na Biblioteca os padrões de acessibilidade utilizados no “SophiA Biblioteca” em seu terminal de consulta, são as principais recomendações do World Wide Web Consortium (W3C) . Para efeito de esclarecimento, o W3C é um consórcio internacional

onde uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a Web. Criado por Tim Berners-Lee e o CEO Jeffrey Jaffe, tem como missão “Conduzir a World Wide Web para que atinja todo seu potencial, desenvolvendo protocolos e diretrizes que garantam seu crescimento de longo prazo. Contudo, esta pesquisa não se deterá no tema “acessibilidade na web” (RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal Regional Federal da 2ª região, 2015, online).

B) BIBLIOTECA DAS FACULDADES DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS/UFF:

A Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis (BAC) é uma das 29 unidades do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), está localizada na Rua São Paulo, sn, B, 8º andar, no Campus do Valonguinho, no Centro da cidade de Niterói/RJ. Conta com um salão com acesso à internet, mesas para estudo individual e em grupos, equipada para atender os usuários com deficiência visual e outras deficiências.

Dispõe de um setor acessível, com programas específicos para a acessibilidade dos usuários como sintetizadores de voz, fones de ouvido e um scanner leitor conectado a um computador, que digitaliza textos impressos, transformando em áudio diversos programas que facilitam o uso do computador, como Dosvox, NVDA, MEC Daisy entre outros. Os usuários surdos contam, no terminal acessível, recursos disponíveis na Internet, como o Dicionário de Libras e outros aplicativos.

Segundo a responsável, em setembro de 2016 a biblioteca de Administração e Contabilidade da UFF recebeu a visita do MEC para reconhecimento do curso de Processos Gerenciais, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e a Comissão, após os protocolos de visita ao curso, permaneceu por 90 minutos na biblioteca levantando as condições do acervo e de acessibilidade, o que foi mostrado pela equipe. Os avaliadores foram recebidos pela bibliotecária-chefe, profissional capacitada para o atendimento aos alunos com deficiência, que procura manter um estreito relacionamento com a Divisão de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (DAI/UFF), órgão subordinado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), na busca de assessoria técnica, equipamentos, tecnologias e alunos bolsistas para a digitalização dos textos (Figuras 3, 4 e 5).

A gestora da biblioteca treina a sua equipe no sentido da conscientização da existência de alunos com deficiência na universidade, no uso das tecnologias assistivas,

entre outras especificidades e habilidades exigidas neste atendimento. A BAC se comunica com os alunos através das redes sociais e mensagens eletrônicas, e a equipe aproveita a facilidade da Internet para enviar, por e-mail, alguns livros das bibliografias para serem ouvidos pelo aluno cego na comodidade de sua casa, ou onde quer que esteja. O

As atividades da biblioteca de administração e contabilidade da UFF podem ser conferidas nas (Figuras 11, 12, 13 e 14).



Figura 11: Aluno estudando no terminal acessível da Biblioteca de Administração da UFF – Scanner com Voz, programas leitores de tela, Braille Fácil, dicionários de Libras virtuais etc. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

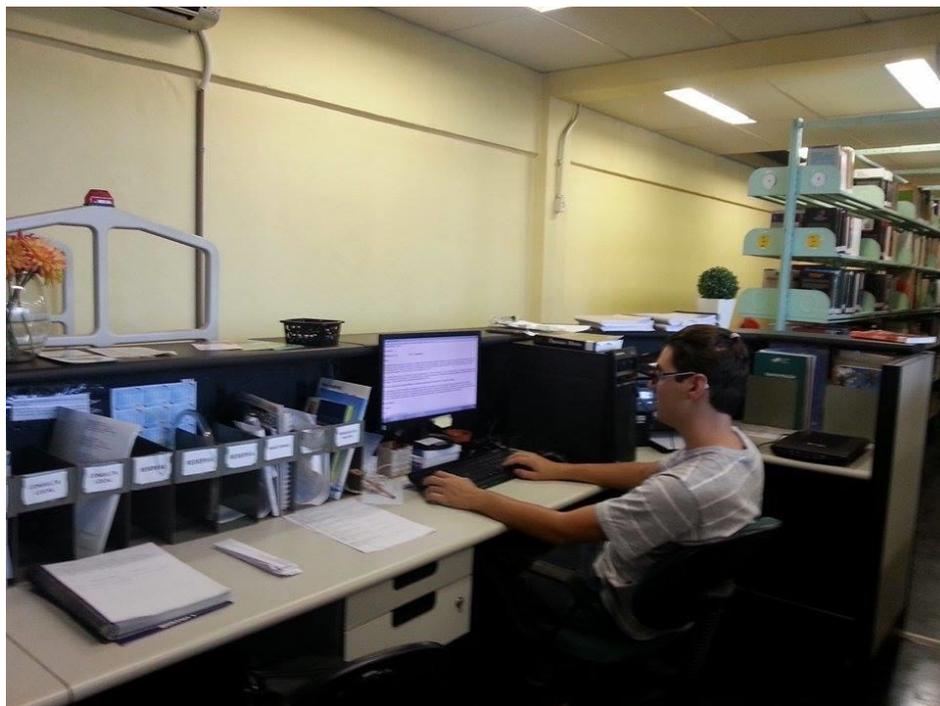


Figura 12: Bolsista do Sensibiliza digitaliza material para aluno cego, na biblioteca de administração/UFF, com scanner Sara PC. (Fonte: Arquivo pessoal, 2016).



Figura 13: Vivência inclusiva – visita guiada à Biblioteca de economia, parceria Divisão de apoio ao aluno com deficiência e Biblioteca de Administração e Contabilidade da UFF. (Fonte: Arquivo pessoal, 2015).

Figura 14: Contato da bibliotecária com um aluno cego sobre a digitalização de obras da bibliografia complementar de uma disciplina. (Fonte: Arquivo pessoal).

A resposta do aluno “M” à mensagem da bibliotecária (Figura 6) foi a seguinte:

Olá, recebi o livro digitalizado, muito obrigado, já comecei a ler a primeira parte; ficou muito bom a maneira que você fez, dividido, pois fica menos cansativo, permitindo dar pausa. A voz está boa, porém robotizada, talvez se a tornasse mais feminina, ficaria bem melhor. Quanto ao livro revolução dos bichos, realmente eu já li, há muitos anos. Melembro (sic) da maior parte. O enredo é parecido com outro livro do autor, cujo título é 1984. Se houver dificuldade para digitalizar, não se preocupe. Cordialmente (ALUNO M., 2015).

A equipe mostrou aos avaliadores do MEC que havia, para atendimento às PcD duas vagas no estacionamento, rampa, elevador, espaço acessível equipado com computador sinalizado para pessoas com deficiência, scanner, fones de ouvido, programas leitores de tela, dicionários braille, programa Braille Fácil, MecDaisy, cartazes apresentando as deficiências e a forma de atuação na ajuda a esses cidadãos, e demais recursos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis, 2016).

De acordo com a equipe da biblioteca, ao final, a comissão de avaliação universitária, do MEC, composta por três avaliadores, atribuíram conceito cinco, em todos os quesitos levantados no ambiente. Contudo, a responsável relatou que “considera as instalações do Campus onde está localizado o curso avaliado, os prédios e mesmo a biblioteca, ainda muito longe do ideal para que se possa atender a todos da mesma forma” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis, 2016).

Nesse contexto, um fato pode ser observado quanto ao alto conceito atribuído à biblioteca: mesmo com poucos recursos, mas com conhecimentos sobre as possibilidades de acesso e uso da informação, criatividade e atenção focada nas necessidades singulares dos usuários, os bibliotecários podem fazer a diferença na vida das pessoas com

deficiência, e conseqüentemente, no conceito da biblioteca, do curso e, de modo amplo, da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis, 2016).

C) SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC):

O Sistema de Bibliotecas da UFC oferece um atendimento especializado e focado em proporcionar ambientes de estudo adequados e um maior acesso à informação aos usuários com deficiência, investindo na aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas desenvolvidas especialmente para possibilitar o uso dos serviços e produtos oferecidos. Desenvolve, inclusive, a acessibilidade arquitetônica em suas edificações (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Biblioteca Universitária, 2016, *online*).

Os serviços disponibilizados à comunidade de usuários com deficiência envolvem a Digitalização e/ou Conversão de Materiais Bibliográficos em formatos acessíveis (serviço oferecido em parceria com a Secretaria de Acessibilidade da UFC) onde a “bibliografia solicitada pelo professor passa pelo processo de digitalização e/ou edição e é convertida em arquivo digital acessível para posteriormente ser disponibilizada no catálogo da Biblioteca Universitária com acesso restrito aos usuários com deficiência visual”; auxiliam na orientação à pesquisa bibliográfica para usuários com deficiência visual, cujo serviço é “realizado mediante treinamentos de uso das bases de dados on-line do Portal da CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e livros eletrônicos com o auxílio de *softwares* conhecidos como leitores de tela”. O sistema de bibliotecas da UFC também realiza levantamentos bibliográficos para usuários com Deficiência Visual cujo serviço consiste na pesquisa bibliográfica demandada por pela comunidade universitária, transformada posteriormente em arquivo digital acessível para seu uso exclusivo (Universidade Federal do Ceará, Biblioteca Universitária, 2016, *online*).

Um serviço também oferecido pelo Sistema de Bibliotecas da UFC chamado “BU em Libras” permite que o usuário com baixa-visão e deficiência auditiva acesse a página da biblioteca e obtenhas as informações sobre todo o funcionamento das bibliotecas do sistema. Por ser de grande relevância para esta pesquisa, decidiu-se mostrar a página desenvolvida pela excelente e importante iniciativa desta Instituição, conforme (Figura 15):

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DESCOBRINDO A BIBLIOTECA

Serviços do Sistema de Bibliotecas

O Projeto

O projeto acontece sempre no início de cada semestre letivo e visa apresentar aos novos alunos os serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC, que oferece suporte informacional às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da Instituição. Na ocasião são abordados os seguintes aspectos: regulamento, guia de serviços, acervo, catálogo on-line, meios de acesso do usuário, livros eletrônicos, eventos da Biblioteca Universitária, dentre outros temas.

[Voltar ao sumário](#)

SUMÁRIO

- O Projeto
- Missão
- Composição
- Cadastro
- Acervo
 - 1. Consulta local
 - 2. Empréstimo domiciliar
 - 3. Renovação
 - 4. Reserva
 - 5. Correção de referências
 - 6. Treinamento de usuários
 - 6.1 - Visita orientada
 - 6.2 - Referências e Citações
 - 6.3 - Normalização de Trabalhos acadêmicos

Figura 15: Site das Bibliotecas da UFC – BU em Libras. O usuário acessa os conteúdos clicando nas “mãoszinhas” símbolo das Libras. A janela se abre e inicia a tradução. (Fonte: Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/buemlibras/>. Acesso em: 19 nov. 2015).

Uma “boa prática” no sistema UFC de bibliotecas é o trabalho de uma servidora que atua no Sistema de Bibliotecas da UFC, que se dedica a pesquisar, desenvolver ações e divulgar o tema acessibilidade e inclusão em bibliotecas, sendo ela própria pessoa com deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Biblioteca Universitária, 2016, *online*).

A bibliotecária vem participando do projeto “Encontro Marcado” do sítio “Mural Interativo do Bibliotecário”, apresentando o seu trabalho na UFC, em vídeo. O Mural visa promover uma experiência profissional de construção coletiva a partir da troca de opiniões entre bibliotecários (MURAL INTERATIVO DO BIBLIOTECÁRIO, 2016, *online*).

D) LAB - LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UNICAMP:

O Laboratório de Acessibilidade (LAB), inaugurado na Biblioteca Central Cesar Lattes da Unicamp em dezembro de 2002, foi implementado através de recursos do projeto de

infraestrutura aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), além de outro projeto aprovado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Unicamp, com objetivo de proporcionar aos alunos, o direito de realizar seus estudos de nível superior em ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem. Atualmente o LAB dispõe de serviços especializados com o uso de tecnologias de informação e comunicação, as quais viabilizam a inclusão de pessoas com necessidades especiais na vida acadêmica, facilitando o acesso à informação (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, Laboratório de Acessibilidade, 2016, *online*).

A missão do LAB é proporcionar aos usuários com deficiências um ambiente adequado às suas necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o direito de realizar estudos e pesquisas com maior autonomia e independência.

Em 1998 e 2000, a FAPESP liberou recursos para financiar infraestrutura, viabilizando projetos de adequação e modernização dos espaços destinados ao estudo e pesquisa na Unicamp. Em dez de 2002 nascia o LAB. Apoiado pela reitoria, esse projeto intitulado: 'Acesso, permanência e prosseguimento da escolaridade superior de alunos com deficiência: ambientes inclusivos', realizou a I Oficina Participativa Proesp em agosto de 2004, que conclamou a comunidade universitária a se manifestar, por meio de sugestões que minimizassem ou eliminasse barreiras e, conseqüentemente, facilitassem o deslocamento no campus (PUPO; CARVALHO; BONILHA, 2005, *online*).

O LAB tem como objetivo garantir o acesso à informação, possibilitando a inclusão e a participação ativa na pesquisa e no acesso à documentação disponível. De acordo com a coordenadora do trabalho, professora Maria Teresa Mantoan (2006), da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, o importante é garantir o acesso das pessoas com necessidades especiais aos lugares, através de obras arquitetônicas planejadas, realizar todo tipo de ação visando reunir condições para o prosseguimento e permanência de alunos com deficiência, de modo que os ambientes da universidade sejam inclusivos, incluindo o acesso ao conhecimento e à informação. "A grande intenção do projeto não é a montagem de grandes estruturas. Não adianta ter uma série de recursos se as pessoas não estão envolvidas, preparadas e tendo uma atitude diferente com relação a tudo isso" (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, Laboratório de Acessibilidade, 2016, *online*).

O LAB está localizado no primeiro andar da Biblioteca Central (BC) da Unicamp, está

aberto à comunidade interna e externa à universidade.

E) PROJETO ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS - SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP), DA DIRETORIA DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS (DLLL) DO MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC):

Desde 2008, o Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas foi selecionado como uma boa prática por desenvolver um trabalho que visa ampliar e qualificar a acessibilidade em dez bibliotecas públicas selecionadas pelo SNBP, buscando “contribuir com a democratização do acesso às bibliotecas públicas e com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência ao conhecimento e informação por meio de ações que favoreçam a equiparação de oportunidades” (PROJETO... 2016, *online*). Tem como objetivo promover o “debate e a formulação de políticas públicas de inclusão nestes equipamentos culturais, em conformidade com o marco político e legal dos direitos das pessoas com deficiência no país e em consonância com os acordos internacionais da área”, procurando auxiliar o fortalecimento das políticas, programas e projetos no campo do livro e leitura numa perspectiva acessível e inclusiva (PROJETO ... 2016, *online*).

De acordo com informações do sítio do Projeto, a execução está sob a responsabilidade das Mais Diferenças, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que atua há quase uma década com educação e cultura inclusivas. O projeto se dá ainda em parceria com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

3.4 AÇÕES DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO MUNDO

A) PROJECT ENABLE (EUA) – CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS DE TODA PARTE:

Um projeto criado nos Estados Unidos da América (EUA) denominado *PROJECT ENABLE* – “Expanding Nondiscriminatory Access By Librarians Everywhere”, ou “Expandindo o Acesso não discriminatório por bibliotecários em todos os lugares”, foi selecionado nessa pesquisa por ser uma boa prática na criação de bibliotecas inclusivas. O objetivo é oferecer capacitação a bibliotecários e demais interessados, do mundo todo.

De acordo com informações do site, o “Projeto *ENABLE* é uma parceria do *Center for Digital Literacy (CDL)*, da *School of Information Studies (iSchool @ Syracuse)* e do

Burton Blatt Institute (BBI), da University of Syracuse(SU). Tem apoio financeiro fornecido pelo Institute of Museum and Library Services (IMLS) (UNIVERSITY OF SYRACUSE, Project Enable, 2016, online).

O *Project ENABLE* tem o objetivo de fornecer formação para bibliotecários públicos, acadêmicos ou escolares em todo o mundo, para ajudá-los a ganhar o conhecimento e as habilidades necessárias para criar bibliotecas inclusivas e acessíveis que atendam às necessidades de todos os usuários, sem discriminação. Aplica o treinamento a distância permitindo que os bibliotecários, após preencherem seus dados ou de sua biblioteca no formulário de inscrição, possam receber o conteúdo gratuitamente, sendo que a capacitação pode ser personalizada para uso individual ou em grupo. O site é gratuito e aberto a todos os que podem beneficiar-se desta formação, como alunos, professores, administradores e pais que também são convidados a utilizar o sítio para aprender, rever ou atualizar a sua aprendizagem nessa área (*UNIVERSITY OF SYRACUSE, Project Enable, 2016, online*).

O Projeto disponibiliza módulos de formação com os seguintes temas: Plano de Ação em Acessibilidade, Desenho Universal - *Checklist*, Americans with Disabilities Act (ADA) - *Checklist* – acessibilidade em bibliotecas e Modelo de plano de aula para biblioteca Acadêmica, Bibliografia e Glossário. O treinamento disponibilizado pelo projeto é uma inspiração para que os bibliotecários de qualquer lugar do mundo possam criar seu próprio modelo de plano de ação e com isso criar bibliotecas inclusivas, para todos.

Uma explicação se faz necessária: ADA e a Lei da Inclusão americana, criada em 1990, com alterações adicionais em 2009. É um marco dos direitos civis nos EUA, proíbe a discriminação com base na deficiência e impõe requisitos de acessibilidade em acomodações públicas, incluindo bibliotecas (*ADA, 2016, online*).

De acordo com o conteúdo do curso de capacitação para bibliotecários do PROJECT ENABLE,

A igualdade de acesso é um princípio da biblioteconomia e os bibliotecários devem ser capazes de tornar os seus serviços e recursos universalmente acessíveis, a fim de melhor atender aos usuários. A capacidade de analisar e avaliar o ambiente da biblioteca é essencial para garantir que nenhum aluno a utilize de forma restrita. Além disso, a acessibilidade vai muito além do design do edifício, e estende-se a aspectos como o desenvolvimento de coleções entre outras políticas e

procedimentos para a criação de bibliotecas (UNIVERSITY OF SYRACUSE, Project Enable, 2016, online).

O módulo acessado pela autora inclui documentos e atividades que se concentram na formação de competências para avaliar e melhorar o nível de acessibilidade da biblioteca e isso inclui analisar as instalações físicas e materiais, de acordo com os princípios do desenho universal (DU). Também forneceu e sugeriu melhores práticas relacionadas com a modificação da configuração da biblioteca para melhorar a acessibilidade para todos os usuários, incluindo a possibilidade de criar um “Plano de Ação em Acessibilidade”.

Os objetivos de aprendizagem globais para este módulo foram assim descritos e englobam os requisitos para a acessibilidade arquitetônica, programática e atitudinal:

- Desenvolver a consciência dos princípios do *desenho universal* (DU);
- Compreender como elementos de *Desenho Universal* se aplicam às bibliotecas;
- Avaliar a acessibilidade da biblioteca;
- Desenvolver um plano de ação para a criação de um programa de biblioteca mais inclusiva;
- Melhorar a inclusão da biblioteca através do desenvolvimento de coleções;
- Avaliar as políticas e procedimentos da biblioteca para acesso significativo para todos e
- Desenvolver a consciência das estratégias de atendimento para melhorar o acesso à programas e serviços da (UNIVERSITY OF SYRACUSE, Project Enable, 2016, online)tradução da autora).

Enfim, muitos outros excelentes projetos existem no Brasil e no mundo e que podem ser considerados como boas práticas na não discriminação, inclusão e acessibilidade, na sociedade, nas escolas, universidades e em bibliotecas de qualquer tipologia e público.

4 OBJETIVOS

São apresentados a seguir os objetivos geral e específicos do estudo.

4.1 OBJETIVO GERAL

O estudo visa contribuir para a formação continuada do bibliotecário sobre a temática da sociedade inclusiva para o exercício de sua prática profissional, e para isso apresenta como **objetivo geral** “Propor uma Oficina de Capacitação para os bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias públicas, visando instruir os profissionais para a aquisição de conhecimentos, competência e habilidades no atendimento aos usuários com deficiência física, auditiva, motora, intelectual e mobilidade reduzida”.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dentro dessa proposta, os objetivos específicos da pesquisa se desdobram em:

1. Ampliar o conhecimento sobre a temática da inclusão e acessibilidade, nos conceitos dos estudos e documentos existentes, com vistas a elaborar a Oficina de Capacitação;

2. Identificar e descrever as ferramentas de tecnologias assistivas disponíveis, assim como programas e aplicativos para uso nas bibliotecas para apresentar ao bibliotecários;

3. Investigar como se configura a relação entre a entrada de alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior, o papel da biblioteca e a atuação dos bibliotecários universitários;

4. Discutir a importância da educação formal e continuada do bibliotecário para o atendimento aos alunos com deficiência e o papel dos cursos de biblioteconomia.

5 MATERIAL E MÉTODOS

Nesse capítulo são apresentados os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, como as regras, os instrumentos utilizados e os procedimentos que a orientaram para que se chegasse ao fim proposto.

A metodologia da pesquisa, com fins exploratórios, é documental, bibliográfica e de campo. Os campos envolvidos na fundamentação teórica da pesquisa são as universidades, as políticas públicas, a Biblioteconomia, a Engenharia, com as tecnologias assistivas e a Educação Inclusiva.

A pesquisa é de caráter exploratório, buscando informações sobre a atuação do bibliotecário em 74 bibliotecas universitárias federais e sua formação sobre acessibilidade e inclusão, “envolvendo a revisão de literatura que se fundamenta na pesquisa bibliográfica, documental e de campo sobre o tema em questão” (SEVERINO, 2013, p. 123). Desse modo, buscou pesquisar o “estado da arte” sobre as universidades públicas e suas bibliotecas e bibliotecários e a relação desses com a sociedade inclusiva, em uma tentativa de “abordar novas perspectivas sobre os estudos já existentes” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2006, p. 99), quanto ao não preparo desses profissionais para o atendimento ao aluno com deficiência que acessa a universidade e procura os serviços e produtos das bibliotecas em questão.

A pesquisa classifica-se como descritiva, porque tem como objetivo “estudar as características de um grupo de bibliotecários de três universidades públicas federais: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível escolaridade, [...]” (GIL, 2010, p. 27), para saber mais sobre o problema da pesquisa e “quais as opiniões e percepções reinantes sobre o assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169).

Quanto à abordagem pode ser classificada como quali-quantitativa ou mista, no que se refere ao tratamento dos dados coletados junto aos bibliotecários, tendo em vista que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente [...]” (MINAYO, 2001, p. 22).

Quanto à delimitação e a descrição do universo (população) optou-se pela amostra não probabilística por conveniência, para os dois campos de estudo (oficina e pesquisa *online*) por ser um procedimento de seleção informal, acessível e que pode ter bons

resultados se a população apresentar características comuns, como por exemplo, organização a que pertencem (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.206), no caso a população estudada foram os 376 bibliotecários universitários que atuam na UFF, UFRJ e UNIRIO, no atendimento aos alunos de todos os cursos dessas IFES, que procuram as bibliotecas.

5.1 UNIVERSO E AMOSTRAS DA PESQUISA

“Definindo nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade, a partir da vontade e identificação com o tema a ser estudado [garantindo, com isso,] uma melhor realização da pesquisa proposta” (CRUZ NETO, 2001, p. 52).O trabalho de campo realiza um “momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias” (MINAYO, 2001, p.26).

Utilizou-se a amostragem não probabilística por conveniência, “técnica muito comum que consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível” (UCHOA, 2015, *online*). Ou seja, os indivíduos empregados nessa pesquisa não foram selecionados por meio de um critério estatístico, mas porque eles estão prontamente disponíveis para responderem aos questionários nas três universidades abordadas, simplesmente porque representam o local onde a população da pesquisa se encontra.

A pesquisa partiu de dois campos de interesse para a exploração e coleta dos dados: o primeiro foi a Oficina de Capacitação, com bibliotecários da UFF, identificado como (Campo1); o segundo, o corpo de bibliotecários da UFF, UFRJ e UNIRIO (Campo 2) que concordaram em responder ao questionário virtual.

A Oficina “Capacitação em Acessibilidade para Bibliotecários”, (Campo1), ocorreu durante o II Encontro em Diversidade e Inclusão da UFF: Olhares, Estratégias e Práticas”, no dia 28 de novembro de 2015, no Campus do Gragoatá, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, onde participaram somente dois bibliotecários do sistema SDC; e, para executar as atividades propostas, contou com o apoio de uma mestranda cadeirante do CMPDI, da orientadora e três alunos da UFF, dois com deficiência visual e um aluno fazendo áudio-descrição e tradução em Libras.

O segundo campo de pesquisa(Campo 2), envolveu a UFF, UFRJ e UNIRIO que são Instituições que possuem as condições ideais para a coleta de dados, ou seja, todas são

acessíveis, próximas ao local onde se realiza a pesquisa e possuem um grande número de bibliotecários, aumentando o universo de respostas, ou seja, as três IFES juntas possuem 376 bibliotecários em 74 BUs, assim distribuídas: UFF - 29 bibliotecas; UFRJ - 40 bibliotecas; UNIRIO - 05 bibliotecas. Desse modo, vale ressaltar algumas características das Instituições que foram selecionadas como locais para coleta dos dados onde o universo amostral “reside”:

A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) foi criada pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFERJ. Com a Lei nº 4.831, de cinco de novembro de 1965, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense. A UFF é uma entidade federal autárquica de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira, exercida na forma de seu Estatuto e da legislação pertinente. Está sediada em Niterói, às margens da Baía de Guanabara e em vários municípios do Estado do RJ. Possui um Campus Avançado em Oriximiná, no Pará. Hoje a UFF conta com uma população de mais de 60 mil pessoas, sendo mais de três mil docentes. Oferece 94 cursos de graduação (90 presenciais e quatro à distância), 76 programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 45 mestrados e 31 doutorados (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2016, *online*).

A Superintendência de Documentação (SDC) é o órgão responsável pela coordenação técnica e administrativa do Sistema de Bibliotecas e Arquivo da Universidade, vinculado a partir de maio de 2011 ao Gabinete do Reitor – GAR, cuja missão é proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional. Compete, também, a SDC apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF. Atualmente a estrutura organizacional é constituída de 29 bibliotecas, uma Coordenação de Arquivos, uma Coordenação de Bibliotecas, um Laboratório de Reprografia (LARE), um Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACORD), e a sede do Sistema está situada no Campus do Gragoatá. Conta com 200 servidores, sendo 129 bibliotecários (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação, 2015, *online*).

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)** foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965 e consiste em um dos centros brasileiros de excelência no ensino e na pesquisa científica. A Universidade Federal do Rio de Janeiro conta com 139 cursos/habilitações de graduação, oferecidos nas suas 29 unidades acadêmicas distribuídas em dois campi e em diversas localidades. Possui 94 mestrados e 91 doutorados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SIBI) atua como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus membros, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos. Dessa forma, o trabalho do SIBI visa colocar as 40 bibliotecas da UFRJ no mesmo padrão de qualidade que a UFRJ oferece à sociedade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conta com 222 bibliotecários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO JANEIRO, 2016, *online*).

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)** é uma fundação de direito público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior. Em cinco de junho de 1979, pela Lei nº 6.555, a FEFIERJ foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). E, em 24 de outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla foi mantida. Possui 39 cursos de graduação, 24 cursos de mestrado e 10 de doutorado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

O Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI) compõe-se de uma Biblioteca Central e de quatro Bibliotecas Setoriais. Suas bibliotecas atuam como suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária e de apoio à administração Superior da Universidade, integrando-se à sua estrutura acadêmico-administrativa e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, em âmbito nacional e internacional. Conta com 25 bibliotecários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016, *online*).

5.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Essa pesquisa valeu-se das abordagens quali-quantitativas para investigar os dois campos empíricos do universo da pesquisa, conforme relatado no capítulo anterior. Optou-se como ferramenta de coleta de dados, por um questionário, uma vez que este oferece condições de obtenção de informações válidas, com temas que corroboram com os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Foram elaborados dois tipos de questionários aplicados em dois momentos distintos nos Campos 1 e 2. Para o Campo 1, elaborou-se um questionário com seis perguntas abertas, entregue aos participantes no início e no fim da Oficina (28/11/2015). Para Marconi e Lakatos (2010, p. 187), perguntas abertas ou livres “são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”.

Para a coleta de dados no Campo 2 foi elaborado um questionário estruturado, contendo 11 perguntas fechadas, que foi enviado por *e-mail* para as 74 bibliotecas das três IFES selecionadas. A pesquisa considerou ideal um período de 40 dias para encerrar a coleta 01/08/2016 a 10/09/2016. Ambos são mostrados nos (Apêndices A e B, respectivamente).

Os itens dos questionários dos dois campos foram propostos com base no tema e no problema, dentro do escopo da literatura selecionada ou aporte teórico para a pesquisa. Elaboraram-se perguntas utilizando-se a técnica do *funil* (GIL, 2010) partindo do geral para o específico, abordando temas como formação do bibliotecário, educação continuada, alunos com deficiência que acessam as universidades públicas e as bibliotecas das IFES, tecnologias assistivas no atendimento aos usuários e, finalmente, a percepção dos bibliotecários em relação à necessidade (e vontade!) de investir na educação continuada, na temática da inclusão e acessibilidade, participando de oficinas disponíveis.

5.2.1 OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS - CAMPO 1

A Oficina, sendo parte do II Encontro em Diversidade e Inclusão, foi amplamente divulgada. Todavia, com o objetivo de obter dados para justificar o tema, problema e hipótese da pesquisa, usou-se uma estratégia para criar um campo de estudo, focado na

observação participante da pesquisadora com um grupo de profissionais da mesma área. O convite para a Oficina foi enviado de forma direta para o *e-mail* institucional da biblioteca, com o objetivo de “atrair” os bibliotecários da UFF para a Oficina de Capacitação, e com isso, viabilizar a coleta de dados.

Foram enviadas mensagens por *e-mail* para as 29 bibliotecas da UFF, na tentativa de alcançar os 129 bibliotecários do Sistema. Para garantir maior adesão da classe, a pesquisadora telefonou para cada biblioteca solicitando que o convite para a Oficina fosse amplamente divulgado pelo gestor da unidade.

Tendo sido realizada no Campus do Gragoatá, em uma sala de aula, a Oficina ofereceu carga horária de duas horas contando com quinze (15) inscritos, porém compareceram dez participantes, e, desses, somente três eram bibliotecários. Explica-se que, inicialmente, a oficina voltava-se, somente, para bibliotecários interessados e, principalmente, os bibliotecários da UFF. Contudo, pela baixa procura, abriu-se para outras pessoas interessadas no tema. “Devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo”. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento [...] daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados (CRUZ NETO, 2001, p.54).

Elaborou-se um questionário composto por dois blocos de perguntas: o primeiro bloco para identificação (numeral), com informações profissionais; o segundo, composto por duas perguntas abertas a respeito do conhecimento prévio sobre Tecnologias Assistivas; e uma pergunta sobre a Oficina realizada (conhecimento posterior). As perguntas abertas ou não limitadas proporcionaram liberdade aos respondentes em emitir opiniões, sugestões e críticas.

Para análise das respostas utilizou-se, inicialmente, a análise quali-quantitativa de conteúdo por meio de codificação, classificação e categorização, ou seja, “as características importantes se transformam em unidades que permitam sua descrição e análise precisas” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2006, p. 344). Avaliou-se todo o processo, desde o convite para participar da Oficina, passando pela não adesão dos profissionais, até as respostas do questionário do bibliotecário que participou da Oficina, o que compreende inferência e interpretação (intuição, análise reflexiva e crítica), para que se criassem as discussões.

Por essa razão, na interpretação dos dados do questionário aberto, foram consideradas, somente, as respostas do público-alvo da pesquisa, ou seja, dos três bibliotecários participantes. A baixa demanda para a Oficina corroborou com os resultados da pesquisa *online*, e nas postulações levantadas pelos autores referenciados, no sentido da invisibilidade do tema e da questão do usuário com deficiência nos meios acadêmicos e profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Na oficina de Capacitação, como metodologia, no primeiro momento distribuiu-se o questionário, identificando os participantes com um número. No segundo momento, a pesquisadora, a orientadora e uma aluna do mestrado do CMPDI, com deficiência física (DF), apresentaram uma palestra, com o auxílio da ferramenta *PowerPoint*, sobre o atendimento educacional aos alunos com deficiência, as ações da Divisão de Apoio aos alunos com deficiência da UFF (PROAES/DAIS) e, recursos de tecnologias assistivas e seus usos nas BUs. Houve espaço para perguntas e sugestões. Colaboraram neste momento, dois alunos da UFF com deficiência visual (DV), cegueira e baixa visão e, um aluno da UFF que possui altas habilidades, o qual descrevia os slides para os alunos com DV, também apresentando aos participantes, um pouco da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No terceiro momento, procedeu-se à capacitação e ao treino, propriamente dito, com a apresentação e uso das tecnologias e artefatos para dar autonomia às pessoas com deficiência, como a digitalização de livro com scanner óptico, lupa eletrônica, reglete, punção, cela Braille feita em isopor e com tampinhas de refrigerante, entre outros materiais acessíveis de escrita e/ou leitura. O aluno com baixa visão fez uso da lupa eletrônica para mostrar as funcionalidades do aparelho, aos participantes.

O quarto momento da oficina de capacitação foi de vivência inclusiva, com exploração dos espaços físicos do bloco “C” do Campus do Gragoatá/UFF, com os participante usando vendas nos olhos, bengala e cadeiras de rodas, sendo guiados pela pesquisadora e os alunos no quinto e último momento, ofereceu-se aos participantes um “lanche sensorial”, com os profissionais alimentando-se de olhos vendados, nos moldes do “Café no Escuro”, projeto desenvolvido no instituto de Física da UFF.

Os participantes e os instrutores se divertiram muito com esta etapa. Muitos ficaram chocados por não conseguirem, simplesmente, levar o copo à boca, e, no momento da reflexão sobre as experiências inclusivas, todos concordaram que “não é

fácil” viver com tantas limitações, e que a sociedade precisa aprender para conviver com essas pessoas. O participante B2 fez o relato de sua experiência, dizendo:

Aprendi principalmente que é muito importante estarmos atentos às limitações dos outros e nos sensibilizamos ao ponto de tentarmos tornar o convívio com as pessoas com necessidades especiais o mais inclusivo possível. Passando por experiências como andar e comer vendada, aprender a escrever em braile (*sic!*), entre outras, percebi o quanto preciso aprender ainda para me preparar para o convívio com estas pessoas (B2, Oficina, 2015).

Após o lanche foi distribuída a cada participante uma apostila sobre “Capacitação em Acessibilidade”, disponibilizada pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI, disponível online), criada para auxiliar os cidadãos que desejam ensinar sobre a temática da inclusão e acessibilidade, onde o Ministério oferece a metodologia e as informações completas do curso.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a vantagem da pesquisa de campo pode ser assim definida: “facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos”; e, duas desvantagens poderiam ser consideradas, como o “pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 172).

A ideia de coletar dados em uma situação real, na Oficina de Capacitação, se deu pela necessidade de validar o produto proposto nessa dissertação, denominado “Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários”, apresentando-o ao seu público real, pois “De nada adianta, por exemplo, criar um produto que ninguém quer, ou solucionar um problema que nem existe. Da mesma maneira que pouco adianta criar um produto que alguém queira, mas não saber quem são estas pessoas”, pois, “é importante entender a diferença entre o INTERESSE que determinado público tem por sua ideia e a ACEITAÇÃO pela solução que você quer oferecer” (GUBERT, 2016, *online*).

Diante do exposto, segue-se explicando a técnica de registro e análise das respostas dos participantes, na pesquisa de campo desenvolvida através da Oficina de Capacitação, sendo, além do questionário, a “observação quantitativa” o método selecionado, pois

“consiste no registro sistemático, válido e confiável de comportamento e conduta manifestados [...] podendo servir para determinar a aceitação de um produto” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 357). Segundo os autores, é similar à análise de conteúdo como método para coletar dados, ou, uma forma de observação do conteúdo de comunicações que podem ser verbais e não verbais.

Utilizou-se, na oficina de capacitação, além do questionário e das observações e anotações simultâneas como estratégia para registros da investigação, as fotografias, estas com caráter ilustrativo e não como material de análise (Figuras, 14, 15 e 16). Segundo Cruz Neto (2001, p. 63) “esse registro visual amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado.

5.2.2 QUESTIONÁRIO VIRTUAL PARA OS BIBLIOTECÁRIOS UNIVERSITÁRIOS - CAMPO 2

A outra forma de coleta de dados foi através do questionário virtual ou *online*, escolhido devido ao grande número de profissionais (376) atuando nas três IFES selecionadas, com o objetivo de levantar dados sobre os bibliotecários que embasassem as postulações da pesquisa. Marconi e Lakatos (2010, p. 184), apresentam uma série de vantagens na escolha do questionário, “como economia de tempo, atinge maior número de pessoas, obtém respostas mais rápidas e precisas, maior liberdade nas respostas pelo anonimato, entre outras vantagens”. Contudo, existem também desvantagens, e uma delas pode ser a pequena porcentagem dos questionários que voltam (MARCONI; LAKATOS, 2010). No caso desta pesquisa, cerca de 100 profissionais responderam, dentro do universo da amostra de 376 profissionais.

O instrumento foi elaborado na ferramenta do Google Drive e primeiramente procedeu-se ao pré-teste, ou seja, foi “testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 186). Em 29 de julho de 2016 foi realizado um pré-teste através da aplicação do questionário com dez perguntas para quatro bibliotecários da UFF e uma bibliotecária da UFRJ, a fim de que estes profissionais observassem a adequação e o nível de entendimento das questões propostas. Como resultado do pré-teste, foi acrescentada uma pergunta a mais sobre a temática do trabalho de conclusão de curso, que não havia, ficando o questionário, então, com onze itens.

Foram encaminhados questionários para as 74 bibliotecas das três IFES, que possuem um total de 376 profissionais. O instrumento foi elaborado com 11 questões fechadas de múltipla escolha, umas dicotômicas, do tipo sim/não; algumas tricotômicas; outras com várias alternativas de respostas (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2006). O questionário encontra-se no (Apêndice B).

Para representação dos dados coletados no questionário *online*, foram utilizados gráficos, que para Marconi e Lakatos (2010) evidenciam os dados de forma clara, permitindo uma descrição imediata do fenômeno, o que facilita a compreensão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse é o núcleo central da pesquisa, onde o mais importante não são os dados, mas, as possibilidades de respostas trazidas por estes às indagações. É quando o pesquisador mostra os detalhes dos dados do trabalho estatístico, “procurando estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas, que serão comprovadas ou refutadas, mediante a análise” (MARCONI; LAKATOS 2010, p. 152).

6.1 OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS

O estudo exploratório deste campo empírico teve a finalidade de validar e estudar o fenômeno, reunindo um grupo dinâmico de bibliotecários (grupo relacionado com a área de pesquisa), em uma interação social com outras realidades humanas (*feedback* com outros bibliotecários e pessoas com deficiência) e tecnológicas (uso de recursos de acessibilidade para bibliotecas), dentro do seu ambiente natural (universidade, bibliotecários e pessoas com deficiência).

O objetivo da Oficina de Capacitação foi o de identificar, a partir da observação participante da pesquisadora, interesses e percepções quanto à vivência inclusiva, interação com os pares e os conhecimentos prévios e posteriores sobre tecnologias assistivas. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 177), a observação participante ou natural é a participação real do pesquisador no grupo da mesma comunidade que investiga, onde ele “se incorpora ao grupo, confunde-se com ele”.

Os dados computados no (Campo 1), o questionário e a observação participante, serviram de base para o confronto com o tema, o problema e a hipótese da pesquisa e as discussões teóricas dos autores selecionados. Como informado em 3.2.1, apesar de haver 10 questionários respondidos, somente as respostas dos três bibliotecários foram classificados e codificados, para análise, considerando o universo da pesquisa definido.

Na análise das perguntas dirigidas aos bibliotecários, apresentamos o perfil desses profissionais, identificados por B 1, B 2 e B 3, descrito no (Tabela 1):

Tabela 1- Oficina de Capacitação. Identificação dos bibliotecários universitários por idade, sexo, gênero, escolaridade e se possui alunos com deficiência.

Participante	Idade	Gênero	Escolaridade	Possui usuário/alunos com deficiência
B 1	35	F	Graduação em Biblioteconomia Mestre em Sistemas de Gestão	Sim
B2	30	F	Graduação e Biblioteconomia e Letras Especialista em Literatura Infanto-juvenil	Não
B	31	F	Graduação em Biblioteconomia Mestre em Ciência da Informação	Sim

Percebe-se que o perfil desses profissionais está dentro do ideal, no sentido de serem pessoas que se preocupam com a formação continuada, sendo (B1) Especialista e (B2 e B3)Mestres, ou seja, os três respondentes possuem uma maior qualificação, não permanecendo somente com a graduação em Biblioteconomia.

Corroborando com os resultados da pesquisa virtual que mostrou que 92% de respondentes foram do gênero feminino, as três participantes da oficina também foram do sexo feminino. Quanto à idade predominante, ficou entre 30 e 35 anos.

Na indagação sobre o bibliotecário ter usuário ou alunos com deficiência na biblioteca em que trabalhavam, dois afirmaram que sim, que possuem alunos com deficiência. Uma bibliotecária respondeu que não, não possui alunos ou usuários com deficiência. Confirmam-se que a presença de alunos com deficiência nas bibliotecas universitárias, estatisticamente, é uma realidade.

Outros aspectos foram levantados no (Campo 1), através das respostas dos bibliotecários ao questionário aberto, da observação participante da autora na oficina e, inclusive, antes mesmo da data da apresentação da oficina, computaram-se dados quanto à aceitação e adesão dos 129 bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFF, ao convite para participarem da oficina de capacitação, que aconteceu em um sábado, foi gratuita e emitiria certificado. O resultado está apresentado na (Tabela 2):

Tabela 2– Oficina de Capacitação. Categorização referente ao convite e respostas. Objetivo: observar o grau de aceitação do convite para participar da oficina.

Universo/População	Unidade de Análise/ Frequência
Bibliotecários da UFF 129	Interesse em participar 02

A pesquisadora tentou identificar o interesse dos 129 bibliotecários da Universidade Federal Fluminense em participar da Capacitação em Acessibilidade e Inclusão enviando o convite do evento, e da oficina, para todos os profissionais. Com as categorias “Bibliotecários da UFF” e “Inscritos”, foi possível inferir se o bibliotecário tinha interesse na educação continuada e na questão do aluno com deficiência que acessa a biblioteca universitária ou assunto ligado à acessibilidade e inclusão nestes espaços. Remete-se novamente a uma das questões da pesquisa “Os bibliotecários tem interesse em participar de uma oficina de capacitação na temática da inclusão?”.

Verificou-se que em um universo de cento e vinte e nove (129) bibliotecários que receberam convite para a Oficina de Capacitação, somente dois (2) se inscreveram para participar. *A priori*, isso demonstra desinteresse da classe. Contudo, na pesquisa de Curi (2015), no mesmo campo empírico, o sistema bibliotecário da UFF, no resultado da questão sobre a influência da educação continuada no desempenho profissional, os gestores responderam que a educação continuada é um acréscimo imprescindível ao seu desempenho. A maioria, que corresponde a 90,5%, foi unânime em considerar a educação continuada fundamental. A autora relata que,

pode-se considerar que os chefes das bibliotecas da SDC/UFF demonstram-se interessados pelo aperfeiçoamento profissional. O maior percentual, que significam 81% (17 respondentes), refere-se aos que se mostram interessados. Há também um percentual de 19% (4), que indica uma pequena quantidade de gestores que estão pouco interessados pelo aperfeiçoamento profissional (CURI, 2015, p. 11).

Os resultados de Curi (2015) não corroboram com os resultados da pesquisa aqui apresentada, pois, no mesmo universo ou campo de estudo, aqui os profissionais demonstraram não ter interesse em se capacitar. Pode-se inferir que seja o tema, pouco

atraente aos bibliotecários, pois, na mesma pesquisa Curi (2015, p. 113), apresenta um quadro com os assuntos que os bibliotecários da UFF gostariam de se atualizar. De 44 assuntos (43, dentro da essência da profissão, priorizando as técnicas), somente um bibliotecário escolheu o tema “acessibilidade”, com apenas uma ocorrência.

Stroparo (2014, p. 172) nos resultados de sua pesquisa, aponta a necessidade de capacitação dos bibliotecários para que os alunos com NEEs possam ter um atendimento especializado, mas relata que “nas palestras sobre acessibilidade promovidas pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o número de participantes foi pequeno”. A autora justifica essa ausência e o desinteresse pela ausência de demandas em suas bibliotecas. O estudo da autora em 10 bibliotecas do sistema da UFPR, demonstrou que somente uma biblioteca pode ser considerada adequada.

Com base nas questões levantadas, como por exemplo, “Qual o grau de interesse dos bibliotecários universitários em participar de capacitação em acessibilidade e inclusão?”, indaga-se, com o intuito de responder, com base no baixo interesse da classe na oficina: Os bibliotecários universitários têm noção do problema? Se sim, será que estes profissionais querem resolver o problema? Eles consideram a solução proposta adequada para resolver o problema? A razão de validar estes três aspectos é que todos precisam estar alinhados para a aceitação do produto. Como os bibliotecários querem resolver o problema? Com a capacitação, através de uma oficina? Ou, desejam realizar somente um curso à distância? Ou não querem nada disso?

As respostas quanto ao conhecimento prévio dos bibliotecários sobre o que vem a ser Tecnologia Assistiva, pode ser conferido na (Tabela 3), na categorização das respostas:

Tabela 3 – Oficina de Capacitação. Categorização referente ao conhecimento sobre Tecnologias Assistivas. Objetivo: Conhecimento prévio sobre o assunto.

Universo/ Bibliotecários	Unidades de Análise	Frequência
03	Auxílio na inclusão	2
	tecnologias	1
	técnicas	1
	aparatos	1
	acesso à cultura e educação	1

Percebe-se, o conhecimento superficial dos bibliotecários quanto ao que vem a ser TAs e seus usos. Salienta-se em todo o percurso desta pesquisa, que os profissionais que atuam em bibliotecas universitárias precisam conhecer todos os artefatos, equipamentos e *software* disponíveis para conseguir ajudar as pessoas que não tem como utilizar material impresso, ou o computador, oferecendo meios e materiais em diversos formatos, como o braille, *scanner*, impressora braille, sintetizadores de voz, audiolivros, lupas, materiais perceptíveis ao tato, periféricos acessíveis entre centenas de recursos disponíveis no mercado, grátis ou não.

Atique e Zaher (2006) apontam que a educação superior para ser realmente inclusiva, deve garantir a acessibilidade física com a aquisição de equipamentos específicos para ajudar os usuários a usufruir dos serviços dessas unidades acadêmicas. Além disso, os autores dizem que se deve viabilizar a “elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade; Formação para acessibilidade (cursos e seminários)” (ATIQUE E ZAHER, 2006, 1608).

Para isso, se faz necessário formar e capacitar a equipe de técnicos e professores, garantindo ao aluno o apoio previsto em leis. Esta categoria corrobora com o problema da pesquisa “Qual é o grau de conhecimento que o bibliotecário possui sobre as Tecnologias Assistivas, que promovem o acesso à informação?” A (tabela 4) demonstra os resultados desta indagação:

Tabela 4 – Oficina de Capacitação. Categorização sobre tipos de tecnologia assistiva conhecidos. Objetivo: Conhecimento prévio sobre o assunto.

Universo/ Bibliotecários	Unidades de Análise	Frequência
03	DOSVOX	2
	Lupa eletrônica	1
	nenhum	1
	quero iniciar meu contato	1
	audiodescrição	1
	audioguias	1

Percebe-se pelas respostas dadas o pouco ou nenhum conhecimento dos

bibliotecários sobre os artefatos ou equipamentos de TA, o que corrobora com a questão de pesquisa: “Eles estão preparados para atender alunos com necessidades educacionais especiais que acessam o ensino superior e buscam os serviços da biblioteca?”, uma vez que, conforme mostrado na (Tabela 4), não conhecem os equipamentos e programas disponíveis. Este é um dado preocupante, considerando que as TA são ferramentas de aprendizagem que contribui no avanço intelectual e profissional das pessoas com deficiência. Mazzoni et. al. (2001, *online*), explicam que “hoje se pode dizer que as limitações quanto ao acesso às informações e ao conhecimento estão inversamente associados à tecnologia que é colocada à sua disposição; quanto mais completa for essa tecnologia, menores serão as suas limitações”. Portanto, não saber como atender um aluno com deficiência com essas ajudas técnicas, pode significar exclusão desse aluno na universidade.

Stroparo (2014) em sua pesquisa fala do papel da biblioteca universitária inclusiva, no sentido de buscar, por meio de tecnologias, formas diferentes de compartilhar informações, possibilitando o acesso ao conhecimento por seus usuários, favorecendo com isso, a garantia do direito à educação. [...] “inclui-se também a necessidade de capacitação dos profissionais, para melhorar o desenvolvimento de produtos e serviços demandados pelos alunos com deficiência” (STROPARO, 2014, p. 70). A autora aponta o problema da falta de bibliografia básica adaptada e a demora no processo de adaptação dos livros, porque as bibliotecas não sabem como “transformar” o material escrito, em material acessível.

Na pesquisa de Curi (2015), em relação ao aperfeiçoamento profissional, dentre as áreas mencionadas pelos profissionais da UFF que precisam ser melhoradas, destaca-se como maior percentual o referente ao uso de tecnologias, significando que esta tem lugar fundamental nos meios informacionais, mas que precisam ser mais conhecidas.

Como citado no arcabouço conceitual da pesquisa, no capítulo dedicado às tecnologia assistivas, lembremo-nos de Gonçalves (2012), que diz “este fator [conhecer as tecnologias assistivas] tem contribuído para a melhoria da prática bibliotecária, dando a ele subsídios para sua atuação como um intermediário entre a informação e o usuário e por isso devem ser aproveitadas” (GONÇALVES, 2012, p. 7).

A (Tabela 5) mostra as respostas dos profissionais sobre a aprendizagem na Oficina, identificando o conhecimento posterior desses sobre o que foi apresentado, e o grau de

aceitação do produto proposto nessa dissertação:

Tabela 5– Oficina de Capacitação. Categorização sobre aprendizagem na Oficina. Objetivo: Conhecimento posterior sobre o assunto e grau de aceitação do produto proposto. Fonte: Dados da pesquisa.

Universo	Unidades de Análise	Frequência
03	Conheceu /ou aprendeu sobre Tecnologias assistivas Formação	2
	de conteúdos sobre inclusão	1
	Bibliotecário atuar na inclusão de PcD	1
	dificuldades das pessoas no dia-a-dia	1
	atento à limitações dos outros	1
	sensibilização quanto ao convívio mais inclusivo	1
	aprender passando por experiência andar e comer vendada	2
	escrever em “braile”	1
	o quanto ainda preciso aprender	1
	me preparar par o convívio com as pessoas	1
	não falta vontade de ajudar	1
	falta conhecimento para ajudar	1
	oficinas como importantes para divulgar esses ensinamentos	1
	despertar o interesse por acessibilidade	1
	iniciativas dentro da universidade	1

Transcreveram-se as respostas das bibliotecárias (B1, B2 e B3) à pergunta que pretendeu identificar o conhecimento posterior à oficina, e identificar, através da observação participante da conversa que se seguiu ao fim das atividades, a percepção dos profissionais quanto à metodologia, as dinâmicas, a interação entre os colegas e o convívio com as pessoas com deficiência que estavam colaborando no trabalho. Inclusive, atentou-se para o fato, com a observação, de estarem ou não “gostando”, “curtindo” ou “se interessando” pelas atividades propostas na Oficina de Capacitação, “produto” desta pesquisa.

No questionário aberto, sobre a aprendizagem posterior à Oficina, as três bibliotecárias responderam o seguinte,

Apreendi sobre tecnologias assistivas, sobre a importância da formação de conteúdos a respeito da inclusão e como a biblioteca pode atuar na inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, pude perceber algumas dificuldades pelas quais as pessoas com deficiência (principalmente visual) passam no dia a dia (B1, 2015, grifo nosso).

Apreendi principalmente que é muito importante estarmos atentos às limitações dos outros e nos sensibilizamos ao ponto de tentarmos tornar o convívio com as pessoas com necessidades especiais o mais inclusivo possível. Passando por experiências como andar e comer vendada, aprender a escrever em braile, entre outras, **percebi o quanto preciso aprender ainda para me preparar para o convívio com estas pessoas.** Uma das coisas que me chamou atenção na turma foi perceber que, em alguns casos, **não falta vontade de ajudar, falta é conhecimento para como ajudar.** **Oficinas como essas são importantes justamente para pouco a pouco divulgar esses ensinamentos e despertar nos participantes um interesse maior por questões de acessibilidade.** Parabéns aos envolvidos na organização! (B2, 2015, grifo nosso).

Conheci algumas tecnologias assistivas e iniciativas dentro da universidade. Além de **vivenciar algumas necessidades e dificuldades de pessoas com deficiência** (B3, 2015, grifo nosso).

Percebe-se nas falas das participantes o quanto estas “aceitaram” a oficina como um meio para melhorar seus conhecimentos, através da aprendizagem contínua, no mundo do trabalho: Aprendizagem sobre tecnologias e a importância da formação de conteúdos, como a biblioteca pode atuar na inclusão, a percepção das dificuldades do dia-a-dia das PcD, promover a inclusão, o quanto se precisa aprender para o convívio, vontade de ajudar, falta de conhecimento para como ajudar, oficinas como essas são importantes para divulgar, ensinar e despertar interesse em acessibilidade e vivenciar necessidade e dificuldades das PcD.

Desse modo, aos serem lidas as respostas ao fim da atividade, a pesquisadora e os demais membros que colaboraram na execução da Oficina ficaram extremamente satisfeitos com o resultado. Mesmo com um número muito pequeno de bibliotecários inscritos, o que também contribuiu para uma profunda reflexão, pôde-se observar o quanto isso mudou a visão dos profissionais, em relação à deficiência, e, de algum modo, nos mostrou também a aceitação do produto proposto nessa pesquisa.

Os participantes, todos, ficaram muito interessados nas tecnologias, nos artefatos e *software* para acesso ao computador e ao texto impresso, que foram apresentados. Contudo, o que envolveu sobremaneira o grupo foi a “vivência inclusiva” e, após, o

“lanche sensorial”, os profissionais puderam “experimental”, com os olhos vendados, usando bengalas e cadeiras de rodas, como é difícil fazer coisas mínimas, como andar reto ou tomar um simples copo de suco; ou mesmo, se deslocar usando cadeiras de rodas. Pessoas de outras oficinas que aconteciam no evento, também se juntaram ao grupo, atraídos pelo entusiasmo, medo, risos, dos participantes, que orientados pelos alunos com deficiência visual, tentavam desviar-se das paredes com colunas, ou becos. As atividades da Oficina de Capacitação foram fotografadas, e, mostram-se três momentos, nas (Figuras 16,17 e 18):



Figura 16: Oficina de Capacitação – Vivência inclusiva, explorando os espaços universitários de olhos vendados e bengala. Sob a orientação dos alunos com deficiência visual. Fonte: Arquivo pessoal.

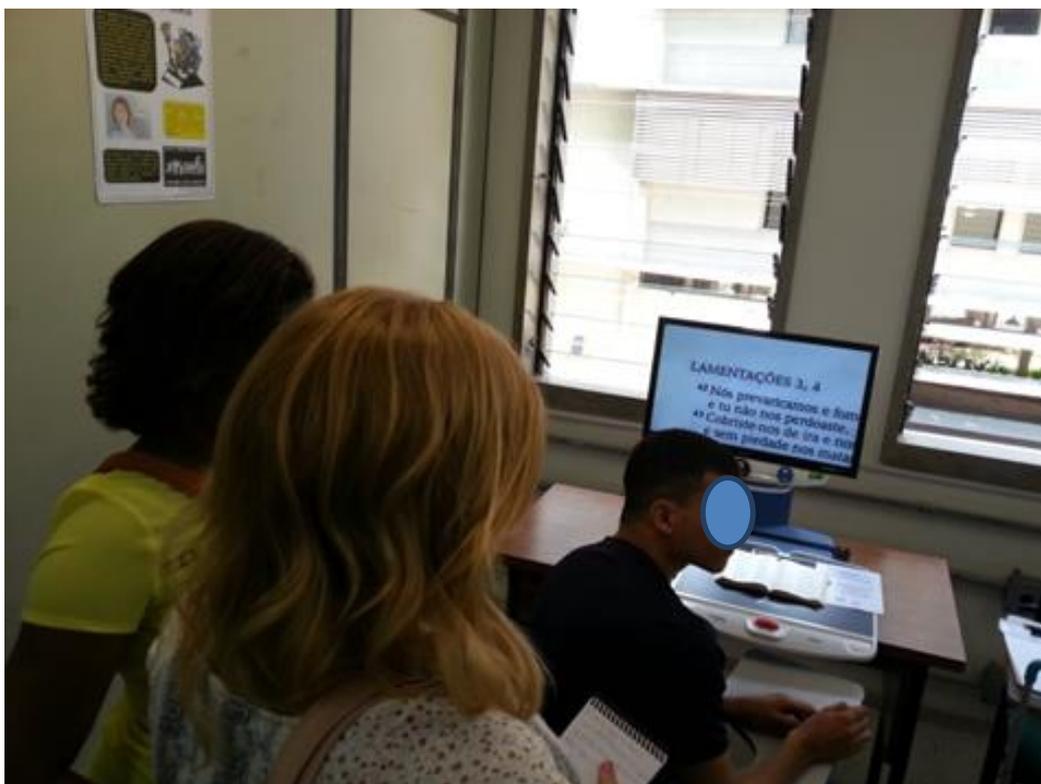


Figura 17: Oficina de Capacitação. Uso da Lupa eletrônica. Sob orientação do aluno com baixa visão. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 18: Oficina de Capacitação. Lanche sensorial. Olhos vendados, sob orientação do aluno com deficiência visual (cego). Fonte: Arquivo pessoal

O “lanche sensorial” foi inspirado em um Programa existente na Universidade Federal Fluminense, denominado “Café no Escuro”, idealizado por uma professora do Instituto de Física em parceria com a Divisão de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF, desde 2007.

O Programa, sendo uma “oficina itinerante”, promove políticas inclusivas na Universidade Federal Fluminense, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade. Além da oficina, cria material didático acessível, jogos lúdicos entre outros artefatos e equipamentos, para divulgar o conhecimento científico e promover a inclusão das PcD na sociedade. Diversas pessoas, de todas as idades, com ou sem deficiência vivenciam a experiência de serem cegos, surdos, obesos, cadeirantes, grávidas e idosas (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015, *online*).

O Programa publicou o livro e o audiolivro “As aventuras de Seba no Caminho da Acessibilidade”, que, “usando a fantasia e a realidade, pretende mostrar como a convivência com as diferenças é essencial, e que sensibilizar adultos e crianças são o rumo para o sucesso de um projeto efetivo de inclusão” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015, *online*).

Enfim, de acordo com os resultados apresentados e os relatos dos participantes, acredita-se que a experiência da apresentação da primeira oficina de capacitação para bibliotecários foi positiva, no sentido de verificar a aplicabilidade do produto proposto, observar todo o processo envolvido para posteriores correções e perceber a reação dos profissionais quanto ao desejo de participarem e aprenderem sobre a temática da inclusão e sobre o manuseio dos equipamentos de tecnologias assistivas, para incluir, de fato, toda a comunidade com deficiência nas bibliotecas universitárias.

6.2 QUESTIONÁRIO VIRTUAL APLICADO AOS BIBLIOTECÁRIOS DAS IFES

Os dados coletados com a pesquisa realizada, por meio de questionário virtual, com os bibliotecários da UFF, UNIRIO e UFRJ foram apresentados por meio de 11 gráficos, por proporcionarem uma melhor visualização dos resultados. Nas perguntas 1 a 4, 6, 8 e 10, responderam 100 bibliotecários. Nas de número 5, 7, 9 e 11, responderam 99 pessoas. Consideramos esse desvio como sendo problema da ferramenta de coleta de dados, o

formulário *online* do Google, uma vez que em todas as perguntas, as respostas eram obrigatórias. No pré-teste realizado, não apareceu esse desvio.

Os gráficos de 1 a 3 correspondem à identificação dos profissionais quanto à universidade em que atuam, idade e sexo. Os de número 4, 6 a 7 demonstram a formação universitária dos respondentes. O gráfico de número 8 demonstra os resultados da pergunta sobre a frequência do usuário com deficiência na biblioteca em que os bibliotecários trabalham. Finalmente, os de número 9 a 11, sobre a formação continuada dos participantes da pesquisa e o interesse em participar de uma Oficina Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários, como voluntários.

Durante o percurso dos estudos, descobriu-se o pouco interesse dessa classe profissional em se capacitar na temática da sociedade inclusiva, como demonstrado nos resultados da pergunta que indagava aos profissionais sobre o desejo de participar de uma capacitação: 76 respondentes tiveram interesse em participar, mas somente 11 enviaram a resposta por e-mail à autora.

São apresentados a seguir os 11 gráficos com os resultados da pesquisa virtual realizada nas três IFES do campo empírico, UFF, UFRJ e UNIRIO.

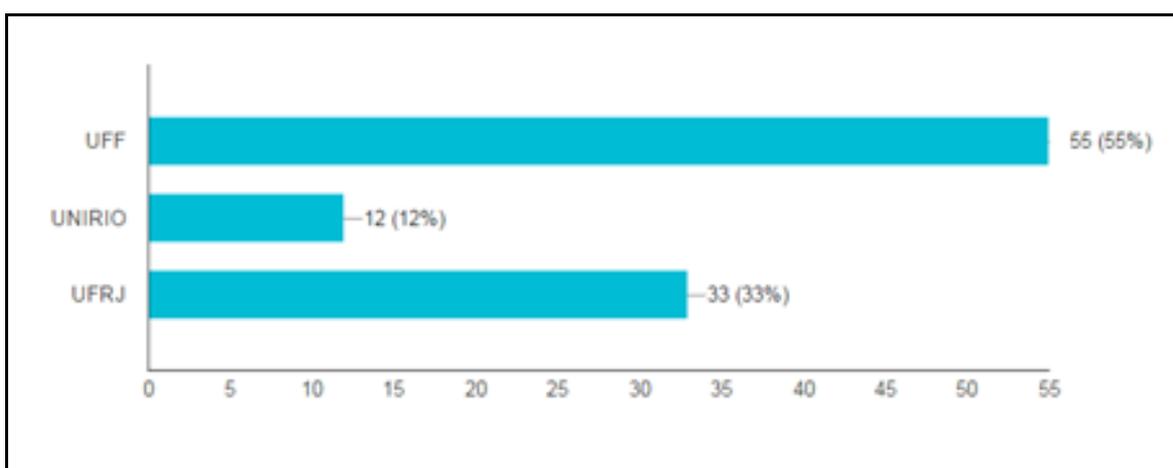


Gráfico 1 – Universidade onde atua como bibliotecário.

Das 100 respostas à pergunta de número um, há uma predominância da participação dos funcionários da UNIRIO que colaborou com (12%), de um total de 25 bibliotecários que trabalham nas cinco bibliotecas do Sistema. Isso corresponde a 48% de profissionais interessados em participar da pesquisa, número significativo talvez pelo fato

de ter a menor quantidade de respondentes e bibliotecas, o que facilitou no “convencimento”, por parte da autora, que telefonou para as pessoas solicitando a participação na pesquisa.

A UFF colaborou com (55%), de um total de 129 profissionais atuando nas 29 bibliotecas do Sistema. O que corresponde a um percentual de 44% de bibliotecários interessados em participar da pesquisa, fato justificado pelo conhecimento prévio dos respondentes sobre o trabalho desenvolvido pela pesquisadora na biblioteca, e esta solicitou aos colegas o envio das respostas, por e-mail, telefone e pessoalmente.

Das 100 respostas recebidas, o terceiro lugar vem para a UFRJ, que colaborou com (33%) das respostas, de um total de 222 bibliotecários atuando nas 40 bibliotecas do Sistema. O que corresponde a somente 14,8% do total de profissionais interessados em participar da pesquisa. A baixa estatística pode representar o desinteresse desses em participar da pesquisa ou, como a autora não telefonou diretamente para as quarenta bibliotecas solicitando a participação dos profissionais, houve baixa incidência de respostas. Por ser um campo muito amplo de bibliotecas e profissionais, decidiu-se enviar mensagem de e-mail à Direção Geral do Sistema de Bibliotecas (SIBI), solicitando apoio no sentido de sugerir aos seus funcionários a colaboração na pesquisa, respondendo ao questionário. Possivelmente, isso pode não ter acontecido.

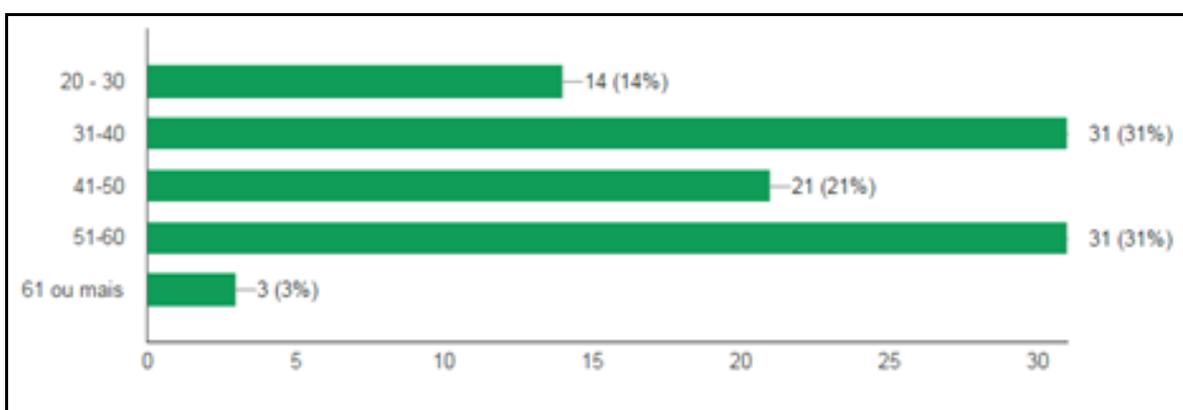


Gráfico 2 – Idade dos respondentes.

Responderam 100 profissionais, com idades variando entre 20 e 61 anos ou mais. Jovens bibliotecários somam somente (14%). Há um interessante empate na idade 31 a 40 anos e 51 e 60 anos, que juntos somam (62%). Dos bibliotecários respondentes, (21%) tem entre 31 e 40 anos. Somente três respondentes têm mais de 61 anos (Gráfico 2).

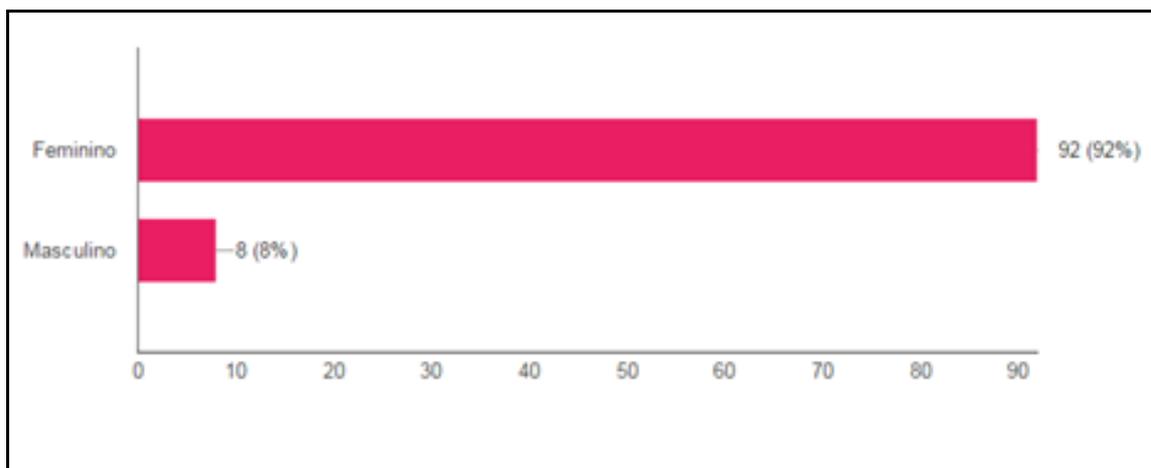


Gráfico 3 – Sexo dos respondentes.

Em um universo de 100 respostas, percebe-se a grande incidência do sexo feminino na área de biblioteconomia (92%), enquanto somente (8%) foi do sexo masculino. Os resultados aqui apresentados corroboram com a estatística de Cardoso (2016, *online*), ao se referir à forte presença do sexo feminino no curso: “éramos simplesmente 96% do total na virada para o século 21”. A autora comemora o fato declarando “o quanto nós, do sexo feminino, contribuimos diariamente para tornar as informações do planeta ordenadas, acessíveis e claras”.

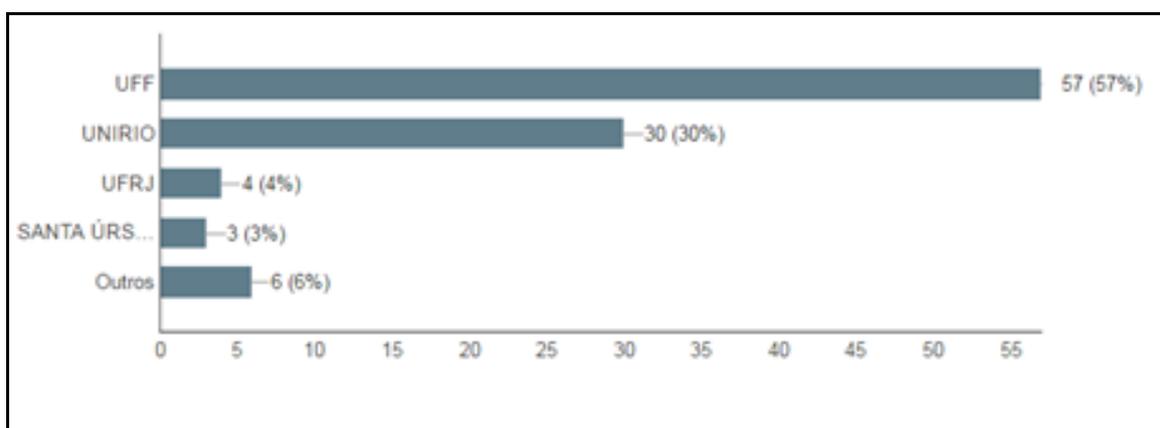


Gráfico 4 – Universidade onde cursou biblioteconomia.

Pelos resultados computados através do questionário *online* para a pergunta de número quatro (Gráfico 4), universidade que o bibliotecário concluiu o curso de Biblioteconomia, identificou-se que dos 100 respondentes, (57%) estudaram na UFF, universidade predominante. Em seguida vem a UNIRIO, com (30%), a UFRJ com (4%), a

Santa Úrsula (3%) e as demais instituições, fora do Rio de Janeiro, o total de (6%). Percebe-se que o universo escolhido como campo empírico para esta pesquisa, UFF, UFRJ e UNIRIO obteve os maiores resultados (Gráfico 4), ou seja, em 100 respostas, (91%) foram de bibliotecários formados nas três instituições.

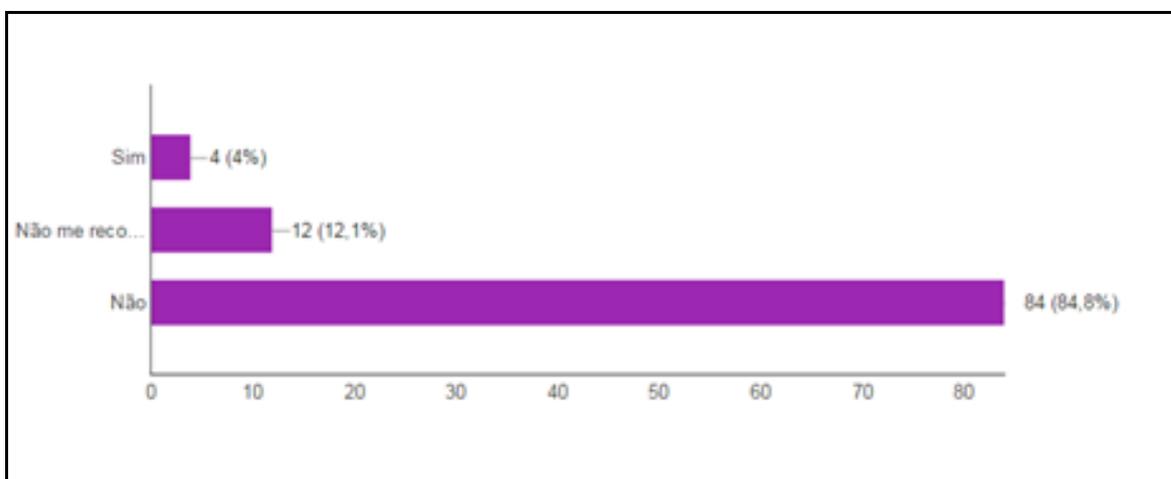


Gráfico 5 – Disciplinas no curso de biblioteconomia sobre inclusão e acessibilidade.

Essa pergunta refere-se à formação acadêmica na graduação e trouxe à luz dados importantes nas respostas, uma vez que a pesquisa levantou a questão de que os bibliotecários que atuam hoje em bibliotecas universitárias públicas federais brasileiras não tiveram formação na universidade (questão 5) e/ou fora dela (questão 9) sobre a temática da sociedade inclusiva. Observa-se que a idade dos respondentes variou entre 20 e 61 anos ou mais o que envolveu profissionais de várias gerações. Portanto, infere-se, por este dado, que esse grupo de profissionais vivenciou vários currículos dos cursos de Biblioteconomia, e, pelos resultados, na grade curricular desses profissionais não havia disciplina sobre a questão da inclusão dos indivíduos com deficiência.

Na questão de número cinco (Gráfico 5), 99 respondentes, (84,8%) afirmaram não terem tido disciplinas sobre acessibilidade e inclusão na grade curricular do seu curso de biblioteconomia. Portanto, conclui-se que em decorrência dessa lacuna, estes 99 bibliotecários universitários não estão aptos para atender de forma adequada, alunos com deficiência, conforme dito anteriormente, impedindo que estes acessem e usem de modo produtivo e construtivo, as bibliotecas de suas universidades.

Este resultado estatístico pode ser comparado com as questões de pesquisa

levantadas, percebendo-se uma convergência entre ambos:

- Como os bibliotecários estão sendo preparados para atenderem alunos com deficiência que acessam o ensino superior e buscam os serviços da biblioteca?

- Nos cursos de graduação em Biblioteconomia são oferecidas disciplinas obrigatórias sobre acessibilidade e inclusão?

O arcabouço teórico levantado é trazido, nessa etapa prática, por Paula e Carvalho (2009, p. 68) que afirmam que “As bibliotecas necessitam de profissionais qualificados e capacitados para responder à demanda de novas ofertas de serviços, no atendimento de seus usuários no acesso à informação”. Sobre a mesma problemática, Souza (2001) diz que a atuação dos bibliotecários na sociedade, vai depender de como estes foram preparados academicamente, compreenderam os fatos da realidade e de como,

foram orientados a ver quais os limites que devem ser superados a fim de que o alcance de seu trabalho seja cada vez mais inclusivo, isto é, que seja cada vez mais orientado para as novidades que deve implementar a fim de que as pessoas que compõem as camadas sociais menos protegidas legalmente e desprivilegiadas social e politicamente possam ser integradas e tornadas cidadãs (SOUZA, 2001, p.1).

Os estudos de Martins e Martins (2012) apresentados corroboraram também com este resultado, pois nele foi apontado que as instituições de ensino superior se deparam a cada ano com a entrada de mais alunos com deficiência e os bibliotecários precisam saber lidar com esta realidade, embora eles não possuam, na graduação, formação adequada.

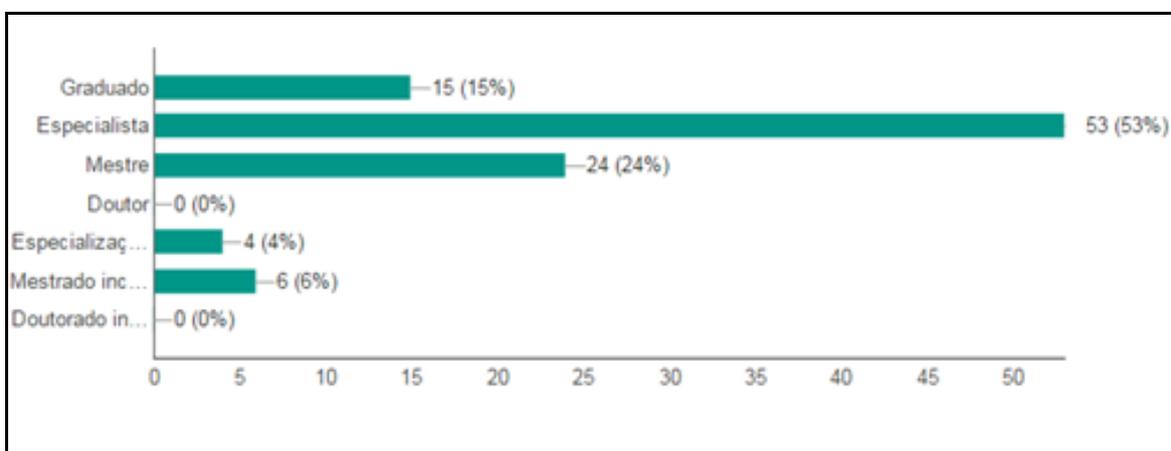


Gráfico 6 – Nível de formação acadêmica.

Essa questão diz respeito à formação acadêmica dos 100 bibliotecários da UFF, UFRJ

e UNIRIO, respondentes do questionário *online*. Para Curi (2015, p. 77), o “perfil do bibliotecário do século XXI deve se adequar às novas habilidades e competências buscando qualificação constantemente em relação ao tratamento, acesso e uso da informação”. Dos 100 respondentes, somente (15%) profissionais permaneceram somente com a graduação em biblioteconomia, sendo a maioria, (53%) respondeu ter formação máxima no curso de especialização, seguido do mestrado, este cursado por (24%) dos profissionais (Gráfico 6).

A pesquisa permitiu identificar e comprovar que os bibliotecários têm buscado formação contínua em cursos de especialização e mestrado não se contentando somente com a graduação, corroborando com Curi (2015, p. 72) nos apontamentos citados anteriormente, que, ao falar sobre a educação contínua dos bibliotecários, afirmou que, “com a tendência de o mercado de trabalho demandar profissionais mais sintonizados com as novas exigências de formação, cremos que este número tende a aumentar”.

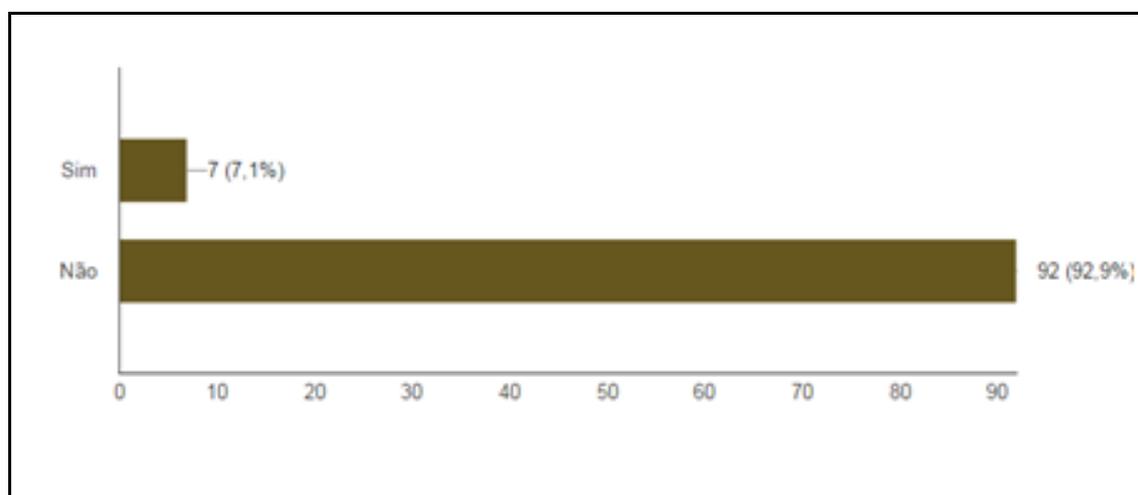


Gráfico 7 – Trabalho de conclusão de curso sobre a temática inclusão e acessibilidade.

Essa pergunta visa aferir se os trabalhos de conclusão de curso apresentados pelos bibliotecários nos seus cursos de graduação e pós-graduação trataram do tema da acessibilidade e da inclusão, em qualquer dos seus aspectos.

No gráfico anterior (Gráfico 6) a pesquisa permitiu identificar e comprovar que(87%)de bibliotecários, de um total de 100, têm buscado formação contínua em cursos de especialização e mestrado, não se contentando, portanto, somente com a graduação. Nessa estatística, foram considerados, também, os cursos em processo de

conclusão.

Contudo, o (Gráfico 7) comprova que, dos 99 respondentes desta pergunta, (92,9%) não buscaram uma qualificação sobre a temática da inclusão e acessibilidade, visando prepararem-se para a demanda de usuários com deficiência que acessam a universidade e que poderão ser usuários do sistema de bibliotecas, conforme Martins e Martins (2012).

Observa-se ainda no gráfico sete que, dos 99 bibliotecários que responderam à pesquisa, somente (7,1%) profissionais disseram que apresentaram trabalho de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação sobre a temática da acessibilidade e da inclusão.

Esse dado confirma um levantamento feito pela autora nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da UFF da graduação em biblioteconomia e da Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI). O levantamento trouxe os seguintes resultados, que foram levantados com o objetivo de fazer um comparativo com os resultados do (gráfico 7): no Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFF – Entre 2010 e 2015 (seis anos) foram defendidos 189 trabalhos, 08 na temática da inclusão (4.2%). Os títulos dos trabalhos de graduação são os seguintes:

- A inclusão social dos **deficientes visuais** na biblioteca (2014).
- Biblioterapia aplicada a doentes (sic!) mentais (2012).
- Acessibilidade de **deficientes visuais** em bibliotecas: apontamentos nas revistas especializadas brasileiras (2012).
- Derrubando as barreiras que impedem o acesso às bibliotecas públicas: um olhar sobre a acessibilidade no espaço físico (2012).
- Produção editorial em Braille no Brasil: o acesso à informação impressa pelas pessoas com **deficiência visual** (2011).
- Biblioteca pública acessível: proposta de adequação no atendimento ao usuário com **deficiência visual** (2010).
- Estudo da Acessibilidade na web: acesso às informações no âmbito das bibliotecas universitárias aos **deficientes visuais e cegos** (2010).
- Modernização da infraestrutura da biblioteca Afrânio Antônio da Costa, visando a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais (2010) (Dados levantados na Secretaria do Curso, IACS/UFF- 2016).

No Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF) – Entre 2011 e 2015 (cinco anos), foram defendidas 75 dissertações, 02 na temática da inclusão (2,6%). Os títulos são apresentados abaixo:

- Produção científica sobre **surdos** na Ciência da Informação:

uma análise bibliométrica nas bases de dados LISA e BRAPCI (2014).

- Direito à informação do **surdo**: usabilidade e acessibilidade nos espaços virtuais de bibliotecas universitárias federais brasileiras (PPGCI, 2013).

Percebe-se a baixa incidência de trabalhos na temática da Acessibilidade e inclusão em bibliotecas, tanto na graduação quanto na pós, dos cursos da UFF. Dos oito trabalhos defendidos na graduação, cinco de destinam somente aos usuários com deficiência visual e nenhum para as pessoas surdas. Esta é uma tendência observada em dezenas de outros trabalhos de diversas universidades, quando os alunos sempre pesquisam sobre as dificuldades existentes nas bibliotecas, que afetam mais as pessoas com deficiência visual.

Por outro lado, no curso de mestrado da UFF, os dois trabalhos foram somente sobre deficiência auditiva.

O moderno profissional bibliotecário deve investir no seu desenvolvimento, estudando por conta própria ou buscando novas capacitações, através da educação continuada, presencial ou à distância, na instituição onde trabalha ou fora dela, mas precisam incluir também nos seus estudos, temas sobre as boas práticas de inclusão dos usuários com deficiência.

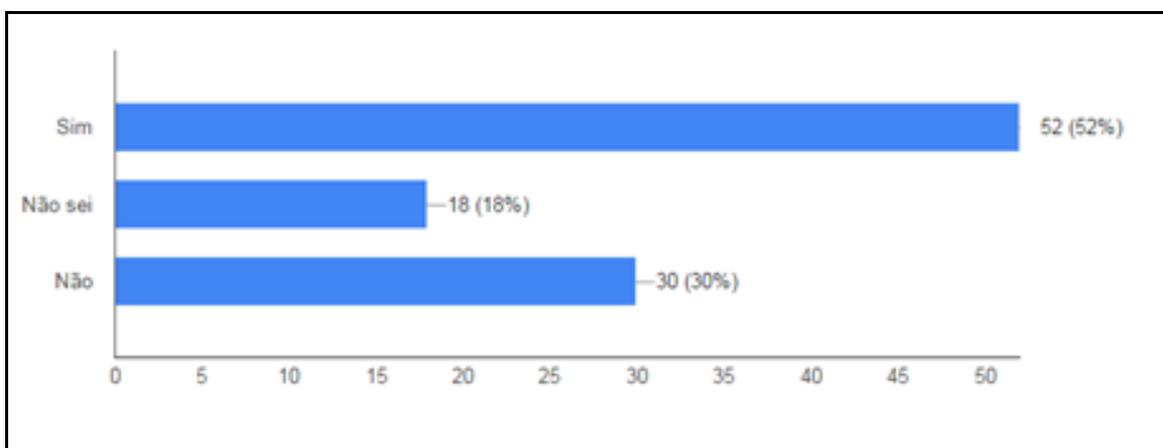


Gráfico 8 – Existência de usuários com deficiência na biblioteca.

O resultado quantitativo da pergunta de número oito confirma os dados estatísticos apresentados no arcabouço conceitual da pesquisa quanto ao aumento da entrada de

alunos com deficiência no ensino superior e a procura pela biblioteca universitária: dos cem respondentes, cinquenta e dois (52%) bibliotecários confirmaram esses dados, ao afirmarem que existem usuários com deficiência que procuram os serviços e produtos da biblioteca (Gráfico 8).

Um dado alarmante pode ser o resultado da opção “não sei”, onde 18 (18%) dos profissionais responderam que não sabem se há usuários com deficiência em sua biblioteca, razão que talvez possa ser explicada no sentido de haver situações específicas de cada biblioteca, por exemplo, de acordo com o seu porte, nem todos os bibliotecários atendem diretamente o usuário, portanto, não percebem sua presença. Considera-se inclusive, que muitas “deficiências” não são percebidas, como os usuários surdos ou com deficiência intelectual.

De acordo com Costa (2015, p. 44), “a presença de alunos com deficiência no ambiente acadêmico é um desafio a ser enfrentado pelas instituições de ensino superior (IES), e um desafio também para os bibliotecários que realizam a gestão desses espaços”.

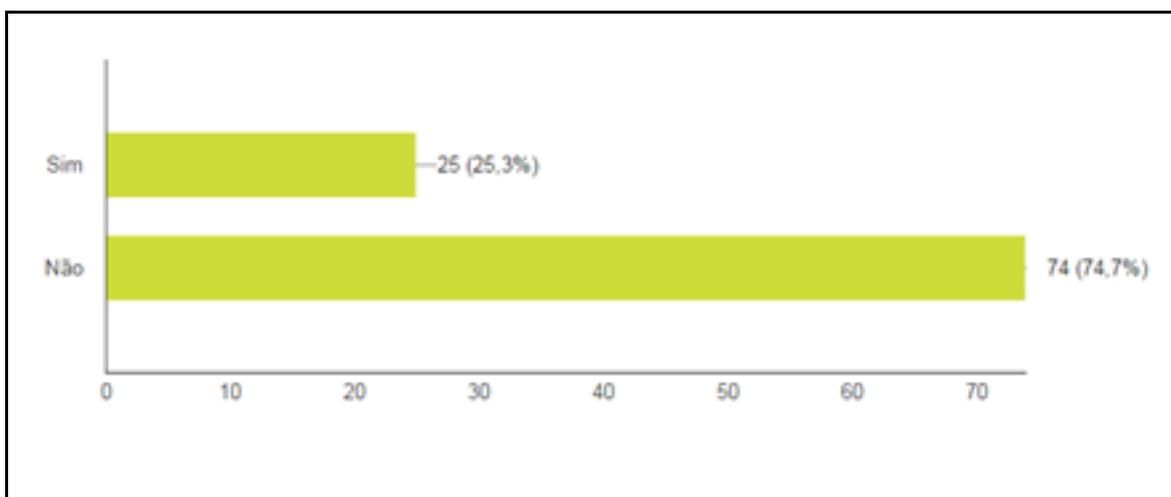


Gráfico 9 – Participação em curso de capacitação na temática.

Quando perguntados se já haviam participado de curso de capacitação em acessibilidade e inclusão, dos 99 profissionais que responderam (25%) afirmaram que sim, ou seja, participaram de capacitação na temática, o que demonstra interesse real na continuidade dos estudos, visando o atendimento ao usuário com deficiência. Contudo, (74,7%) de bibliotecários disseram que não, ou seja, nunca participaram de cursos de aprimoramento para o atendimento do usuário com deficiência.

Esse resultado corrobora com a questão levantada pela pesquisa: “Quais as atividades relacionadas ao processo de formação continuada desses profissionais quanto ao conhecimento sobre a sociedade inclusiva?”. Percebe-se que as estatísticas resultantes desta indagação trás suporte para o objetivo que se pretende alcançar, no sentido de sensibilizar os profissionais bibliotecários a procurem esta formação, diante das mudanças sociais e educacionais que implica e implicará, cada vez mais, em mudanças no fazer desses.

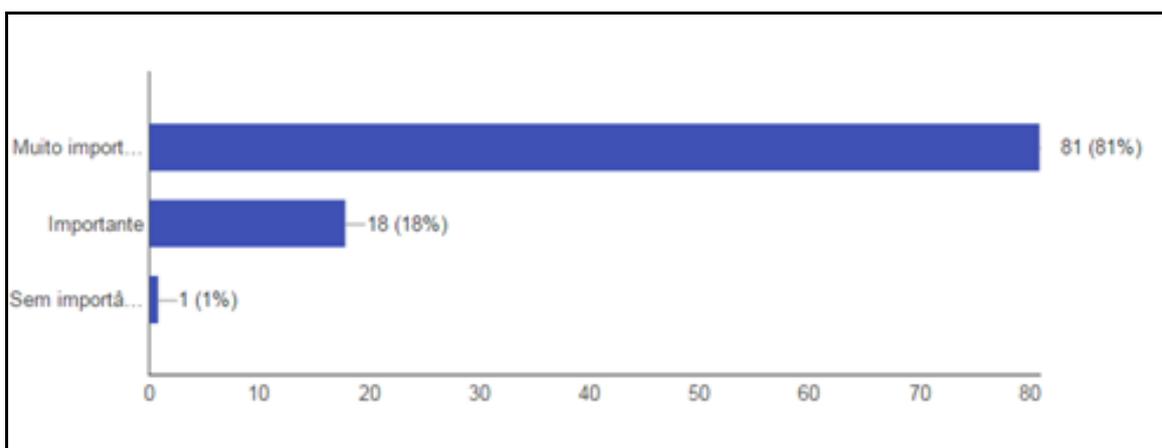


Gráfico 10 – Importância da educação continuada para capacitação na temática da inclusão e acessibilidade.

Na pergunta de número dez (Gráfico 10), solicitou-se aos bibliotecários que assinalassem o grau de importância da educação continuada visando à capacitação dos profissionais na temática da acessibilidade. Os níveis de importância foram: muito importante, importante ou sem importância. Identificou-se que, de 100 respostas, (81%) responderam positivamente à indagação, ou seja, consideraram muito importante a capacitação do bibliotecário na temática. Dezoito pessoas (18%) consideraram importante e um (1%) disse que o assunto é sem importância.

Considerando, como dito por Curi (2015), que somente a formação acadêmica não garante uma perfeita atuação do bibliotecário no mundo do trabalho, pois novas atividades são demandadas diariamente aos profissionais, o que exige deles novas competências. De acordo com a autora, isso só se consegue através da educação continuada, seja por capacitação formal, com cursos de especialização, mestrado ou doutorado; ou, o próprio bibliotecário pode conduzir seu desenvolvimento profissional

por via informal, como participação de grupos de discussão com professores de educação especial, leituras de artigos através do Portal da Capes, Teses, livros, entre outros, sobre a temática da educação especial e inclusão, além de cursos de aperfeiçoamento profissional, presencial e a distância.

Curi (2015) em sua pesquisa sobre a importância da formação continuada do profissional da UFF relatou que 81,1% dos respondentes disseram ser a educação continuada fundamental no desempenho da atividade profissional. Segundo a autora, estes concordaram com a importância da educação continuada, pelo ponto de vista pessoal e institucional, pois esta “imprime ao bibliotecário, qualificação e valorização profissional” (CURI, 2015, p. 123).

Em relação às respostas da pergunta de número 10, houve um “empate” nos resultados desta pesquisa e a realizada por Curi (2015) com os bibliotecários (81%), principalmente no que tange à capacitação para atendimento dos usuários, pois Curi (2015, p. 105, grifo nosso) afirma em seu trabalho: “é óbvio que quem se encontra mais bem preparado para atuar no mercado da informação **terá condições de desenvolver produtos e serviços de informação cada vez mais adequados aos seus usuários**”.

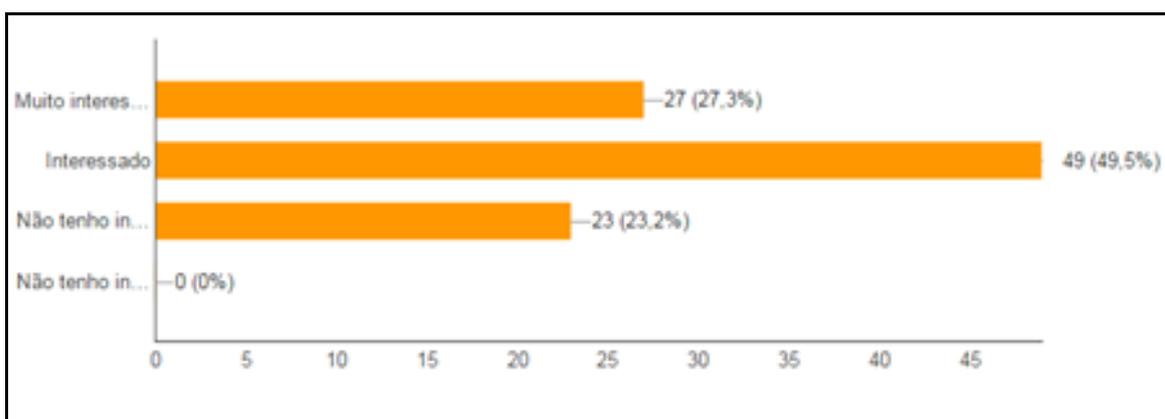


Gráfico 11 – Interesse em participar de uma oficina de capacitação em acessibilidade e inclusão.

Essa pergunta pretendeu identificar o grau de interesse dos bibliotecários em participar como voluntários de uma Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense, através da Escola de Inclusão, da Faculdade de Educação e do Centro Integrado de Tecnologia e Inovação (CITI), da Escola de Engenharia.

As opções foram “muito interessado”, “interessado”, “não tenho interesse, no

momento” e “não tenho interesse”. Responderam ao todo 99 profissionais. Os que têm muito interesse somam (27,3%); interessados foram (49,5%); os que têm interesse em participar, mas não no momento (23,2%), e finalmente, dos 99 respondentes, nenhum disse não ter interesse, o que demonstra ser o assunto importante para todos, de alguma forma.

A pesquisadora decidiu disponibilizar o seu correio eletrônico nessa pergunta para que os participantes da pesquisa pudessem fazer a inscrição na oficina. Surpreendentemente, somente onze bibliotecários (14,4%) gostariam de participar, da UFF e um da UFRJ. Desse fato se pode depreender o seguinte: na pergunta número dez sobre a – **“Importância da educação continuada para capacitação na temática da inclusão e acessibilidade”**, 99% dos bibliotecários disseram ser “muito importante” e “importante”.

Contudo, na pergunta de número onze, **“Interesse em participar de uma capacitação”**, responderam noventa e nove profissionais e desses, setenta e seis bibliotecários (76,7%) disseram estar “muito interessados” ou “interessados” em participar (Gráfico 11). Depreende-se desse fato que os profissionais acham muito importante a formação continuada em acessibilidade e inclusão, demonstrando interesse em participar, porém, maioria não se inscreveu para participar da capacitação oferecida.

Analisando as duas perguntas e na tentativa de relacionar os seus resultados, buscou-se uma explicação para as respostas não consistentes dos profissionais, que acharam muito importante a formação continuada, gostariam de participar de uma capacitação, contudo, poucos se inscreveram na oficina. Talvez possamos achar uma resposta para este fenômeno, observando novamente os apontamentos da pesquisa de Curi (2015), com os bibliotecários da UFF.

Curi (2015), indagando aos bibliotecários da UFF sobre a formação de graduação em biblioteconomia ser suficiente, obteve como resposta: 53,2% dos bibliotecários da UFF não consideraram sua formação de graduação suficiente para o trabalho que desenvolvem na biblioteca; 44% consideraram sua formação suficiente. A pesquisa aponta uma pequena diferença nos resultados, demonstrando que muitos profissionais estão satisfeitos somente com a graduação, contudo a autora questiona se não seria por outros fatores essa falta de vontade de continuar os estudos: “os bibliotecários se sentem desmotivados em se atualizar por uma série de fatores, que vão desde a falta de tempo,

dificuldades de conciliar o aperfeiçoamento e o trabalho, por se sentirem mal aproveitados na Instituição, desgaste físico, emocional, financeiro etc” (CURI, 2015, p. 105).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 CONCLUSÕES

Essa pesquisa, sendo exploratória, buscou informações envolvendo o levantamento da literatura e uma extensa revisão bibliográfica nacional e internacional, documental e de campo para a sua fundamentação sobre inclusão na universidade pública federal brasileira, legislações sobre a temática, tecnologias da informação, presença de alunos com deficiência, usuários com deficiência, produção editorial acessível, boas práticas em acessibilidade e inclusão e a atuação dos bibliotecários frente a demanda dessa comunidade de usuários, realizando, portanto, o primeiro objetivo específico proposto. Os estudos dos autores selecionados trouxeram à luz a necessidade real da capacitação dos bibliotecários sobre a sociedade inclusiva e, por esse motivo, concluiu-se que a proposta da Oficina de Capacitação em acessibilidade e inclusão apresentada poderá preencher a lacuna da falta de disciplina obrigatória na temática, deixada pelos cursos de graduação em Biblioteconomia.

Pesquisou-se o “estado da arte” sobre as políticas de inclusão nas universidades públicas federais, incluindo as leis regem e garantem os direitos das pessoas com deficiência, principalmente, na temática do direito à educação, à informação e ao conhecimento, em uma tentativa de abordar perspectivas sobre os estudos existentes na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A pesquisa dialogou com a tecnologia da informação, e, principalmente, com a Educação, reconhecendo que o tema “educação especial” em suas nuances e convergências com a biblioteconomia, deveriam constar nos currículos dos cursos desta área. Além disso, trouxe a público contribuições das instituições que praticam ações em prol da pessoa com deficiência no Brasil e no mundo, consideradas nessa pesquisa exemplos a serem seguidos pelos bibliotecários universitários brasileiros e pelos gestores das IFES.

Quanto ao segundo objetivo sobre o levantamento das “ferramentas de tecnologias assistivas disponíveis no mercado, assim como os *software*, e demonstrar exemplos específicos de uso, através de atividades práticas em oficina de acessibilidade” pode-se concluir que este objetivo foi alcançado. Para isso, procedera-se a um levantamento exaustivo do arsenal de recursos e serviços existentes que ampliam habilidades funcionais

das pessoas com deficiência e que promovem vida independente e inclusão, nos *sites* do Governo e Instituições Públicas de Ensino, catálogos de produtos e nos trabalhos dos autores que pesquisam nestes campos. Estes artefatos foram mostrados no (Apêndice C), “Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários”, produto desta dissertação.

Como dito, partiu-se de algumas suposições de que existe uma “lacuna” de conhecimento sobre a temática da inclusão e acessibilidade na formação dos bibliotecários universitários, o que contribui para a inexistência de bibliotecas preparadas para atender ao usuário com deficiência, promovendo, desse modo, a exclusão na universidade. Questionou-se como os bibliotecários estão preparados para atenderem alunos com deficiência que acessam o ensino superior e buscam os serviços da biblioteca, se nos cursos de graduação em Biblioteconomia são oferecidas disciplinas obrigatórias sobre acessibilidade e inclusão, o grau de conhecimento que o bibliotecário possui sobre as novas tecnologias que promovem o acesso à informação, as atividades relacionadas ao processo de formação continuada desses profissionais quanto ao conhecimento sobre a sociedade inclusiva, o grau de interesse dos bibliotecários universitários em participar de capacitação em acessibilidade e inclusão a fim de ampliar habilidades e competências e se os profissionais bibliotecários estão preocupados com a questão do acesso à informação pelos cidadãos com deficiência.

Neste sentido, a observação participante no campo de estudo e na pesquisa empírica virtual nos proporcionaram meios para identificar muitas respostas a estes questionamento levantados sobre a falta de formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva, a partir das respostas desses profissionais, conforme demonstrado no capítulo seis desse estudo. Assim sendo, realizou-se o terceiro objetivo proposto “Analisar como se configura a relação entre a entrada de alunos com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior e a atuação dos bibliotecários universitários, buscando identificar o conhecimento desses sobre a temática da inclusão e acessibilidade através de questionários e vivências”.

O bibliotecário, ao aprimorar o seu conhecimento sobre a sociedade inclusiva e sobre as tecnologias da informação existentes que visam facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços e produtos da biblioteca, estará influenciado e contribuindo para as mudanças sociais, acadêmicas e culturais do país, e, com isso oferecendo

oportunidade aos indivíduos que procuram desenvolver suas competências nestes espaços, que se esperam, para todos e de forma igualitária.

Vale ressaltar, que as Diretrizes preconizadas nos documentos nacionais e internacionais estudados, inclusive nos Manifestos de várias Instituições que atuam no campo biblioteconômico, citam as Bibliotecas Públicas como responsáveis pelo acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação, por todos os cidadãos; e, considerando a biblioteca universitária aqui estudada, esta pode ser entendida como uma das responsáveis pela formação educacional dos alunos, ao promoverem treinamentos para capacitá-los para a pesquisa científica, habilitando-os para o uso das modernas ferramentas tecnológicas criadas para este fim: são programas leitores de tela, scanners ópticos, ferramentas do *word* para a acessibilidade textual, livros digitais, falados e sonoros, entre centenas de outras ferramentas. Além disso, treinar os usuários para pesquisar nas bases de dados bibliográficas, nas bibliotecas digitais de livros, teses, dissertações, patentes em Bases como a da CAPES, do IBICT e de dezenas de diretórios; nas plataformas de gerenciamento de pesquisas, como o *DSpace*, *EndNoteWeb* e outros, que colaboram no “fichamento virtual” das referências recuperadas.

Na verdade, isso não é algo simples, pois os alunos ou usuários com deficiência necessitam destes aparatos, tecnologias e programas específicos para o acesso ao texto físico e à Internet, conforme mostrado nos capítulos “Tecnologias Assistivas” e “Produção Editorial Acessível”, e como dito, os bibliotecários consultados nas pesquisas, em sua maioria, desconhecem estes artefatos modernos, e, portanto, como treinar alunos, se eles próprios não foram treinados para isso?

As universidades, sendo o centro de referência para formar cidadãos qualificados que contribuirão para o desenvolvimento social e cultural do país, devem estar preparadas para receber alunos com deficiência que, com muito esforço, conseguem acessar o patamar superior do ensino. Contudo, preparar-se não significa “adaptar-se”, baseado “nas letras da lei” somente, mas prepararem-se como uma atitude democrática e humana, e, principalmente, ter um compromisso moral com a educação, como um todo, mas, no sentido dos alunos com deficiência, agir em prol do verdadeiro sentido da inclusão desses nos ambientes universitários, nas salas de aula e, principalmente, nas aulas, cujos conteúdos devem ser acessíveis a todos, o que, realmente, não acontece nas

universidades.

Entretanto, para que isso aconteça, as universidades precisam, urgentemente, capacitar professores e demais servidores para o enfrentamento da nova realidade da entrada de alunos com deficiência nos cursos, e sair da sua zona de conforto, pois, infelizmente, na atualidade, ainda é o aluno quem tenta se adaptar, se incluir ou se “integrar”, se virando como pode, e não o contrário. Muitas vezes o aluno desiste de estudar. Por isso, as universidades públicas federais brasileiras precisam rever políticas e ações voltadas para a acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência que estão presentes em seus cursos de graduação e pós-graduação. Inserir o tema em qualquer discussão que envolva Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico dos cursos, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos e Programas da universidade, inclusive, colocar em pauta nas reuniões de coordenadores, e estes, junto aos professores, informações sobre a entrada de alunos com deficiência na universidade, que acontece em todos os semestres, bem como a necessidade de cada um desses alunos, individualmente.

Discutir questões sobre a acessibilidade nos Laboratórios, bibliotecas, restaurantes, banheiros, quiosques, estacionamento, livrarias, espaços culturais e demais espaços existentes nas instituições públicas federais de ensino superior que precisam, urgentemente, acabar com as barreiras que impedem a livre circulação dos alunos com deficiência, que querem, simplesmente, viver normalmente como qualquer pessoa em seu cotidiano, tendo respeitados o seu direito de ir e vir para poder se apropriar dos benefícios existentes na universidade pública que o acolheu, do seu modo diferenciado, mas com igualdade em relação aos demais alunos.

Com fulcro nas bibliotecas universitárias e seus bibliotecários, temas principais desta pesquisa, conclama-se que os gestores desses sistemas, assim como os coordenadores citados, convoquem seus funcionários para falar de acessibilidade e inclusão dos alunos com deficiência e dar informações sobre a entrada desses na universidade, as possibilidades existentes para o acesso às informações e o conhecimento ali armazenados, estando estes em qualquer suporte físico ou virtual. Enfatizar junto aos servidores que, como qualquer outro aluno que pertença à universidade na qual a biblioteca esteja inserida, o aluno com deficiência tem todos os direitos garantidos, tanto pelas Leis, quanto pelo compromisso social e moral embutido na profissão de

bibliotecário e professor, ou de qualquer servidor público.

Nessa direção, o bibliotecário é um profissional que tem absoluta consciência do caráter humanista e democrático da profissão, e, por ter escolhido esta missão, a maioria age com boa vontade e prontidão no atendimento a todos os usuários, o que, no geral, contribui para a inexistência da barreira atitudinal, a pior das barreiras enfrentadas pelas PcD. Contudo, boa vontade somente não basta no atendimento dispensado pelos funcionários aos alunos com deficiência, sendo necessário, com vistas a aperfeiçoar esta interação, a capacitação dos profissionais, no sentido de habilitá-los para o atendimento especializado, usando ferramentas especialmente desenvolvidas para facilitar a vida e os estudos desses cidadãos.

Quanto à necessidade de capacitação, vários estudos corroboraram com os dados da presente pesquisa, pois os autores citaram como sendo também barreiras, a falta de capacitação dos profissionais para atender as demandas por informação e novas ofertas de serviços, tanto por não terem estudado o assunto nos cursos de graduação em Biblioteconomia, quanto por não investirem em formação continuada nas temáticas da sociedade inclusiva; como dito anteriormente, motivos que podem envolver custos financeiros, desmotivação, desinteresse no tema ou pelo não oferecimento de cursos na temática, pelos próprios dirigentes dos sistemas de bibliotecas universitárias, como confirmado em pesquisas da área, o que, em nossa visão, é uma grande falha.

Quanto à ausência dos bibliotecários na Oficina de Capacitação realizada durante o II Encontro em Diversidade e Inclusão promovido pelo CMPDI, conclui-se que diversas razões podem estar por trás desse “desinteresse” da classe, conforme citado nos resultados da pesquisa de campo, e, sobre esta problemática, alguns autores chegaram a citar como uma das causas desta ausência dos profissionais nos eventos e palestras sobre a temática, a falta de demanda dos usuários com deficiência nas BUs onde atuam. Todavia, dentro do entendimento da pesquisa aqui apresentada, essa ausência de demanda pode ser justificada pela falta de acessibilidade das bibliotecas em questão e, também, do seu entorno, configurando barreiras arquitetônicas existentes. Portanto, de acordo com os resultados de diversos estudos sobre acessibilidade na universidade, concluíram-se, nessa pesquisa, que o que realmente impede a ida de muitos alunos com deficiência às bibliotecas, são as várias barreiras encontradas por estes, muitas vezes, intransponíveis. Quando não se resolve o problema de acesso, mais uma vez, promove-se

a exclusão na universidade.

Aproveita-se o momento para relatar um bom resultado que não foi citado até aqui, mas que vem acontecendo no ambiente de trabalho da pesquisadora, a Universidade Federal Fluminense. Como mostrado nos resultados da pesquisa no (Campo 1), sobre a pouca presença dos profissionais da UFF na Oficina de Capacitação em Acessibilidade para Bibliotecários em novembro de 2015, onde somente dois compareceram (de 129 profissionais que receberam o convite), e somente 10 (de 55 profissionais da UFF que responderam a pesquisa virtual), hoje, percebem-se mudanças no ambiente das bibliotecas.

No período de dois anos, após algumas incursões da autora nos eventos, encontros, reuniões e palestras divulgando a pesquisa e equipando a biblioteca que chefia com tecnologias assistivas, alguns profissionais (da UFF e da UFRJ) têm demonstrado interesse na temática da inclusão: procuraram-nos para saber como participar da seleção 2015 e 2016 no Programa de Mestrado em Diversidade e Inclusão (CMPDI), do Instituto de Biologia da UFF. Duas bibliotecárias foram aprovadas para a turma 2016/2. Portanto, depreende-se que novos horizontes apontam para a existência de bibliotecas universitárias inclusivas.

Neste contexto, pode-se citar também que um profissional do sistema de bibliotecas da UFF, ao concluir o curso de especialização em 2015 “Gestão em Administração Pública”, apresentou um artigo na temática, intitulado “Acessibilidade física nas bibliotecas da UFF: mapeamento das condições reais das unidades da Superintendência de Documentação (SDC)”. Isso é uma evolução! Significando a sensibilização da classe na questão da deficiência nas bibliotecas universitárias.

A pesquisa, ao sugerir um maior estreitamento dos bibliotecários com professores de educação especial e, também, com os órgãos universitários responsáveis pela entrada e gestão dos alunos de graduação e pós-graduação, conclui que é preciso mais que conhecer o assunto e as necessidades dos alunos com deficiência, através de estudos ou por outras pessoas para equipar as bibliotecas, é preciso, antes de tudo, envolver os usuários ou alunos com deficiência, ouvi-los, atraí-los até a biblioteca, convidá-los para fazerem parte das comissões de bibliotecas, para que possam participar das decisões pertinentes aos seus interesses e possibilidades.

Bibliotecários, todos, na universidade ou fora dela, devem saber que é muito

importante o envolvimento ativo de pessoas com de deficiência nas ações de inclusão, para assegurar que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração; há uma frase sempre citada nos meios inclusivos, pelas PcD, ao se referirem às suas necessidades e direitos de cidadania, que deve ser lembrada por todas as pessoas que podem mudar o estabelecido no ambiente universitário: “Nada sobre nós, sem nós”. Ou, nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência.

A presente pesquisa deixa a sua contribuição como auxílio para que os profissionais reflitam sobre as questões das pessoas com deficiência e sua presença na universidade e nas bibliotecas universitárias, sem, contudo, apresentar perguntas e respostas definitivas e completas para os problemas levantados. Dentro desta perspectiva, pretendeu abrir caminhos para novas pesquisas contribuindo para a ampliação do conhecimento científico sobre o tema, que poderá ser investigados por outros profissionais da informação.

7.2 PERSPECTIVAS

A Internet pode ser considerada a mola propulsora que permitiu criar a “sociedade da informação”, a partir da associação entre os computadores e as Telecomunicações; áreas como as de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação, Informática, Administração, entre outras passaram e ainda estão passando por uma verdadeira revolução, em todos os sentidos.

Essa nova sociedade nos últimos vinte e poucos anos vêm mudando seus padrões de comunicação, produção do conhecimento, arquivamento e acesso à informação, e teve seu ápice quando criou as redes sociais e seus infinitos recursos, permitindo a troca de informações pelas pessoas, de forma global e em tempo real. Com este novo modelo, a humanidade passou de sociedade da informação, com o uso da Internet, à sociedade do conhecimento (internet e o banco de dados exponencial sobre todas as questões do universo discutidas nos livros, documentos e revistas ou por todas as pessoas que trocam dados), e conhecimentos estes que podem ser acessados pelo computador, tablets ou celulares, de qualquer parte do mundo.

Nas palavras de um autor muito importante na área de biblioteconomia chamado

Murilo Bastos Cunha hoje a poeira das perguntas demora a assentar e quando as respostas chegam já ficaram obsoletas. Acrescenta-se a esse fato que não só as perguntas ficam obsoletas, mas também os equipamentos de tecnologia, sendo possível trocá-los de seis em seis meses. Essa nova ideia de tempo é uma das características da cultura da pós-modernidade que, dentro das novas concepções filosóficas e sociológicas, chama-se “modernidade líquida”, passageira ou sem fortes convicções, como descrita nos estudos de Zingmunt Bauman, sociólogo polonês. Pode-se imaginar o alvoroço que isso vem causando nos velhos sistemas biblioteconômicos, que sempre tiveram como a maior característica, a estagnação e a imutabilidade.

Os avanços do Brasil nas legislações voltadas às pessoas com deficiência são indiscutíveis. As Paralimpíadas de 2016 que aconteceram no Brasil mostraram grande preocupação com a acessibilidade das pessoas que transitaram pelos espaços, o que nos permite inferir que, tendo acontecido no Brasil, fará com que os governantes e gestores de todas as esferas debatam e criem novas políticas públicas e privadas, em prol dos indivíduos com deficiência. Os jogos deixaram um legado?

Esta pesquisa visou contribuir para a formação continuada do bibliotecário na temática da sociedade inclusiva, proporcionando oportunidade de ampliação do conhecimento destes, com a participação em Oficinas de Capacitação. Espera-se que os profissionais da informação, todos, reconheçam a importância de se criarem bibliotecas verdadeiramente acolhedoras, preocupadas moralmente com a inclusão de todos aos seus espaços, serviços e produtos. Além disso, os profissionais devem procurar manter estreita relação com professores especializados em educação especial, para a troca de informações construtivas, visando adquirir conhecimentos. Leituras sobre o assunto e, de modo proativo, participação em cursos e treinamentos que os capacitem e habilitem para as atividades requeridas. A partir da construção desse conhecimento, o profissional estará no caminho para começar a estabelecer as políticas afirmativas de inclusão, tão necessárias e urgentes, nos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras.

Como perspectiva, pondera-se que o produto desta pesquisa, a “Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para bibliotecários” poderá ser desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, com apoio institucional da Divisão de Acessibilidade e Inclusão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

(PROGEPE) e, principalmente, ter o apoio da Superintendência de Documentação da UFF (SDC), que poderá abrigar o Programa.

Como sugestão desta pesquisadora, a SDC poderia formar um GT de Acessibilidade e Inclusão do Sistema de Bibliotecas da UFF, tendo como principais diretrizes, visitar todas as bibliotecas, observar as condições de acessibilidade no sentido da aplicação das normas da NBR 9050:2015 e outras legislações e, inclusive, treinar todo o seu quadro de pessoal para habilitá-los ao atendimento dos alunos, professores e funcionários da universidade que procurem seus serviços e que apresentem qualquer limitação ao uso dos ambientes e recursos.

O GT possibilitaria aos usuários acessibilidade aos acervos, com a conversão digital dos materiais, ou digitalização (incluindo audiodescrição), aquisição de livros em Braille, livros falados, audiolivros, em parceria com a DAI/PROAES, para a aquisição de mão de obra dos bolsistas desta Divisão. Em um objetivo mais amplo, criar uma base de dados para o registro do material digitalizado, com acesso restrito aos alunos cadastrados e que possuam algum tipo de deficiência ou impossibilidade que os impeçam de usar ou ler material a tinta. Este material poderia ser compartilhado com as bibliotecas de outras IFES, ou mesmo particulares, de acordo com as determinações da Lei do Direito Autoral em vigor no Brasil, ou em outros países.

Bibliotecários de referência podem ser capacitados para criar um serviço de levantamento bibliográfico específico para as PcD, cujo resultado seria enviado por e-mail ao usuário solicitante. Inclusive desenvolver treinamentos na biblioteca para alunos com deficiência, sobre como acessar as principais Bases de Dados disponíveis na Internet, para pesquisas. E, como mostrado no capítulo 3 subitem 3.3 c – a SDC pode seguir a ideia inclusiva da UFC e transformar o Portal “bibliotecas.uff.br” em um site acessível, para pessoas com deficiência visual, auditiva ou outra, com cores contrastante e caracteres ampliados, com interpretação em Libras, conforme mostrado na UFC.

Além disso, vislumbra-se também com o apoio do Sensibiliza UFF, da Escola de Inclusão da Faculdade de Pedagogia e do Centro Integrado de Tecnologia e Informação (CITI) ampliar o público-alvo do Programa de Capacitação e Acessibilidade e Inclusão, que poderá incluir professores e técnico-administrativos do quadro funcional da Universidade Federal Fluminense. Ou, futuramente, para todos os servidores públicos federais brasileiros.

8 REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

ALMEIDA, Neilia Barros F; BAPTISTA, Sofia G. Breve histórico da Biblioteconomia Brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____; _____. Profissional da Informação: imagem, perfil e a necessidade da educação continuada. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-14, ago./dez.2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2796/2413>>. Acesso em: 5 de abr. 2016.

ALVARENGA, Garrolici; ANDRADE, Luiz Antônio Botelho. Cognição e aprendizagem na cegueira congênita: as novas tecnologias não dispensam o afeto. In: **Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão**. 2016. p. 22. Disponível em: <<file:///E:/EBook%20vol%201%20Pontos%20de%20Vista%20em%20Diversidade%20e%20Inclus%C3%A3o.pdf%20autora%20sandra%20cap%209.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AMARAL, Sueli Angélica do. **Marketing e gerência de biblioteca**. 1990. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/07/pdf_550341fd3b_0017716.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2016.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Library Services for People with Disabilities Policy**. Disponível em: <<http://www.ala.org/ascla/resources/libraryservices>>. Acesso em: 10 set. 2015.

AMERICANS WITH DISABILITIES ACT (ADA, 1990). United States Department of Justice. Civil Rights Division. Disponível em: <<https://www.ada.gov/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

APAE BAURU. **Cartilha “Tecnologia Assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência”**, 2008. Disponível em: <<http://bauru.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=13481>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ARRUDA, Maria Conceição Calmon; MARTELETO, Regina Maria; SOUZA, Donaldo Bello de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.3, p.14-24, set./dez., 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599:2008**. Acessibilidade na comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_nerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. **NBR 9050:2015** - (validada em 11/10/2015) - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 21 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE (ACELB). Disponível em: <http://www.acelb.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ATIQUÊ, M.; ZAHER, H. Educação inclusiva na educação superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, Manaus, 2006. **Anais...** Manaus, 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/hugo_zaher.pdf. > Acesso em: 12 ago. 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____; TONOLLI, José Carlos. Introdução ao Conceito de Tecnologia Assistiva e Modelos de Abordagem da Deficiência. In: Site **"Bengala Legal"**. Desenvolvido por Éfeso Eduardo Gonçalves, 2000. Abriga artigos sobre acessibilidade. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/> >. Acesso em: 30 abr. 2016.

BEZERRA, Carlos Vitor Andrade. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006: Política Nacional e Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 01 jan. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46533&seo=1>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola [recurso eletrônico]. Reino Unido: CSIE, 2002.

BRASIL. **Capacitação em acessibilidade**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoas com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade/conteudo-para-capacitacao-em-acessibilidade>>. Acesso em 5 jan. 2105.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual.

Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em:
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. **Decreto n.5.296**, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10.048, de 0 de Novembro de 2000, que dá prioridade às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 out.2014.

_____. **Decreto nº 5.707**, de 23 de Fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. **Decreto n.5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. **Decreto n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7.612 de 2011**. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. Disponível em:
<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 56.725**, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei no 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário.

_____. **Decreto Legislativo nº 186**, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

_____. **Lei nº 4.084**, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.

_____. **Lei Nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 1 nov. 2016.

_____. **Lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Lei nº 10.753**, De 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Lei nº 11.091** de 2005. 12 DE JANEIRO DE 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 6 mar. 2015.

_____. **Lei n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Lei Federal n. 9.045/95** - Autoriza a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille, Congresso Nacional, publicada em 18/05/95. (REVOGADA). Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109140/lei-9045-95>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

_____. **Portaria n.º 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. **Portaria nº 1.793** de dezembro de 1994. O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Medida Provisória n.º 765 de 16 de dezembro de 1994 e considerando: - a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, recomendar a inclusão da disciplina "ASPECTOS ÉTICO-

POLITICOEDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

_____. **Portaria 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Ministério da Educação e Cultura . Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. **Portaria SEDH nº 2.344**, de 3 de novembro de 2010. Disponível em:
<http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. **Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas**. Disponível em:
<<http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. **Resolução CFB n.º 42** DE 11 de dezembro de 2001. Dispõe sobre Código de Ética do Bibliotecário. Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em:
<http://www.ofaj.com.br/disciplinas_conteudo.php?cod=12>. Acesso em: 28 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília: MEC/SECADI/SESu, 2013. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Nota Técnica n. 58 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE** de 20 de maio de 2013. Assunto: Orientações para usabilidade do livro didático digital acessível – Mecdaisy. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13294-nt58-orient-livrodid-dig-acess-mecdaisy&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 de mar de 2016.

_____. **Parecer CNE/CES 492/2001**. MEC -Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 5 de jul de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Censo da educação superior, 2013**. Os impactos da expansão da educação superior. Brasília: MEC/INEP, 2013. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Censo da Educação Superior 2014**: glossário módulo IES. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2014/glossario_ies_2014.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2015.

_____. **Coletiva do censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: https://www.ufmg.br/dai/textos/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 6 de jun. 2015.

_____. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Ministério da Educação e Cultura Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. Brasília[DF], 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf. Acesso em: dez. 2016.

_____. **Instrumento de avaliação institucional externa**. Set. 2010. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_inst itucional_externa_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf)>. Acesso em: 2 mai. 2016.

_____. **Matrículas no ensino superior crescem 3,8%**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação/MINC. **Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Capacitação em acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/alterado-capacitacao-de-recursos-humanos>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. BR-Linux. Florianópolis, março de 2006. Disponível em: <http://softwarelivre.ceara.gov.br/index.php/component/content/article/3/318>. Acesso em: 13 out. 2016.

CARDOSO, Mariza. **Sobre mulheres na biblioteconomia**. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/sobre-mulheres-na-biblioteconomia-mariza-cardoso>>. Acesso: 8 mar. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto ; Rio de Janeiro: Interciência, 2004, 185p.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CASARIN, H. de C. S (org.) **Estudos de usuários da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014.

CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CITI). Disponível em: <<http://www.engenharia.uff.br/a-escola/nucleos-e-laboratorios/citi>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA RENATO ARCHER (CNRTA). Disponível em: <<http://www.cti.gov.br/ultimas-noticias/628-centro-nacional-de-referencia-em-tecnologia-assistiva-e-inaugurado-no-cti-renato-archer-em-campinas>>. Acesso em: 12 set. 2015.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações – CBO. 2010. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em 10 out. 2015.

CONEGLIAN, A. L. O; CASARIN, H. de C. S. Deficientes como usuários de informação. In: CASARIN, H. de C. S (org.) **Estudos de usuários da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Educação Especial (Declaração de Salamanca). Salamanca, Espanha, 1994 – objetivo: fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien). Jomtien, Tailândia, em 1990 - fornece definições e novas abordagens sobre as necessidade básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. (1986). Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/legislacao/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2004202.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

COSTA, Michele Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: formação e atuação do bibliotecário**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado), Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (BH), 2015.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

CURI, Cláudia Maria Gomes. **Formação continuada e educação a distância (EAD): aperfeiçoamento das competências e habilidades dos bibliotecários**. 2015, 156 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco; LUNARDI, Geovana Mendonça. Acesso negado e a reiteração da dependência: a biblioteca e o seu papel no processo formativo de indivíduos cegos. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.28 n.75 mai/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000200004>. Acesso em: 20 set. 2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. Educação do Aluno com Altas Habilidades / Superdotação: Legislação e Políticas Educacionais para a Inclusão. In: FLEITH, Denise de Souza (org). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: volume 1: orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

_____. Diversidade e inclusão: articulações. In: **Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão** [e-book]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn), 2016, p.10. Disponível em: <http://www.perse.com.br/novoprojetoperse/BSU_Data/Books/N1461693489167/Amostra.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usuarios-e-usuc3a1rios-da-informac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DIGULVAÇÃO científica em diversidade e inclusão. **Encontro em Diversidade e Inclusão da UFF**. Disponível em: <<http://divulcacaocientificacmpdiuff.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

DINIZ, Cládice Nóbile. **Disciplinas sobre acessibilidade e inclusão e grupo de pesquisa da UNIRIO**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <filgueirasuff@gmail.com>, em 07 dez. 2016.

_____. **Perspectivas da biblioteca como organização criativa na otimização dos recursos de aprendizagem: da acessibilidade à fluência informacional**. [2015]. UNIRIO, Projeto de Pesquisa – Linha 1 – Biblioteconomia, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa-por-linhas/linha-1-biblioteconomia-cultura-e-sociedade>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

DRUMOND, Geisa Meirelles. **A percepção da maturidade do processo de aquisição bibliográfica em um sistema de bibliotecas universitárias**: um estudo de caso. 143 f., 2014. (Dissertação) Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão. Departamento de Engenharia de Produção, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014.

DUARTE, Emerson Rodrigues, et. al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.** v.19 n.2, Marília, Abr./Jun. 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/1396-2818-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 07 set. 2015.

ESCOLA DE CEGOS SANTA LUZIA. **História do Sistema Braille**. Disponível em: <http://www.escoladecegositu.com.br/louis_braille.asp>. Acesso em: 01 nov. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Código de Ética do bibliotecário**, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/spanishcodeofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Usuárias dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação**, em 29 de março de 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FERNANDES, Alexandre Guella. **Cartilha de acessibilidade arquitetônica e urbanística**: Município legal é Município acessível. Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, Ana Cris. **Inclusão na prática**: respeitando as diferenças. Rio de Janeiro: Wlak, 2013. 144 p.

FILGUEIRAS, Sandra; LETA, Fabiana R. **A biblioteca universitária e as novas tecnologias**. In: Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão [e-book]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIn), 2016, p.61. Disponível em: <file:///E:/EBook%20vol%201%20Pontos%20de%20Vista%20em%20Diversidade%20e%20Inclus%3%A3o.pdf%20autora%20sandra%20cap%209.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____; _____. Bibliotecas universitárias e as novas tecnologias. **Jornal O Fluminense**, Coluna Ponto de Vista, p. 2., 07 de mai. 2015.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2007. 152p.

FREIRE, Hebe de Deus. **Acessibilidade Física nas bibliotecas da UFF**: mapeamento das condições reais das unidades da Superintendência de Documentação (SDC). [11] f, 2015. Monografia (Especialização), Gestão em Administração Pública, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2015.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livros acessíveis**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/o-que-fazemos/livros-acessiveis/#livro-digital-daisy>>. Acesso em: 3 nov.2016.

GIACUMUZZI, Gabriela; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Acessibilidade arquitetônica em uma biblioteca universitária: um estudo de caso. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 18, 2014, Belo Horizonte, **Anais...** Minas Gerais: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/383-2287.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas,2010. 184 p.

GONÇALVES, Eryka Fernanda Pereira. As Tecnologias assistivas e a atuação do bibliotecário como Intermediário entre as fontes de Informação e o deficiente Visual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, mar. 2012. disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1815>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

GUBERT, Gustavo. **Como Validar ideias de negócio**: O guia absolutamente definitivo [e-book]. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/tx3a0njdkx3nxcn/eBook.ComoValidarIdeiasDeNeg%C3%B3cio.pdf?dl=0>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Edições em formato acessível para reprodução no tocador MecDaisy**. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/index.php?query=DAISY&Buscar=Buscar&amount=0&blogid=1>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[http://censo2010.obge.gov.br/resultados](http://censo2010.ibge.gov.br/resultados)>. Acesso em 18 nov. 2015.

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (IACS/UFF). **Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacs/site/index.html>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS BRASIL). **Tecnologias assistivas nas escolas**: recursos básicos de acessibilidade digital para pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://bauru.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=13481>>. Acesso em: jun. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Diretrizes da IFLA “Sobre os Serviços da Biblioteca Pública”**, Editadas por Christie Koontz e Barbara Gubbin. 2. ed. Portugal, 2013. Disponível em:

<<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. [s.l.], 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 19 jun. 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

LABORATÓRIO de acessibilidade da UNICAMP completa dois anos de atividades. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/laborat%C3%B3rio-de-acessibilidade-completa-dois-anos-de-atividades>>. Acesso em: 9 de dez. 2014.

MACHADO, Lucília Maria Moreira. **Ações de acessibilidade e inclusão Sensibiliza** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <filgueirasuff@gmail.com>, em 15 dez. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O Direito de ser, sendo diferente, na escola**. 2006. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=17820>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, A.B; MARTINS, A. Bibliotecários de instituições de ensino superior quebram barreiras. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, n. 11, 2012. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/466/pdf>. Acesso em nov. 2014.

MAZZONI, A. A. et al. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**, Maringá, 23. p.121-126, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, vozes, 2001. 80 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG. Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 7-54, mar. 1984. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002698/a66f0d4b3e1bd4bdcd09f1a7fa8bf7c5>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MURAL INTERATIVO DO BIBLIOTECÁRIO. **Encontro Marcado**: Acessibilidade em bibliotecas universitárias, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DBqbv2sEU88>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

NASCIMENTO, Andrea Gonçalves do. **Métricas alternativas para a avaliação da produção científica**: um guia básico para o uso de altmetria para bibliotecários. Dissertação (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NOVO, Ana. “Projeto Acessibilidades” em 15 Bibliotecas Municipais de Lisboa: principais conclusões. **Cadernos BAD**: Revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n. 1, jan-jun, 2015, p. 163-176. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1232/pdf_10>. Acesso em: 3 jun. 2016.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E USABILIDADE (NAU). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Disponível em: <<http://nau.uniriotec.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NA PERSPECTIVA DA SURDEZ (NPDIS). Disponível em: <<http://www.nucleosurdez.uff.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

OLIVEIRA, Anna Paula Mendes. **O Direito Autoral e a Inclusão Social**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/blog/?p=2066>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

OLIVEIRA, Naziberto Lopes de. **Minhas buscas por livro acessível**. MOLLA - Movimento pelo Livro e Leitura Acessíveis no Brasil. Disponível em: <<http://www.livroacessivel.org/livro-acessivel.php>>. Acesso em 11 nov. 2016.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On Line: Prática - Pesquisa – Ensino**, São Paulo: FEA USP, v.2, n.3, jul. ago.set, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 2 de jan. 2015.

PAULA, Sônia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Brasília (DF), v.38, n.3, p.64-79, set./dez., 2009.

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: **LDB dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTAL BRASIL; MinC. **Tratado que amplia acesso de pessoas com deficiência visual à cultura entra em vigor** (Tratado de Marraqueche). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2016/09/tratado-que-amplia-acesso-de-pessoas-com-deficiencia-visual-a-cultura-entra-em-vigor>>. Acesso em: 02 out. 2016.

PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. Disponível em: <<https://assistivaitbrasil.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

PRADDO, Ton; AURÉLIO JUNIOR, Marcos. **Homenagem da ACELB ao personagem que revolucionou a vida dos cegos**. Associação de Cegos Louis Braille (ACELB). Disponível em: <http://www.acelb.org.br/default.php?reg=57&p_secao=19&PHPSESSID=54b55bfaa4ae5432ada9506b55f75d94>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PROJETO acessibilidade em bibliotecas públicas. Disponível em: <<http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br/sobre-o-projeto/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de; BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Laboratório de Acessibilidade e PROESP/CAPES: uma parceria que dá certo**. In: ATIID 2005 – III Seminário e II Oficina “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital”. USP, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 5 de 6 de setembro de 2005. Disponível em: <[ww.prodam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/04/LaboratorioDeAcessibilidade.pdf](http://www.prodam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/04/LaboratorioDeAcessibilidade.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFCe; UNIFOR, 1998. Disponível em: <<http://libidigi.unicamp.br/document/?code=1122>>. Acesso em: 5 out. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal Regional Federal da 2a região. **Biblioteca Afrânio Antônio da Costa**. Disponível em: <http://www7.trf2.jus.br/sophia_web/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SACI: Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação Disponível em: <<http://saci.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTA ANNA, Jorge. O futuro do profissional bibliotecário: desmistificando previsões exageradas. **Biblionline**, João Pessoa, v.10, n.2, p. 1-16, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Memorial de candidatura de Boaventura de Sousa Santos ao título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Brasília**. Nair Heloisa Bicalho de Sousa (coord). 2003. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/novidades.php>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SANTOS, Cristiane da Silva Santos. **Políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência em universidades brasileiras e portuguesas**. 2013. 389 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.

SARTORETTO, Mara Lucia; BERSCH, Rita. **O que é tecnologia assistiva?** Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

SASSAKI, Romeu K. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**. jul./ago. 2004.

_____. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2072>>. Acesso em: 4 de mai. 2015.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2013. Disponível em: <<http://www.pjpp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/18.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

_____. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais – **Forum 5**. Rio de Janeiro: INES, 2014. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/forum5-old1.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

SENSIBILIZA UFF. Disponível em: <<https://sensibilizauff.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SERPRO. **Software para deficientes visuais**. Disponível em: <http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2005-1/20050606_05>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Rubens Alves; COSTA, Michelle A; CRIVELLARI, Helena Maria T. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: ENANCIB, 15., 2014. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib/enancib2014/paper/view/1307>>. Acesso em: 3 de mai. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). Projeto de Lei que estabelece o acesso universal a biblioteca pública (2013). Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/blog/2013/11/20/projeto-de-lei-que-estabelece-o-acesso-universal-a-biblioteca-publica/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SMALL, Ruth V.; MYHILL, William N.; HERRING-HARRINGTON, Lydia. Developing accessible libraries and inclusive librarians in the 21 st century: exemplos from practice. In: WENTY,

Brian; JAEGER, Paul T. BERTOT, John Carlo (eds.). **Advances in Librarianship**. Syracuse University, NY, USA, 2015. v. 40. p. 73-88.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Enc. Bibli. R. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.11, jun. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Sandra/Downloads/78-17664-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35810/R%20-%20D%20-%20ELIANE%20MARIA%20STROPARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 mai. 2015.

_____; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v.41, n.1, jan./abr. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Inf. & Sociedade**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 38-48, jan./abr. 2010.

UNESCO. **Conferencia Mundial sobre la Educación Superior** - La educación superior en el siglo XXI: Visión y acción. Paris, 5 a 9 de outubro de 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116345S.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris: Unesco, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 3 jul.2015.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). **Laboratório de Acessibilidade (LAB)**. Disponível e: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/>. Acesso em: 24 mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Secretaria de Acessibilidade UFC Includi**. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/>. Acesso em: 2 Set. 2016.

_____. **Biblioteca Central (BU)**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/>. Acesso em: 30 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). Disponível em: <http://www.unirio.br/>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. **Grupo Interdisciplinar Educação e Inclusão (GIEI)**. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/relacoesinternacionais/giei>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI)**. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.unirio.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB). Linhas de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa-por-linhas/linha-1-biblioteconomia-cultura-e-sociedade>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Disponível em:
<http://app.pr2.ufrj.br/public/suporte/pr2/pr2_numeros_2016.pdf?1479774229>.
Acesso em: 3 de jun. 2016.

_____. **UFRJ acessível e inclusiva**. Disponível em: <<https://ufrj.br/acessibilidade>>.
Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. **TECNOASSIST**: Curso de Capacitação de Professores em Tecnologia Assistiva. disponível em:
<http://portal.nce.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=485:tecnoassist-curso-de-capacitacao-de-professores-em-tecnologia-assistiva&catid=46:noticias&Itemid=69>. Acesso em: 6 abr. 2016.

_____. (UFRJ/NCE/INTERVOX). **Projeto MecDaisy**. Disponível em:
<http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>. Acesso em: 6 mai. 2016.

_____. **Sistema de Bibliotecas da UFRJ (SIBI)**. Disponível em:
<<http://www.sibi.ufrj.br/historico.htm>>. Acesso em: 8 de mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Curso de Biblioteconomia**. Disponível em:
<http://www.uff.br/iacs/site/grad_biblio_doc.html>. Acesso em: 10 mai. 2106.

_____. Curso de Biblioteconomia. **Trabalhos apresentados e defendidos**. Secretaria do curso. Março de 2016.

_____. Escola de Engenharia. **Centro Integrado de Tecnologia e Inovação (CITI)**. Disponível em: <<http://www.engenharia.uff.br/a-escola/nucleos-e-laboratorios/citi>>.
Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Faculdade de Educação. **Escola de Inclusão**. Niterói, RJ: UFF, 2016. Disponível em: <<http://www.escoladeinclusao.uff.br>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Instituto de Biologia. **Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDI)**. Disponível em: <<http://abdindiversidadeeinclusao.blogspot.com.br/p/breve-historico.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Instituto de Biologia. **Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI)**. Disponível em: <<http://www.cmpdi.uff.br/>>.

_____. Instituto de Biologia. **Núcleo de Desenvolvimento de Produtos e Processos na Perspectiva da Surdez** (NDPIS). Disponível em: <<http://www.nucleosurdez.uff.br/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Instituto de Física. **Programa Café no Escuro**. Disponível em: <<http://www.cafenoescuro.uff.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

_____. Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis. **Sensibiliza UFF** – Portaria 49.388/2013. Disponível em: <<https://sensibilizauff.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. Superintendência de Documentação (SDC). Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis (BAC). **Relatório de Avaliação do MEC**, 2016.

_____. Superintendência de Documentação (SDC). **Relatório de Gestão: 2015**. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/SDC%202015.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016

UNIVERSITY OF SYRACUSE. **Enable Project** (Expanding Nondiscriminatory Access by Librarians Everywhere). Disponível em: <projectenable.syr.edu>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VALENTIM, Marta Lígia Pomin. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.9, p. 16-27, jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2000v5n9p16/5058>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). Disponível em: <<http://www.w3c.br/Sobre/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

9 APÊNCIDES E ANEXOS

9.1 APÊNDICES

APÊNDICE A: Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO ANÔNIMA

Idade: _____

Gênero: _____

Profissão: _____

Tipo de Biblioteca: _____

Possui alunos com deficiência: () Sim () Não

1.2 Nível de Escolaridade

Graduação em:

Especialização em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

2 – INFORMAÇÕES TEMÁTICAS

1 – Para você, o que é TECNOLOGIA ASSISTIVA?

2 – Quais os equipamentos de TECNOLOGIA ASSISTIVA você conhece?

3 – O que você aprendeu nesta OFICINA?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos bibliotecários da UFF, UFRJ e UNIRIO.

CMPDI / UFF - PESQUISA ACADÊMICA 2016.2

TÍTULO: BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO SÉCULO XXI: BIBLIOTECÁRIOS E OS SABERES NECESSÁRIOS PARA AS BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA..

OBJETIVO GERAL: A pesquisa apresenta como objetivo geral propor e desenvolver capacitação em acessibilidade e inclusão para os Bibliotecários que trabalham em bibliotecas universitárias federais brasileiras, visando o atendimento aos usuários com deficiência física, motora, visual, auditiva e múltipla.

PÚBLICO ALVO: Bibliotecários de bibliotecas universitárias federais.

Apoio: ESCOLA DE INCLUSÃO - PROEX/UFF e CITI – Centro Integrado de Tecnologia e Inovação – Engenha-ria/UFF.

Pesquisadora Responsável: Sandra do Amparo Silva Filgueiras.

Orientadora: Dra. Fabiana Rodrigues Leta

Prezado(a) colega Bibliotecário(a),

Sou Sandra Filgueiras, bibliotecária da UFF e aluna do CMPDI – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, do Instituto de Biologia, da mesma Instituição. Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa citada acima, que nesta etapa pretende investigar a opinião dos bibliotecários sobre a importância da educação continuada em diversidade, acessibilidade e inclusão, para o seu aperfeiçoamento profissional e como forma de superar a distância entre a teoria e a prática.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua resposta não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Solicitamos, por gentileza, que responda ao questionário o mais breve possível. Sua participação é muito importante para o resultado desta pesquisa.

Agradecemos desde já!

***Obrigatório**

1. 1- UNIVERSIDADE ONDE ATUA COMO BIBLIOTECÁRIO (A)? *

- UFF
- UNIRIO
- UFRJ

2. 2 - IDADE *

- 20 - 30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61 ou mais

3. 3 - SEXO *

- Feminino
 Masculino

4. 4 - ONDE CURSOU A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA? *

- UFF
 UNIRIO
 UFRJ
 SANTA ÚRSULA
 Outro:

5. 5 - NA GRADE CURRICULAR DA GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA HAVIA ALGUMA DISCIPLINA SOBRE A TEMÁTICA DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS? *

- Sim
 Não me recordo
 Não

6. 6 - ESCOLARIDADE: *

- Graduado
 Especialista
 Mestre
 Doutor
 Especialização incompleto
 Mestrado incompleto
 Doutorado incompleto

7. 7 - EM RELAÇÃO À PERGUNTA ANTERIOR, A TEMÁTICA DO SEU TRABALHO DE CONCLUSÃO FOI/É SOBRE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL OU OUTRA ABORDAGEM, DESSES ASSUNTOS? *

- Sim
 Não

8. 8 - ENTRE SEUS USUÁRIOS HÁ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA? *

- Sim
 Não sei
 Não

9. 9 - PARTICIPOU DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA DA INCLUSÃO E/OU ACESSIBILIDADE, NA SUA INSTITUIÇÃO, OU FORA DELA, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS? *

Sim

Não

10. 10 - EM SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA CAPACITAR OS BIBLIOTECÁRIOS QUE TRABALHAM EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA? *

Muito importante

Importante

Sem importância

11. 11 - ENQUANTO BIBLIOTECÁRIO (A) QUE TRABALHA EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA FEDERAL, QUAL O SEU INTERESSE EM PARTICIPAR, COMO VOLUNTÁRIO, DE UMA CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, VISANDO CONHECER E REFLETIR SOBRE AS BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO COM DEFICIÊNCIA? Em caso positivo, por favor entre em contato para saber detalhes, pelo e-mail: filqueirasuff@gmail.com *

Muito interessado

Interessado

Não tenho interesse, no momento

Não tenho interesse

**APÊNDICE C: CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS:
OFICINA DE BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO COM DEFICIÊNCIA EM
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**



SANDRA DO AMPARO SILVA FILGUEIRAS

**CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS:
OFICINA DE BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO COM
DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.**

**ESTE PRODUTO É PARTE INTEGRANTE DA DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO DA ALUNA SANDRA DO A. S. FILGUEIRAS,
APRESENTADA AO CMPDI – CURSO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO, DO INSTITUTO DE
BIOLOGIA.**

**APRESENTA UMA OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA
BIBLIOTECÁRIOS QUE ATUAM EM BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS.**

ORIENTADORA: PROF. DRA. FABIANA RODRIGUES LETA



2017

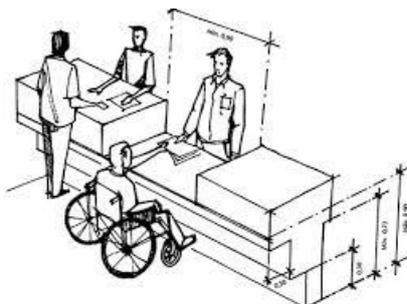
SANDRA DO AMPARO SILVA FILGUEIRAS

CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS: OFICINA DE BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.

Trabalho desenvolvido no Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

Produto da Dissertação submetida à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial visando à obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientadora: Prof. Dra. Fabiana Rodrigues Leta, DSc.



CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS: OFICINA DE BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A Oficina de Capacitação aqui apresentada é parte integrante da dissertação de mestrado do Curso de Mestrado Profissional em Acessibilidade e Inclusão (CMPDI), da Universidade Federal Fluminense, pertencente ao curso de Biologia da Instituição, e à Linha de Pesquisa “Produção de Materiais e Novas Tecnologias”, que foi apresentada sob o título **“BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: CAPACITAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS E OS SABERES QUE ARTICULAM BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA”**.

A pesquisa apresentou como objetivo geral “Propor uma Oficina de Capacitação para os bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias públicas, visando instruir os profissionais para a aquisição de conhecimentos, competência e habilidades no atendimento aos usuários com deficiência física, auditiva, motora, intelectual e mobilidade reduzida”. Desse modo, tal objetivo materializa-se na apresentação deste produto, denominado “Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários: oficina de boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência em bibliotecas universitárias”, que poderá ser desenvolvido pelos Órgãos Administrativos das Instituições Públicas, como os de Aperfeiçoamento na Carreira, ou, pelos gestores dos Sistemas de Bibliotecas, podendo, ainda, ser expandido para outras instituições de ensino e bibliotecas.

Esta Capacitação, em forma de Oficina, visa apresentar aos bibliotecários universitários conceitos, tendências, legislação, normas, boas práticas em bibliotecas inclusivas, produtos e artefatos, programas e tecnologias, para a implantação de políticas de inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias, para a qualidade no atendimento aos alunos ou usuários com deficiência que procuram os serviços e produtos desses espaços acadêmicos.

As Universidades públicas são instituições que tem como missão principal ofertar educação gratuita e de qualidade, em estreita articulação com as demandas sociais e, para isso, sintonizada com as rápidas transformações advindas dos avanços científicos e tecnológicos, deve investir no desenvolvimento pessoal e profissional de seu quadro de funcionários, porque sem estes e suas habilidades laborais, não conseguiriam alcançar tal finalidade e a formação continuada é uma das formas de manter a equipe da biblioteca capacitada para as suas funções, levando-se em conta a aquisição de novas tecnologias e *software* para alavancar os serviços e produtos oferecidos aos usuários, bem como as necessidades, cada vez mais exigentes, dos usuários.

2 OBJETIVOS DA CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho com usuários com deficiência e na melhoria da qualidade de vida de ambos, foram definidos alguns objetivos para a capacitação dos bibliotecários das universidades públicas:

- Capacitar os servidores bibliotecários para o desempenho de cargos e funções, utilizando como meio a Oficina;
- Elaborar a capacitação de forma transparente com ampla divulgação junto à comunidade de bibliotecários universitários, com ênfase no apoio da gestão superior dos sistemas de bibliotecas e gestão de pessoas;
- Incentivar os servidores a ampliarem sua qualificação e capacitação profissional, visando o atendimento com maior qualidade aos usuários com deficiência nas bibliotecas universitárias para, posteriormente, implantarem políticas inclusivas nas unidades;
- Estabelecer oportunidades iguais para todos os profissionais que atuam nas diversas unidades bibliotecárias;
- Manter quadro atualizado da situação de capacitação dos servidores.

- Maximizar o número de servidores capacitados a atenderem alunos com deficiência, formando um quadro de bibliotecários aptos a ocupar esta função;
- Buscar junto às instâncias administrativas, oportunidades para estes bibliotecários participarem de eventos científicos e culturais na temática da educação inclusiva, conforme os critérios estabelecidos pelas Divisões de Gestão de Pessoas, nos Programas de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Divulgar, anualmente, relatório contendo as ações de capacitação para bibliotecários que foram executadas, o quadro comparativo da demanda real e da demanda atendida, bem como avaliação qualitativa dessas ações.

2.1 FASES DA CAPACITAÇÃO E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

O programa capacitação deverá obedecer as seguintes etapas, adaptado de Chiavenato (2010):

- ✓ Levantamento de necessidades de capacitação através de formulário próprio, apresentado no (Apêndice E);
- ✓ Desenho do programa de capacitação;
- ✓ Aplicação do programa de capacitação;
- ✓ Avaliação dos resultados de capacitação (Apêndice F).

Para a aquisição de informações técnicas e pedagógicas como escopo para a construção do conteúdo da capacitação, os bibliotecários instrutores deverão manter convênios e intercâmbio com os órgãos superiores citados, com os setores ou núcleos de apoio aos alunos com deficiência, com os programas pedagógicos desenvolvidos nas Faculdades de Educação, nos cursos de Biblioteconomia, e, principalmente, com órgãos ou instituições de reconhecida competência na defesa dos interesses das pessoas com deficiência e, inclusive, com docentes especialistas em educação inclusiva.

Entende-se que seja permitido ao servidor, no interesse da Administração, sem prejuízo para o desenvolvimento das atividades do seu setor de lotação, o afastamento total ou parcial de suas funções, para participar das ações de desenvolvimento previstas neste Programa de Capacitação para bibliotecários, conforme determinado pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

2.2 RECURSOS DIDÁTICOS, PEDAGÓGICOS E INSTRUCIONAIS

O processo da Oficina para Bibliotecários universitários poderá ser apresentado através de aulas teóricas e práticas, painéis, estudo de casos, debates, organização de encontros, dramatização, treinamento da sensibilidade e vivências inclusivas.

Os recursos pedagógicos instrucionais que serão utilizados poderão ser os audiovisuais, correio eletrônico, tecnologia de multimídia de vídeo e texto, sendo que para as vivências inclusivas e sensibilidade, usar-se-á bengalas, vendas, cadeiras de rodas, pesos e óculos baixa-visão. Já para acesso ao conteúdo das aulas, indicar-se-á bibliografias em forma de livros físicos, *e-books*, artigos de periódicos físicos e virtuais, além de apresentação de filmes e vídeos sobre a temática da inclusão e acessibilidade em bibliotecas.

Quanto ao local da capacitação poderá ser em salas de aula ou auditórios, e, as dinâmicas serão na parte externa, com o caminhar pelo campus universitário e visitas guiadas às bibliotecas, como pessoas com deficiência, com vendas nos olhos, bengala, pesos nos pés, óculos baixa-visão e em cadeira de rodas.

Em relação aos recursos humanos, um bibliotecário instrutor, capacitado na temática e um colaborador, sendo, portanto, dois servidores e alunos bolsistas, com deficiência e/ou experientes no assunto. Os recursos materiais serão ar condicionado, mesas, cadeiras, computador com programas acessíveis, tecnologias assistivas como scanner, lupa eletrônica, impressora braille, mesa tátil, reglete, punção, *datashow*, cadeiras de rodas, bengalas, vendas, pesos, óculos adaptados, andador para idoso e alimentos para o lanche sensorial.

2.3 AVALIAÇÃO DO PARTICIPANTE E DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Será solicitado aos participantes um trabalho em grupo, que consistirá na elaboração de um “Laudo de Acessibilidade” em relação à biblioteca escolhida para ser visitada, dentro dos conceitos, normas e leis estudadas. Como trabalho final, deverá ser apresentado pelo grupo, em forma escrita e apresentação oral, um “Plano de Ação de acessibilidade para a biblioteca universitária, com a declaração de Missão e Visão”.

Este plano deverá ser usado para mostrar a visão do grupo sobre uma biblioteca acessível, para a identificação de fatores relevantes "ambientais" que afetam a inclusão dos alunos, e para o desenvolvimento de medidas estratégicas adequadas para concretizar o Plano. O Plano de Ação desenvolvido pelo grupo poderá servir como base para auxiliar os bibliotecários gestores a implantarem a acessibilidade e o desenho para todos, em suas unidades informacionais, de fato.



Figura: *Brainstorm*, discutir sobre as experiências vividas e traçar planos dentro da Visão e Missão (Fonte: Project Enable).

O grupo participante, ao criar a sua visão, deverá pensar nos seus usuários reais e potenciais: os estudantes, administradores, membros da comunidade, professores e outros, os problemas a serem resolvidos e questões a serem respondidas, e a “imagem” de sucesso que fará a diferença para a biblioteca “criada” pelo grupo. Exemplos de uma declaração de visão: todos os estudantes terão acesso a materiais de biblioteca; os serviços e produtos da biblioteca irão promover a aprendizagem e envolvimento de todos os alunos e da comunidade universitária; o ambiente da biblioteca seguirá os princípios do desenho universal e da acessibilidade e o atendimento será inclusivo e corresponderá às necessidades de diferentes tipos de usuários existentes na universidade.

O segundo passo do treinando será fazer um balanço da situação encontrada na biblioteca visitada pelo grupo, podendo ser criado um *checklist* da situação atual que será usada para medir o progresso em relação à visão. Não se esquecer das estatísticas de circulação e de uso de materiais especiais, como livros em braille e digitalizações efetuadas para alunos com deficiência. É permitido incluir, vídeos ou gravações de áudio sobre a biblioteca, com o consentimento da chefia.

Ao desenvolver o *checklist* da situação atual, o grupo deverá pensar nas barreiras e desafios encontrados que impactarão na realização da visão, tanto físicas, arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, entre outras. Para isso a equipe deverá desenvolver uma estratégia de ação para concretizar a visão, criando um plano de ação dinâmico, que deverá ser avaliado e revisto à medida que os dados forem sendo colhidos nas bibliotecas. Um plano de ação bem definido incorpora os seguintes componentes: iniciativas e metas claramente definidas, métodos e recursos para atingir seus objetivos, *benchmarks*, prazos, objetivos e responsabilidades dos membros do grupo.

Na sétima e última aula do curso, avaliar-se-á o aprendiz, através de apresentação do trabalho final, quanto ao ganho de conhecimentos e, pós as apresentações dos grupos, os participantes da Oficina de Capacitação receberão um formulário de avaliação da capacitação recebida, apresentado no (Apêndice F), a ser preenchido e devolvido ao instrutor. As respostas dos participantes serão importantes para saber se a Oficina atingiu os objetivos desejados.

A seguir, apresenta-se a “Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários”, produto da Dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários

APRESENTAÇÃO:

Às universidades públicas compete planejar, supervisionar e ministrar cursos de formação e atualização para os servidores docentes e técnico-administrativos.

Assim sendo, a Universidade _____ propõe a oferta de uma Oficina de Capacitação para formação e atualização dos bibliotecários que atuam nas bibliotecas universitárias, sobre a temática da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente as bibliotecas necessitam de profissionais preparados para atender os alunos com deficiência que acessam cada vez mais o ensino superior e procuram seus serviços e produtos, de forma espontânea ou indicada pelos docentes.

Neste sentido, faz-se necessário investir na formação de bibliotecários competentes, éticos, reflexivos e aptos a atenderem de forma eficaz às necessidades informacionais dos usuários com deficiência, que, mesmo sendo oficialmente cobrado pelas leis de inclusão e acessibilidade como a 13.146 (BRASIL, 2015) e o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), entre outras, são desconhecidas pela maioria dos profissionais em pauta, prejudicando a acessibilidade aos ambientes acadêmicos pela comunidade de alunos com necessidades educacionais especiais, que estão matriculados em seus cursos.

Por sua vez, a Conferência Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 2009), discutiu e refletiu temas importantes para aumentar o acesso e garantir a igualdade e, principalmente, o sucesso dos alunos nas universidades, e, o Documento determina também que “Instituições de ensino superior devem investir no **treinamento** de faculdades e **equipe de funcionários** para executar novas funções que envolvam sistemas de ensino e aprendizagem; o **treinamento** oferecido pelas instituições de ensino superior devem tanto responder a como antecipar as necessidades sociais e, critérios de qualidade devem refletir todos os objetivos da educação superior, notavelmente o propósito de cultivar o pensamento crítico e **independente nos estudantes e a capacidade de aprender** por toda a vida.

OBJETIVO GERAL:

Capacitar bibliotecários mediante a oferta de conhecimentos teóricos e práticos, visando formar profissionais que contribuirão para a educação e a acessibilidade de alunos ou usuários com deficiência presentes na universidade pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar as principais leis, conceitos e tendências sobre a acessibilidade e sua aplicabilidade, sensibilizando os bibliotecários sobre a temática da inclusão em aulas teóricas e práticas, utilizando diversos recursos pedagógicos;
- Demonstrar exemplos de bibliotecas acessíveis *versus* bibliotecas com barreiras encontradas pelos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida que circulam pelos *campi* e seus ambientes;
- Mostrar e utilizar algumas ferramentas tecnológicas que podem ser encontradas e disponibilizadas nas bibliotecas universitárias, para atender as variadas capacidades e habilidades dos alunos ou usuários com deficiência.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao participar da Oficina, o aprendiz deverá estar capacitado para definir os conceitos apresentados, descrever as tecnologias assistivas, usar os equipamentos e programas apresentados, elaborar o diagnóstico de acessibilidade e barreiras no campo visitado e apresentar o trabalho final.

PÚBLICO ALVO:

Profissionais bibliotecários que já atuam em bibliotecas universitárias públicas.

CARGA HORÁRIA TOTAL: 21 horas/aula (SETE AULAS)

HORÁRIOS: a definir

QUANTITATIVO TOTAL: 20 cursistas por turma

LOCAL DO CURSO: a definir

METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO

As atividades da Oficina serão desenvolvidas através de:

a) Aulas expositivas b) Trabalhos práticos individuais e em grupo c) Vivências inclusivas.

PROPOSTA DE EMENTAS - ETAPAS E TEMAS:Partes I e II

PARTE I

CONTEÚDO 01

AULA 1 – O tema, conceitos, tendências e princípios:

Introdução - História das pessoas com deficiência. Conceitos gerais.

1.1 Direitos Humanos e Diversidade Humana – Classificação das Deficiências

1.2 Acessibilidade e Barreiras na Universidade

1.3 Desenho Universal e “Para Todos”

1.4 Produção Editorial Acessível

AULA 2 - Profissionais Bibliotecários e a Participação na Sociedade Inclusiva:

1.5 Novos Paradigmas Profissionais do Bibliotecário no Século XXI

Carga horária: 6 horas.

CONTEÚDO 02

AULA 3 - Introdução ao Marco Legal, Órgãos Governamentais e Normas da ABNT:

Apresentação das principais normativas que asseguram o direito ao acesso à informação e comunicação pelas pessoas com deficiência. Leis, Decretos, Portarias e Normas foram apresentados no Apêndice 4.

2.1 Norma Constitucional

2.2 Legislação Federal sobre Acessibilidade

2.3 Arranjo Institucional

- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD/SDH/PR).

2.4 Normas Brasileiras de Acessibilidade da ABNT

Normas da ABNT para serem aplicadas nas bibliotecas universitárias:

NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. NBR - Acessibilidade - Sinalização Tátil no Piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. NBR 15290 – Acessibilidade em comunicação na televisão. NBR 13994 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

AULA 4 - Programas Governamentais – Inclusão educacional:

2.5 Plano e Programa Nacional para as Pessoas com Deficiência

a) Plano “Viver Sem Limite”

b) Programa “Incluir”

Carga horária: 6 horas.

CONTEÚDO 03

AULA 5 - Boas práticas em acessibilidade e inclusão:

Apresentação de exemplos de ações, projetos e programas que promovem o acesso e a autonomia dos usuários com deficiência, em toda parte.

5.1 Bibliotecas acessíveis no Brasil e no mundo; acessibilidade na comunicação e prestação de serviços e acessibilidade na informação.

Carga horária: 3 horas.

CONTEÚDO 04

AULA 6 - Tecnologias Assistivas (TA) ou Ajudas Técnicas:

Introdução à discussão sobre os principais equipamentos tecnológicos que permitem que os alunos frequentem a biblioteca, com independência e autonomia. Apresentação dos principais recursos de TA, ao vivo e fotografias, mostradas no (Apêndice 1).

6.1 Principais tecnologias para o acesso à informação e à informática em bibliotecas universitárias - Apresentação dos equipamentos e *software* para o acesso à informação – formação de grupos, com a participação de pessoas com deficiência colaborando nas atividades;

Carga horária: 3 horas.

PARTE II

AULA 7 - Apresentação da metodologia, descrição das atividades e trabalho final:

Os aprendizes vivenciarão momentos de ensino ativo, para tornar a aula mais realista e fazer com que o conteúdo seja absorvido com facilidade. Serão oferecidas alternativas para a execução de atividades em grupo, que envolvam a vontade de aprender, de dominar os conceitos apresentados e gerar mais facilidade em absorver os conteúdos da Oficina.

Vivências inclusivas – exploração de ambientes universitários e bibliotecas, com máscara, bengala, cadeira de rodas, entre outras ajudas técnicas, com definição de rotas para cada grupo;

Laudo de Acessibilidade das bibliotecas visitadas - será apresentado pelo grupo;

Trabalho Final: Criação de um Plano de Ação de acessibilidade para a biblioteca universitária, com a declaração de Visão e Missão. Apresentação oral, na última aula (aula 7) e entrega do trabalho escrito em até 10 dias.

Carga horária: 3 horas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2015** - (validada em 11/10/2015) - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. **NBR 15599:2008**. Acessibilidade na comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BRASIL. **Capacitação em acessibilidade**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade/conteudo-para-capacitacao-em-acessibilidade>>. Acesso em 5 jan. 2105.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual.

Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10.048, de 0 de Novembro de 2000, que dá prioridade às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

Acesso em: 19 out.2014.

_____. **Decreto nº 5.707**, de 23 de fevereiro de 2006: Política Nacional e Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e

Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei.

_____. **Decreto nº 7.612**, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 4 de jul. 2016.

_____. **Lei Nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 1 nov. 2016

_____. **Lei nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. <Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

_____. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Portaria N.º 1.793**, de dezembro de 1994. De acordo com o disposto na Medida Provisória n.º 765 de 16 de dezembro de 1994. Institui a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf)>.pdf. Acesso em: 4 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Ministério de ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Capacitação em acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/alterado-capacitacao-de-recursos-humanos>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sobre-a-secretaria>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR). Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. 2009. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18490>>. Acesso em: 9 de set. 2016.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livros acessíveis**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/o-que-fazemos/livros-acessiveis/#livro-digital-daisy>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). **Edições em formato acessível para reprodução no tocador MecDaisy**. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/index.php?query=DAISY&Buscar=Buscar&amount=0&blogid=1>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). **Aplicativos**. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/2013-10-27-13-26-37>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_AUDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

OLIVEIRA, Anna Paula Mendes. **O Direito Autoral e a Inclusão Social**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/blog/?p=2066>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

OLIVEIRA, Naziberto Lopes de. **Minhas buscas por livro acessível**. MOLA - Movimento pelo Livro e Leitura Acessíveis no Brasil. Disponível em: <<http://www.livroacessivel.org/livro-acessivel.php>>. Acesso em 11 nov. 2016.

PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. Espaço para produção e troca partilhada de informações e conhecimentos sobre pesquisa, desenvolvimento, aplicação e disseminação de Tecnologia Assistiva no Brasil. Disponível em: <<https://assistivaitsbrasil>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

PROJECT ENABLE (Expanding Nondiscriminatory Access by Librarians Everywhere). Disponível em: <projectenable.syr.edu>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/2645/3418>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ/NCE/INTERVOX). **Projeto MecDaisy**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>>. Acesso em: 6 mai. 2016.

APÊNDICE D - Alguns modelos de Tecnologias Assistivas e programas para usuários com deficiência em bibliotecas universitárias:

<p>LUPAS ELETRÔNICAS - Desenvolvidas para auxiliar pessoas com baixa visão, que necessitam grande ampliação de textos e imagens, na leitura e na escrita.</p> <p>Fonte: http://www.tecassistiva.com.br</p> <p>Fonte da foto: <http://www.uff.br/?q=noticias/31-08-2015/programa-de-tutoria-garante-integracao-de-alunos-com-deficiencia-na-uff></p> <p>Foto: Gabriela Balestrero</p>	
<p>SCANNER COM VOZ - converte documentos impressos em áudio, para que o deficiente visual tenha acesso ao seu conteúdo, ideal para bibliotecas.</p> <p>Fonte: http://www.tecassistiva.com.br</p>	
<p>MÁQUINA PERKINS - Máquina de datilografia utilizada na produção de textos em Braille.</p> <p>Fonte: http://www.tecassistiva.com.br</p>	
<p>REGLETE E PUNÇÃO - instrumento utilizado para a escrita braille que poderá ser usado acoplado a uma prancha (reglete de mesa) ou não (reglete de bolso), que consiste em uma régua com duas partes: a parte que fica no lado superior da folha tem "selas guias" - formadas pelos seis pontos do sistema Braille, em cada sela cabe somente uma letra - e a parte inferior para segurar a folha que deverá ficar no meio das duas partes. O punção é um instrumento que serve como um lápis e faz as letras em relevo.</p>	

<p>A linguagem braille, foi desenvolvida em meados de 1821 pelo francês Louis Braille. É um método desenvolvido para que pessoas cegas possam ler e escrever.</p> <p>Fonte: http://www.arcomodular.com.br/portugues/acessibilidade-braille-piso-mapa-tatil</p>	
<p>ROTULADORA/ETIQUETADORA BRAILLE - Máquina mecânica para rotular em Braille. A Rotuladora Braille é uma ferramenta essencial para uma pessoa cega usar no cotidiano e o bibliotecário sinalizar os ambientes da biblioteca, etiquetas de lombada etc.</p> <p>O mostrador vem com marcações para o alfabeto completo, sinais numéricos, contrações comumente usadas e muitos sinais de pontuação.</p> <p>Fonte: www.lojaciviam.com.br/produtos-para-cegos/atorios/rotuladora-braille</p>	
<p>ASSINADORES - Peças plásticas ou de metal, vazadas em posições que auxiliam no preenchimento ou assinatura de documentos (baixo custo) Existem vários outros modelos.</p> <p>Esse foi fabricado por aluno da UFF do curso de Física.</p> <p>Disponível em: http://www.cafenoescuro.uff.br/content/tecnologias-assistivas</p>	
<p>LINHAS BRAILLE - Linha Braille Focus 40 Blue - Dispositivos de saída compostos por fileira(s) de células Braille eletrônicas, que reproduzem informações codificadas em texto para o sistema Braille e assim podem ser utilizadas como alternativa aos leitores de tela por usuários que saibam interpretar informações codificadas nesse sistema (ex. pessoas cegas, surdocegas, pessoas com baixa visão).</p> <p>Disponível em: http://www.digitalbegotto.com.br/index.php?route=product/product&product_id=93</p>	

IMPRESSORAS BRAILLE - Imprimem em papel informações codificadas em texto para o sistema Braille e tinta (ex. textos, partituras, equações matemáticas, gráficos, etc). Existem impressoras Braille que utilizam um sistema denominado interpontos, viabilizando a impressão nos dois lados do papel.
Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=30



THERMOFORM – dispositivo utilizado para fazer desenhos em braile, pois as impressas e máquinas braile eram capazes de produzir apenas letras e textos lineares e o Termoform veio no sentido de permitir que desenhos irregulares, assim como mapas e gráficos, também fossem construídos. Trata-se de um sistema de moldagem por vácuo de uma película plástica aquecida, que é desse modo comprimida contra um molde (a preparação desse molde pode ser efetuada por processos informatizados ou artesanais). Também pode ser utilizado para confecção de cópias de textos braile.



O Instituto Benjamin Constant disponibiliza, através do departamento técnico-especializado/divisão de pesquisa e produção de material especializado (DPME) gratuitamente

Fontes:

<http://www.ibc.gov.br/index.php?blogid=1&query=thermoform>

http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_Thermoform.pdf



IMPRESSORA TÉRMICA -
Thermoform "Zyfuse" -
Impressão em relevo

COMPUTADOR BRAILLE - Equipamentos que combinam as funções de linha Braille, bloco de notas e computador portátil. Principais usuários: pessoas cegas e surdos-cegos.
Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=54



FUSORA - Equipamento que transforma imagens impressas ou desenhadas em relevos para figuras, formas, mapas, gráficos, etc. Principais usuários: pessoas cegas.

Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=30



RECURSOS DE ACESSIBILIDADE AO COMPUTADOR -

Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, programas especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que garantem que o computador seja mais acessível às pessoas com privações sensoriais, intelectuais e motoras.

Fonte com maiores explicações:

<https://projetoassista.wordpress.com/o-que-e-tecnologia-assistiva/>



BIGTRACK - linha de ferramentas de acesso ao computador através do dispositivo de *hardware Trackball* (esfera no lado superior do mouse para mover o ponteiro).

Fonte: <http://www.tecassistiva.com.br>



TECLADO AMPLIADO para computador, igual a todos os teclados convencionais, porém com aumento dos caracteres em 400%, para melhor visibilidade. Disponível nas cores: preto com letras brancas, preto com letras amarelas e branco com letras pretas.

Possui teclas ampliadas para facilitar a visualização da pessoa com baixa visão; Disponível em três modelos de cores (fundo preto com letras brancas, fundo preto com letras amarelas e



<p>fundo branco com letras pretas); Possui aumento das letras em 4x em relação ao teclado normal.</p> <p>http://www.tecassistiva.com.br/component/spidercatalog/showproduct/492?product_id=36</p>	
<p>TECLADO COM TECLAS EM BRAILLE - caracteres ampliados de alto contraste. Este teclado foi adaptado para Braille e Baixa Visão através de etiquetas especialmente criadas para esse fim. Essas etiquetas são fabricadas em policarbonato e adesivo de alto desempenho que garante a qualidade e durabilidade do produto, para utilização por pessoas com baixa visão e cegos.</p> <p>Fonte: http://www.lojativiam.com.br/produtos-para-cegos/acessorios/teclado-braille-usb</p>	
<p>MAPA TÁTIL - O mapa tátil é um dispositivo que permite pessoas cegas ou de baixa-visão possam por via tátil, adquirir uma informação relevante de ambientes e outras aplicações. Quando uma pessoa explora um mapa tátil, conexões cerebrais são ativadas, formando uma informação concreta na memória. Particularmente importante são os Mapas Universais. São mapas que aliam informações de todo tipo: em Braille, em Alto-relevo, Sonoras, Impressas, etc.</p> <p>As tecnologias hoje disponíveis permitem obter mapas universais com telas de LCD, Sintetizadores de Voz, e outros, com baixo custo de manutenção e excelente poder direcional.</p> <p>Fonte: http://www.arcomodular.com.br/portugues/produtos/sinalizacao-tatil/mapas-tateis</p>	
<p>MESA TÁTIL - Equipamento que permite atribuir falas a determinados trechos de uma imagem; e então o usuário terá descrições em áudio de cada espaço da imagem que está sendo explorada.</p> <p>Principais usuários: pessoas cegas, pessoas de baixa visão, pessoas com deficiência intelectual.</p> <p>Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=29</p>	

<p>MATERIAIS PARA ESTUDO - Mola para fixação de caneta. Fonte: Bersche (2013).</p>	
<p>MATERIAIS PARA ESTUDO. Pulseira de imã estabilizadora de mão e plano inclinado. Fonte: Bersche (2013).</p>	
<p>FOLHEADORES - Equipamentos para folhear as páginas de livros de diversos tamanhos e outros impressos, automaticamente. Principais usuários: pessoas com mobilidade reduzida. Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=52</p>	
<p>SISTEMAS PARA ENTRADA DE VOZ (speech recognition) - Viabilizam o uso do computador por comando de voz e assim podem ser utilizados por pessoas que estejam com a mobilidade dos membros superiores comprometida. Em geral, aplicações que podem ser utilizadas amplamente via teclado também podem ser acionadas por comando de voz. Exemplos desses sistemas são os IBM Via Voice e o Motrix do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro-NCE/UFRJ. Para o uso desse tipo de tecnologia é necessário, além do programa de reconhecimento de voz, a configuração adequada do sistema multimídia para apoiar a interação entre o usuário e o computador.</p>	<p>Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/motrix/download.htm</p>

<p>VOICE FINGER - Controla o PC usando a voz. O reconhecimento de voz é um sistema exclusivo para determinado usuário, onde ele reconhece sua fala com base na sonoridade vocal. O Windows Speech Recognition permite que os usuários interajam com seus computadores, apenas usando sua voz. Você pode escrever e enviar e-mails, ou escrever em qualquer aplicativo do Office, incluindo Word, Excel, etc, ou mesmo preencher formulários na web.</p>	<p>Disponível em: http://originaleexclusivo.com.br/controlo-o-pc-usando-a-voz-com-voice-finger/</p>
<p>AMPLIADORES DE TELA - São aplicativos que ampliam parte do conteúdo apresentado na tela do computador e assim podem facilitar seu uso por pessoas com baixa visão, capazes de enxergar os elementos gráficos e textuais apresentados no tamanho exibido por esses aplicativos. Na medida em que ampliam parte do conteúdo apresentado, também reduzem a área efetiva que pode ser visualizada na tela do computador, removendo informações de contexto.</p>	<p>São exemplos desse tipo de tecnologia assistiva a Lente de Aumento do Sistema Operacional Microsoft® Windows, a Lente pro do NCE/UFRJ e o Zoom Text da Ai Squared.</p> <p>Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm#completo</p>
<p>LEITORES DE TELA COM SÍNTESE DE VOZ - São aplicativos que viabilizam a leitura de informações textuais via sintetizador de voz e assim podem ser utilizados por pessoas com deficiência visual, por pessoas que estejam com a visão direcionada a outra atividade, ou até mesmo por aquelas que tenham dificuldade para ler. São exemplos de leitores de telas: Dosvox, Jaws for Windows Freedom da Scientific, o Virtual Vision, Magic, NVDA, Liane TTS o Delta Talk da Micro Power e o Monitivox do NCE/UFRJ, entre outros sintetizadores de voz (Delta Talk) - consegue reproduzir a voz humana de maneira muito eficaz, tornando sua pronúncia do idioma português, uma das melhores do mercado. Esse programa ampliou ainda mais a entrada de pessoas cegas no universo da informática, pois é um grande facilitador para que essas pessoas possam utilizar-se das mesmas ferramentas que as pessoas videntes</p>	<p>Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm#completo</p>

<p>costumam utilizar em seus computadores pessoais (cegas, baixa visão, iletrados, disléxicos, mobilidade reduzida etc).</p> <p>Fonte: Oliveira (20016, <i>online</i>)</p> <p>Bibliotecas: Nem todos são gratuitos, como o Jaws e Virtual Vision. Visitar intervox.nce.ufrj – baixar as ferramentas grátis para os computadores de uso dos alunos.</p>	
<p>LIANE TTS - aplicativo (compilador) que analisa texto e o traduz em texto compilado no formato de difones (.pho) para processamento e síntese de voz pelo sistema mbrola (sintetizador de voz baseado na concatenação de difones). O LianeTTS é uma aplicação <i>software</i> livre, que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, desse modo, o uso dos computadores por deficientes visuais.</p> <p>Pode ser acoplado a diversos programas para produzir a síntese de voz, seja através de um uso direto de suas rotinas, ou preferencialmente pelo uso do sistema Speech Dispatcher, que é uma camada de dispositivo independente para a síntese de voz que fornece uma interface de uso comum e fácil para ambas as aplicações clientes (programas que disponibilizam texto para a conversão) e programas sintetizadores (programas que de fato são capazes de converter texto para fala).</p>	<p>Disponível em: http://www.acessibilidadeinclusiva.com.br/programas-para-computadores/</p>
<p>DOSVOX – Desde 1993, um grupo do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ se dedica a desenvolver programas voltados para pessoas com deficiências físicas. O projeto completa 20 anos e rendeu a criação de vários programas, dentre eles o Dosvox, voltado para pessoas cegas, e o Motrix, para usuários com deficiências motoras graves. Todos são gratuitos e compatíveis com Windows</p> <p>O sistema realiza a comunicação com o usuário cego, através de sintetizadores de voz em português, que também pode ser configurado para outros idiomas, estabelecendo um diálogo amigável, através de programas específicos e interfaces</p>	 <p>Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm#completo</p>

<p>adaptativas. Oferece inúmeras vantagens, gratuito, atualizado constantemente, onde grande parte das mensagens emitidas são gravadas com voz humana e a sua acessibilidade se estende também às limitações de conhecimento e alcance da informática, visto que permite ser instalado em computadores com configurações mais antigas e permite ser utilizado por pessoas que possuem conhecimentos básicos em informática. Apesar de ser de fácil utilização, o DOSVOX oferece inúmeros recursos como editores de texto, jogos, formatador para braille, programas para acesso a internet, como correio eletrônico, navegador, ftp etc.</p> <p>O DOSVOX também convive bem com outros programas de acesso para deficientes visuais (como Virtual Vision, Jaws, Window Bridge, Window-Eyes, ampliadores de tela, etc) que porventura estejam instalados na máquina do usuário.</p>	<p>Instalar o DosVox (programa para deficientes visuais), leitores de tela NVDA, (para Windows) ou Orca (para Linux), além de outros recursos de acessibilidade disponíveis em ambos os sistemas operacionais (Linux e Windows);</p>
<p>JAWS - Programa que permitem total uso do computador baseado em voz, para o uso dos diversos aplicativos, e-mail, Internet, etc. Principais usuários: pessoas cegas.</p> <p>Informações sobre o JAWS na página do representante no Brasil.</p> <p>Disponível em: http://www.freedomscientific.com/products/fs/jaws-product-page.asp</p>	
<p>DORINA DAISY READER - Desenvolvido pela Fundação Dorina Nowill para cegos, o Dorina DAISY Reader é um leitor de livros digitais bastante completo. Possui uma interface com apenas três cores: preto, branco e amarelo, facilitando a leitura de livros por pessoas com baixa visão. O fato de possuir versões em três idiomas: Português, Inglês e Espanhol parece refletir em uma leitura mais fluída por parte do sintetizador quando há termos em língua estrangeira no livro.</p>	

<p>MAGIC - O <i>software</i> de ampliação de tela oferece recursos de ampliação, otimização de imagem para baixa visão e leitura de tela em sistemas operativos Windows. Permite navegar na internet, criar um documento, enviar um email, ou participar nas redes sociais.</p> <p>Fonte: http://www.tecassistiva.com.br/component/spidercatalog/showproduct/492?product_id=31</p>	
<p>NVDA - O “Non Visual Desktop Access” ou NVDA, foi registrado sob a licença GPL (sigla em Inglês para “LICENÇA PÚBLICA GERAL GNU”), de autoria da Fundação para o <i>Software</i> Livre e adotada pelos sistemas GNU/Linux e outros.</p>	<p>Disponível em: https://sourceforge.net/projects/nvda/files/releases/2011.1.1/nvda_2011.1.1_portable.exe/download</p>
<p>MACDAISY -Baseado no padrão internacional Daisy – Digital Accessible Information System. Ferramenta brasileira traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português brasileiro. O <i>software</i> permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após a conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito. O Mecdaisy permite que o usuário folheie, consulte o índice, pesquise, faça comentários.</p>	 <p>Download da versão de referência para livros didáticos</p> <p>Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~mecdaisy/windows/v_1.0_r678/MecDaisy_setup_r678.exe</p>
<p>O EPUB 3 Reader - é um formato de livro com desenho universal, desenvolvido pelo ‘Daisy Consortium’ com o IDPF – International Digital Publishing Forum, de código aberto. É um XHTML5 que permite agregar ilimitados formatos em texto, áudio e vídeo, com variadas possibilidade de estruturação de conteúdo, interatividade, animações, suporte à fórmulas matemáticas etc. Permite incluir a audiodescrição e a Libras – Língua Brasileira de Sinais, atendendo cego e surdos. Hoje, praticamente todos os livros em papel lançados tem o seu com correspondente em Epub 3. Podem ser baixados por</p>	 <p>Gratuito</p>

preço inferior, podendo ser até gratuito, para o computador, tablete ou smarphone.

Fonte- texto: SCAVASIN, Flávio. Epub 3: a revolução ainda despercebida. **Reação**, n. 100, nesp, 2014, p. 106.



Roxio
MediaBook
Reader
★★★★★
Gratuito



FictionBookRea
★★★★★
R\$ 10,30+



Bibliovore
★★★★★
Gratuito

Recursos : Suporte ePub 1.0, ePub 2.0, 3.0 ePub, Importar seus próprios arquivos EPUB para o aplicativo para ler em movimento, Organizar seus e-books por categorias Pesquisa e-books, Zoom in / marca automaticamente a sua posição última leitura, Capacidade de criar marcadores, Capacidade de mudar fundo do tema.

Disponíveis em: <https://www.microsoft.com/pt-br/store/p/epub3-reader/9wzdnrcrfjq1>



BookReader
★★★★★
Gratuito+



Liberty Book
Reader
★★★★★
Gratuito+



UnderCover
★★★★★
Gratuito



Ministry
School Timer
★★★★★
Gratuito



freda epub
ebook reader
★★★★★
Gratuito+



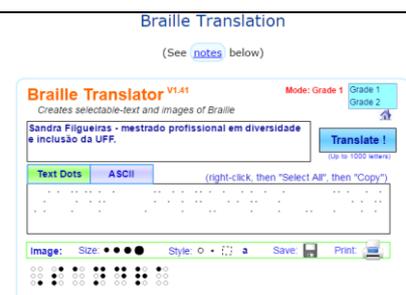
Bookviser
Reader
★★★★★
Gratuito+

JECRIPE (pode ser usado na biblioteca da creche universitária) - Desenvolvido por alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vencedor do Prêmio de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Jogo de Estímulo a Crianças com Síndrome de Down em Idade Pré-Escolar (Jecripe), foi criado com o objetivo de auxiliar a terapia de crianças com Down, especialmente, entre três e seteanos de idade.



Disponível em:
<http://www.jecripe.com/>

BRaille TRANSLATOR - é uma ferramenta *online* grátis para traduzir textos em Braille de até mil caracteres. Muito útil para escrever notas pequenas no sistema de leitura para cegos. O Braille Translator é bem fácil de usar. Basta escrever num campo de texto e clicar no botão "Translate!" que o programa traduz o conteúdo em uma imagem e em alfabeto



<p>Braille. Você pode salvar a imagem para imprimir em impressoras normais (depois basta furar os pontos), ou imprimir diretamente em uma impressora especial para Braille. Braille Translator ainda oferece a opção de copiar em formato ASCII para colar em um editor de textos com uma fonte Braille. Visualize a letra exata que cada símbolo representa clicando nas opções de “Style”. Use o Braille Translator com cuidado e atenção, pois não reconhece acentos e não usa o sistema de pontuação brasileiro. Mesmo assim, ele pode ser muito útil para escrever pequenas mensagens e ajudar quem está aprendendo o sistema</p> <p>Fonte:http://www.acessibilidadeinclusiva.com.br/programas-para-computadores/</p>	<p>Disponível em: http://www.mathsisfun.com/braille-translation.html</p>
<p>BRAILLE FÁCIL 3.5ª: O programa Braille Fácil permite que a criação de uma impressão Braille seja uma tarefa muito rápida e fácil, que possa ser realizada com um mínimo de conhecimento da codificação Braille. Através do Braille Fácil, tarefas simples como impressão de textos corridos são absolutamente triviais.</p>	<p>Disponível em intervox.nce.ufrj.br/brfacil/</p>
<p>RYBENÁ: O Player é um equipamento nacional capaz de converter qualquer página da Internet ou texto escrito em português para a Língua Brasileira de Sinais – Libras.</p> <p>O Torpedo Rybená é um serviço que permite receber e enviar mensagens de texto na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Ouvintes podem enviar textos em português aos surdos, que receberão a mensagem em LIBRAS, que é a sua língua materna.</p>	 <p>Disponível em: http://portal.rybena.com.br/site-rybena/</p>
<p>DICIONÁRIO DE LIBRAS - Digite a palavra ou texto para ver a tradução on line do português para Libras.</p>	

	<p>Disponível em: www.dicionarioLibras.com.br</p>
<p>VLIBRAS - Resultado de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Suíte VLibras consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.</p> <p>Como funciona - O VLibras é uma suíte de ferramentas utilizadas na tradução automática do Português para a Língua Brasileira de Sinais. É possível utilizar essas ferramentas tanto no computador Desktop quanto em smartphones e tablets.</p> <p>http://www.vlibras.gov.br/</p>	
<p>PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA (Viver sem Limite – MCTI/BRASIL) - informa sobre mais de dois mil produtos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, para todo tipo de deficiência. É uma fonte de informação que responde a uma necessidade social onde se pode obter explicações técnicas sobre os artefatos e, ainda, ser um "Espaço para produção e troca partilhada de informações e conhecimentos sobre pesquisa, desenvolvimento, aplicação e disseminação de Tecnologia Assistiva no Brasil" (PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, 2015).</p>	 <p>Disponível em: https://assistivaitsbrazil.wordpress.com/catalogo/</p>

<p>PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA - Instituto de Tecnologia Social - ITS BRASIL - Lançado em março de 2006, divulga os resultados do levantamento sobre as instituições que pesquisam e desenvolvem Tecnologia Assistiva no Brasil. Incentiva a troca de conhecimentos entre quem estuda, quem produz e quem utiliza Tecnologia Assistiva.</p> <p>Construído de acordo com as normas de acessibilidade do Governo Federal e os princípios do desenho universal, o Portal é acessível às pessoas com deficiência.</p>	<p>PESQUISA NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA</p> <p>Com financiamento da Secretaria de C&T para a Inclusão Social (MCT), o ITS realizou, ao longo de 2005, um levantamento sobre as instituições que pesquisam e desenvolvem Tecnologia Assistiva no Brasil. O objetivo foi propiciar ao poder público conhecimentos capazes de subsidiar a elaboração de políticas na área de CTAI, voltadas à inclusão social dos 24,6 milhões de brasileiros que se declaram portadores de alguma deficiência, segundo o Censo de 2000. O questionário da pesquisa continua disponível no portal www.assistiva.org.br.</p> <p>Os principais resultados e recomendações da Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva foram publicados na revista Conhecimento - Ponte para a Vida, número 1 e 2, que está acessível no documento anexado abaixo.</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANEXO</th> <th>TAMANHO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> revista_its_numeros_1_e_2.pdf</td> <td>1,18 MB</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em: http://www.itsbrasil.org.br/projetos/portal-nacional-de-tecnologia-assistiva</p> <p>Visite: www.assistiva.org.br</p>	ANEXO	TAMANHO	 revista_its_numeros_1_e_2.pdf	1,18 MB
ANEXO	TAMANHO				
 revista_its_numeros_1_e_2.pdf	1,18 MB				
<p>SISTEMA NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E SERVIÇOS DE TA (EUA) -</p> <p>O Sistema Nacional de Classificação dos Recursos e Serviços de TA, dos Estados Unidos, diferencia-se da ISO ao apresentar, além da descrição ordenada dos recursos, o conceito e a descrição de serviços de TA.</p> <p>Fonte: Bersch (2013, p.4)</p>	<p>Disponível em: www.ed.gov/offices/OSERS/NIDRR/Products/National_Classification_System.doc</p>				

APÊNDICE E – Formulário para levantamento das necessidades de capacitação do servidor do sistema de bibliotecas:

Prezados Servidores,

Temos a satisfação de informá-lo sobre a existência da Comissão de Acessibilidade do Sistema de bibliotecas da _____, e solicitamos, com o propósito de subsidiar as atividades da Comissão para a implantação de uma Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para bibliotecários universitários, o preenchimento do formulário abaixo:

FORMULÁRIO LEVANTAMENTO NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO

NOME DO SERVIDOR _____ SIAPE: _____

UNIDADE DE EXERCÍCIO: _____ RAMAL: _____

1 – Atividades desenvolvidas atualmente na biblioteca (breve esclarecimento):

2 – Considerando as informações acima, especifique suas necessidades de capacitação para melhorar o seu desempenho no atendimento aos usuários com deficiência:

3 – Qual a sua disponibilidade de horário/tempo, para participar de cursos de capacitação voltados para o seu ambiente de trabalho?

4 – Qual a maior dificuldade que você enfrenta no desenvolvimento de suas tarefas com este público?

5 – Descreva as principais barreiras encontradas na sua biblioteca para o bom atendimento aos alunos com deficiência?

Cordialmente, a Comissão, em _____, _____ de 20____.

Nota: Este formulário deverá ser entregue, devidamente preenchido, no _____ até o dia _____.

Cordialmente, a Comissão de Acessibilidade.

APÊNDICE F – Avaliação dos Participantes da Oficina de Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários Universitários:

PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM RESULTADO DA CAPACITAÇÃO

NOME DO SERVIDOR _____ SIAPE: _____

UNIDADE DE EXERCÍCIO: _____ RAMAL: _____

CURSO _____ QUE _____ PARTICIPOU: _____

PERÍODO: _____

1) FREQUÊNCIA NO CURSO: () TOTAL=100% () PARCIAL - PARA O CASO DE FREQUÊNCIA PARCIAL, JUSTIFIQUE O MOTIVO:

2) OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA CAPACITAÇÃO SÃO APLICÁVEIS NAS ATIVIDADES QUE VOCÊ DESEMPENHA? () SIM () NÃO. JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA:

3) VOCE TEM ALGUMA SUGESTÃO COM RELAÇÃO A OUTRAS ABORDAGENS, DENTRO DA TEMÁTICA DA INCLUSÃO? CASO AFIRMATIVO, QUAL A SUGESTÃO?

APÊNDICE G: Legislações na temática da inclusão e acessibilidade aplicadas em bibliotecas (lista não exaustiva):

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
Declaração Universal dos Direitos Humanos / 1948	- Ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforce, através do ensino e da educação, a promover o respeito aos direitos e liberdades;
PORTARIA Nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições Referenciais de acessibilidade na educação superior de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
Pelo Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009, o Congresso Nacional aprovou o texto promulgando a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3o do Art. 5o da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2012).
DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas , auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. § 1o Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que: I. está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica,

<p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm</p>	<p>urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;</p> <p>II. coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e</p> <p>III. seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.</p>
<p>LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.</p> <p>Institui a Política Nacional do Livro</p>	<p>Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:</p> <p>I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;</p> <p>X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;</p> <p>XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.</p> <p>Capítulo II – DO LIVRO</p> <p>VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;</p> <p>VIII - livros impressos no Sistema Braille.</p> <p>Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.</p> <p>Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de</p>

	<p>bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille.</p> <p>CAPÍTULO V</p> <p>DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.</p> <p>Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.</p>
<p>Plano Nacional do Livro e da Leitura</p> <p>Portaria 1.442 – 10/08/2006</p> <p>Decreto 7.559 -1/09/2011</p> <p>O Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – foi instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação. E, em 1º de setembro de 2011, foi instituído por meio do decreto Nº 7.559.</p> <p>Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários,</p>	<p>As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.</p> <p>Quatro eixos orientam a organização do Plano:</p> <p>EIXO 1 - Democratização do acesso</p> <p>EIXO 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores</p> <p>EIXO 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico</p> <p>EIXO 4 - Desenvolvimento da economia do livro</p>

<p>universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.</p>	
<p>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p>	<p>Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.</p> <p>§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.</p> <p>§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.</p> <p>§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.</p> <p>Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.</p>
<p>PROGRAMA ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR - INCLUIR/2005</p>	<p>Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a</p>

	participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
<p>CDPD - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ONU, 2007)</p> <p>Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.</p>	<p>Artigo 2</p> <p>Para os propósitos da presente Convenção:</p> <p>“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;</p> <p>“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;</p> <p>“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;</p> <p>“Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;</p> <p>“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.</p>

Artigo 4

i) **Promover a capacitação** em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.

Artigo 9

Acessibilidade

1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à **informação e comunicação**, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a **outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público**, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive **serviços eletrônicos** e serviços de emergência.

2c) c) Proporcionar, a todos os atores envolvidos, **formação** em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;

d) Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de **sinalização** em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;

e) Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e **intérpretes profissionais** da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e **outras instalações abertas ao público ou de uso público**;

f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o **acesso a informações**;

g) **Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas**

	<p>e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;</p> <p>h) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.</p> <p>Artigo 30</p> <p>1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:</p> <p>c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.</p>
<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/2007</p> <p>Objetiva melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.</p>	<p>Artigo 21</p> <p>Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação</p> <p>Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e idéias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:</p> <p>a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;</p> <p>b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;</p> <p>d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela</p>

	Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
<p>DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009</p> <p>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</p>	<p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e</p> <p>Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;</p> <p>Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos referidos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 1º de agosto de 2008;</p>
<p>Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208</p>	<p>Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).</p>
<p>Aviso Circular nº 277/96</p>	<p>Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.</p>
<p>Decreto nº 3.956/01</p>	<p>Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.</p>

Lei nº 10.436/02	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria nº 2.678/02	Aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições Referenciais de acessibilidade na educação superior de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
ABNT NBR 9.050:2015	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia

	e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Decreto 7.612/11 17/11/2011	Instituiu o PLANO VIVER SEM LIMITE. A CDPD na vida das pessoas por meio de articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade (4 eixos)
Programa Acessibilidade ao Ensino Superior - Incluir/2005 (dentro do Plano Viver sem Limite)	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Plano de Desenvolvimento da Educação/2007	Objetiva melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto nº 6.949/09	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso aos referenciais de acessibilidade na educação superior, segundo a constituição de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º, § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o

	desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005.	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.	dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e consolida as normas de proteção.
<p>DECRETO LEGISLATIVO Nº 186/2008</p> <p>Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.</p> <p>Fonte: https://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm</p>	<p style="text-align: center;">Artigo 30</p> <p style="text-align: center;">Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte:</p> <p>1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. <p>2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade.</p> <p>3. Os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais.</p>

ABNT NBR 9.050:2015 Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	10.16 Bibliotecas e centros de leitura http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf
---	---

FIM